

**caacs**  
Centro Acadêmico  
de Ciências Sociais **UFMG**

REVISTA  
[●●●]  
TRÊS PONTOS

■ CENTRO  
■ ACADÊMICO DE  
■ CIÊNCIAS SOCIAIS  
■ DA UFMG  
■ ANO 11 N.2  
JUL/DEZ 2014  
ISSN: 1808-169X  
e-ISSN: 2525-4693

Adriana Girardelo Trentin  
Ian Caetano de Oliveira  
Ismael Deyber Oliveira Silva  
Maressa de Sousa Santos  
Mariana Gomes Cartaxo  
Pablo Mateus dos S. Jacinto  
Wallace Cabral Ribeiro

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas, ensaios e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

**EXPEDIENTE REDAÇÃO:**

REVISTA TRÊS [...] PONTOS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG - Sala 4214.  
Pampulha - CEP 31270-000. Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.  
revistatrespontos@gmail.com  
www.revistatrespontos.org

**EDITORIA-EXECUTIVA:**

Helena Santos Assunção (Discente – UFMG) | Ciro Resende (Discente - UFMG)

**EDITORIA-ADJUNTA:**

Beatriz Costa (Discente – UFMG) | Caroline Chaves (Discente – UFMG)

**CONSELHO EDITORIAL:**

Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)  
Bruna Barradas Cordeiro (Discente – UFMG)  
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)  
Eduardo Côrtes (Discente - UFMG)  
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)  
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)  
Ismael Deyber Silva (Discente - UFMG)  
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)  
Maurício Sousa Matos (Discente - UFMG)  
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)

**CONSELHO CONSULTIVO:**

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan /EUA)  
Prof. Cícero Araújo (USP)  
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)  
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)  
Prof. Ivan Domingues (UFMG)  
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)  
Prof. Mareei de Lima Santos (UFRN)  
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA | PNUD)  
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)  
Profa Neuma Aguiar (UFMG)  
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)  
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)  
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

**PROJETO GRÁFICO:** Arthur Senra

**DIAGRAMAÇÃO:** Thomás Mota (Diverso Design)

**CAPA:** Marcos Paulo

**REVISÃO:** Thays Martins de Paiva

**COLABORADORES:** Ana Bárbara Gomes, Flora de Paula Gonçalves e Paula Nuryele de Andrade

**FICHA CATALOGRÁFICA:** Biblioteca FAFICH - UFMG.

**CIRCULAÇÃO:** outubro de 2016.

**INDEXAÇÃO:** A REVISTA [...] está indexada nas seguintes bases: Latindex (méxico), Portal de Periódicos da Capes, Portal de Periódicos da UFMG e Diadorim.

**ERRATA:** A autora da capa da 11.1 é a Adriana Santana, e não Ana Paula Garcia Costa.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.  
Ano 11, n.2 s (jul 2014/ dez 2014). - Belo Horizonte: Prol Gráfica Editora, 2016.  
V. ; 30,5 cm. Semestral  
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/UFMG  
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1. Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia  
- Periódicos I.Universidade Federal de Minas Gerais. II Centro Acadêmico de Ciências  
Sociais. III. Título

# Sumário

## Artigos

145

**À academia: ensaio para uma crítica do modus operandi universitário**  
Ian Caetano de Oliveira

154

**Contemporâneos e inclusivos: o berço tradicional, os corpos no mundo e a volta ao cenário religioso**  
Maressa de Sousa Santos

166

**Friedrich Engels: As Influências do "General" na Parceria com o "Mouro" e no Socialismo Internacional**  
Wallace Cabral Ribeiro

176

**O complexo e efêmero sistema de valores do direito**  
Adriana Girardelo Trentin

## Ensaio

187

**Representação feminina em "A Hora da Estrela": A mulher subalterna enquanto um significante vazio**  
Mariana Gomes Cartaxo

## Resenha

193

**GROPPO, Luis Antônio. Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.**  
Pablo Mateus dos Santos Jacinto

## Entrevista

197

**Temáticas ambientais em diálogo com as Ciências Sociais: entrevista com a Professora Andréa Zhouri**  
Ismael Deyber Oliveira Silva

# EDITORIAL

## Novos Rumos

*"As palavras são assim, disfarçam muito, vão se juntando umas com as outras, parece que não sabem aonde querem ir."*

*José Saramago*

É uma imensa satisfação poder deixar registrado nesse editorial a importância da Revista [...] Pontos para nós alunos de graduação nesses doze anos de sua existência. O projeto da Revista nasceu do anseio de alunos de graduação em Ciências Sociais abrindo espaço para produção acadêmica de discentes, ampliando o (re)conhecimento das três áreas que abrangem o curso de Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Hoje cada vez mais a Revista [...] Pontos vem expandindo seu quadro de autores e áreas do conhecimento sem desviar da sua proposta inicial: a publicação dos trabalhos de graduandos e recém graduados.

Agradeço aos meus amigos editores que passaram pela Três Pontos e que foram peças fundamentais para consolidação desse projeto. A importância que a revista tem hoje frente à comunidade de alunos e professores se consolidou através de muito esforço e dedicação de todos envolvidos. Então, meu muito obrigada! As mudanças ocorridas na Revista nos últimos anos são em decorrência, de nosso ensejo em dar conta dos contínuos desafios colocados ao longo da nossa atividade na Revista (Editorial 4.2). Não poderia deixar de mencionar as mudanças que a universidade vivenciará nos próximos anos com a Incubadora de Periódicos coordenada pelo Prof. Sérgio Cirino e toda equipe da Pró Reitoria de Pesquisa. A Incubadora se configura como um espaço de diálogo e troca entre os periódicos da universidade bem como a capacitação de nós editores.

Temos a satisfação de apresentar nesta edição a entrevista realizada com a Profa. Andréa Zhouri do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG "Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental no Brasil". E os artigos fruto do trabalho de discentes que configura um momento de aprendizagem e troca de experiências onde os autores possam mostrar os produtos de seus trabalhos, socializar suas experiências e construir juntos estratégias de fortalecimento e ampliação dos nossos [...] Três Pontos.

Boa Leitura!

**Caroline Brito Chaves**



# À ACADEMIA: ENSAIO PARA UMA CRÍTICA DO MODUS OPERANDI UNIVERSITÁRIO.

**Ian Caetano de Oliveira**

Graduado em Ciências Sociais pela UFG. Mestrando em Sociologia pelo IESP-UERJ.

**Contato:**

ian\_gyn@hotmail.com

**Palavras-chave:**

Educação; academia; produtivismo; ultraespecialização; emancipação.

**Keywords:**

Education; academy; productivity; ultraspecialization; emancipation.

**RESUMO:** Este trabalho tem por razão a inquietação no que tange ao modus operandi do meio acadêmico em geral, tanto em sua distribuição de produção quanto em suas relações de produção. Esta crítica se dá de modo tríplice: a) pretendo abordar o fenômeno contemporaneamente acelerado da ultraespecialização; b) também pretendo seguir, a partir disso, o fenômeno do produtivismo acadêmico e também c) pretendo tratar da relação entre o professor, a educação, em seus aspectos formais, e a emancipação. Para tais esforços, que pretendo tratar de maneira essencialmente teórica, movo apontamentos que partem principalmente da teoria crítica, além de excertos sobre ciência política estadunidense e outros autores.

**ABSTRACT:** This paper has as reason a think about the modus operandi of the academy, in general. Both in your distribution of production as in your relations of production. This critique will focus in three different points: a) I intent to approach the contemporary event of ultraspecialization; b) I also want follow the issue of the academic productivity, and either, c) I want to analyze the relation between professor, education, on its formal aspects, and emancipation. For these efforts that I will treat on an essentially theoretic way I will use appointments of the critic theory, but also excerpts about the political science's history, and also other writers.

Até onde vai o poder explicativo da ciência? O que o gera? O que lhe dá substância? Há todo um discurso na sociedade capitalista sobre a ciência, de como ela é benéfica, de como a sua acepção enquanto método social, a racionalidade técnico-científica, é e foi necessária ao "progresso" em que vivemos. Mas, de fato, o que é a "boa ciência"?

O leitmotiv deste trabalho é a inquieta ideia de que os moldes em que se dá a produção atual científica, tanto no âmbito da produção, propriamente, quanto em sua distribuição, são problemáticos; não só em termos logísticos como mesmo em substância.

Até onde foi a ciência contaminada em seu know how de produção pelos processos de retificação? Sabemos, como disse "Antunes (2012)", que "o tempo da Ciência não é, e nem pode ser, o tempo do mercado". Até onde a primeira não tem se subjugado em relação ao segundo? E até onde isto é problemático? São algumas das questões que este parco ensaio tentará abordar. Sem, evidentemente, a menor pretensão de esgotar ou encerrar tal assunto, pois tal esforço, demasiado homérico, não seria alocável em tão diminuto trabalho, tentar fazê-lo apenas tornaria tal escrito mais quixotesco.

Parto da ideia de que a boa teoria encerra uma práxis, e o que faço neste ensaio é uma crítica geral ao modo de se fazer ciência na contemporaneidade (e não só à ciência, mas ao modus operandi geral da universidade).

Sendo o espaço curto, alongar-me ainda mais em uma introdução seria apenas pretexto para escrever menos coisas que de fato sejam relevantes, de modo que encerro aqui os devaneios e parto às análises.

## 1 - Primeiras impressões sobre a atual situação da Academia

Parece-me bastante claro escusado seria dizê-lo, que a realidade acadêmica concatena-se inerentemente a todo um processo anterior social, e não só concatena-se como, de fato, é precedida por este processo, que é o das relações de produção,

*"A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta, de onde emerge uma superestrutura legal (jurídica) e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o procedimento geral da vida social, política e intelectual." (MARX, 1984, p. 20-21, tradução minha)*

Claro que, como em toda relação dialética, deve-se pressupor certa "capacidade de rearticulação" por parte da superestrutura, mas creio que se deve deixar bem explícita a ligação entre os modos e relações de produção e os modos de produção intelectual.

*"Se, portanto, começamos por nos perguntar qual deve ser a educação ideal, abstraindo toda a condição de tempo e lugar, é por admitirmos implicitamente que um sistema educacional não tem, em si mesmo, nada de real." (DURKHEIM, 2010, p. 29)*

*"A educação, enquanto sistema, não pode estar acima do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade." (TRAGTENBERG, 1982, p. 147)*

Nesse sentido, o papel do intelectual acadêmico tende por entrar em um dilema forte, uma vez que "Não é a consciência do homem que determina sua existência, ao contrário, sua existência social é que determina sua consciência" (MARX, 1984, p. 21, tradução minha). Partindo desta ideia, como esperar que o trabalho desenvolvido academicamente – tanto pesquisa quanto a docência – seja contributivo para a emancipação do homem? Há hoje uma interposição entre "intelectual orgânico" e "intelectual tradicional", uma interposição já cantada por Gramsci<sup>1</sup>. A partir disso, e tendo em vista o nosso objeto neste trabalho, surgem, ao menos, duas questões: a) Até onde o Intelectual (acadêmico) não descumpra o seu papel se se acomoda em uma perspectiva contemplativa de ciência ou de reflexão, negligenciado o compromisso transformador ao qual determinadas correntes fazem apologia? Mas ainda mais, b) até onde o seu trabalho consegue ser de fato explicativo sem um compromisso e uma experiência com a práxis?

Mas antes: entendendo que a pesquisa científica deve partir da história como método analítico, mas não pode perder de vista o "tratamento lógico" dos dados no que se refere à exposição (GORENDER, 2013, p. 35) farei um pequeno retorno. Antes de tratar das "concepções de ciência" e do "papel" da ciência" (que são discussões demasiadas morais e abstratas) partirei do concreto, de uma situação que é fatural e que tem gerado grande discussão, que é o debate sobre a especialização.

## 2 – Aprofundando teoricamente a questão da especialização

Weber nos traz a seguinte afirmação acerca da ciência:

*"[...] essa vocação [para a ciência], é determinada, antes de tudo, pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização que ela outrora não conhecia e no qual, ao que nos é dado julgar, se manterá para sempre. (...) pois jamais um indivíduo poderá ter a certeza*

*de alcançar qualquer coisa verdadeiramente valioso no domínio da ciência, sem possuir uma rigorosa especialização." (WEBER, 2010, p. 24)*

Será mesmo que esta especialização, como se deu de maneira concreta, é salutar à produção científica? Ora, não julguemos Weber, que trouxe contribuições inestimáveis ao saber acadêmico, mas veja só o que se percebeu alguns anos depois:

*"Para a grande maioria, as ideias que formam as bases dessa história [da ciência política] são encontradas em escritos de homens como Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino, Bodin, Locke, Burke e Marx, de quem os trabalhos são considerados parte do conjunto de grandes livros que vieram a nós como o legado da civilização ocidental. Por muitos séculos, estes livros serviram no mundo acadêmico como os cânones do ensinamento político, mas eles não eram, propriamente, produtos de um desenvolvimento acadêmico" (RICCI, 1984, p. ix, tradução minha)*

Antes de prosseguir com o excerto é importante frisar bem. A citação trata especificamente de uma área do conhecimento, a ciência política, mas espero provar mais adiante que o dilema prestes a emergir tem caráter geral dentro do saber acadêmico,

*"Agora, estranhamente, justamente quando homens como S. Mill estavam visivelmente tornando-se tão escassos, as universidades estavam, inquestionavelmente, tornando-se os enormes centros de aprendizagem que são hoje(...). O que houve, ao menos é o que me parece, é que os docentes de política da sempre-em-expansão nova universidade substituíram a antiga tradição do pensamento político pela sua própria produção. (...) Assim, na atual situação, a maior parte dos cursos sobre política são pensados não para enfatizar uma sabedoria agregada de todos os tempos, mas conclusões contemporâneas da ciência política docente que, sob a premissa da pesquisa acadêmica, parecem ser verdadeiras no mundo político" (RICCI, 1984, p. ix-x, tradução minha)*

Ricci, em seu *The Tragedy of Political, Science* nos traz uma grande contribuição investigativa, que é a ideia de que o conhecimento no âmbito da ciência política tende a tornar-se mais e mais fraco ao passo em que se ultraespecializa, ou seja, negligencia os saberes produzidos em outras "humanidades" quando faz pesquisa (como a sociologia, a antropologia, a economia etc.); ao passo em que se torna "fordista/taylorista" (passa a produzir profissionais em escala industrial, por um

<sup>1</sup> Se faz importante melhor destilar tal afirmação: "Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc." (GRAMSCI, 2001, p.15, sublinhado meu). O professor, evidentemente, não foi criado pela sociedade capitalista, já existia tal tipo de intelectual muito antes dela (portanto é tipo de intelectual a que se pode chamar "tradicional"), mas esta sociedade capitalista reinventou o professor, à sua imagem e semelhança. E o Gramsci ainda completa: "Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de grupo" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autopoção não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político..."(GRAMSCI, 2001, p.17). A razão de tal explicação se revelará quando eu for tratar, adiante, da relação do pesquisador/professor com os trabalhadores "de fora da academia".

lado, e ultrafragmenta-se neste trabalho, por outro); e ao passo em que se reifica (a formação acadêmica, pelo que foi acima exposto, torna-se menos reflexiva e mais mecanificada). Como, anos mais tarde, o professor "Feres (2000)<sup>2</sup>" pôde comprovar indo aos Estados Unidos:

*"A análise da literatura de Ciência Política produzida atualmente nos EUA mostra que textos de teoria política, sejam eles clássicos ou modernos, são literalmente ignorados pela produção acadêmica das quatro subáreas mais 'científicas' da Ciência Política..." (FERES, 2000, p. 100)*

Ou seja, Feres percebe ainda uma precarização mais grave, não só a ciência política descolou-se das outras áreas de conhecimento das ciências humanas, como vem se fragmentando dentro de si mesma, já tem sectarismos que a atingem dentro de suas subáreas<sup>4</sup>.

O que Ricci e Feres não disseram é que "*this tragedy*" não é só da ciência política, mas do saber acadêmico em geral. É escusado dizer que a análise de Ricci é de uma sociedade em que o saber acadêmico se dá há mais tempo, e não só, o próprio desenvolvimento tecnológico e econômico se deu anteriormente e de forma diferente em relação ao nosso. Por conseguinte, os excertos citados não têm uma aplicação direta à realidade acadêmica brasileira, mas são excertos apocalípticos (no sentido original do termo) e que devem ser tomados com seriedade, pois tratam de uma realidade que vem se mostrando gradativamente mais próxima do universo acadêmico brasileiro.

Esse modo "especializado" de se fazer ciência vem travestido de uma crítica à perspectiva da totalidade sob o argumento de que não se pode "abraçar o mundo com as pernas", também sob a fala de que a especialização maximiza o foco e, assim, traz melhores respostas; assim como toda uma questão relacionada ao tempo necessário à entrega de pesquisas e também sob uma ideia de maior "objetividade" nas pesquisas. Se esse argumento se convertesse na prática da pesquisa estaríamos todos muito bem, mas o fato é que essa especialização não se dá só no âmbito dos objetos de pesquisa e das ferramentas e instrumentos utilizados<sup>5</sup>, mas dá-se também nas bases analíticas, algo que sabemos ser epistemologicamente problemático, pois, em se tratando de ciências sociais, não há como abandonar a perspectiva da totalidade – e, ato contínuo, uma perspectiva interdisciplinar – se se quer de fato explicar alguma coisa. Por tal, vemos determinados contrassensos do saber, como "o

parecer antropológico sobre um tema" e "o parecer sociológico sobre um tema" e "o parecer econômico sobre um tema", e por diversas vezes eles não só não dizem coisas semelhantes como de fato confrontam-se, e são, por vezes, tão discrepantes que geram até animosidades quando ao teórico de área x e fala da área y e vice-versa. Como explicar algo cientificamente, então? Nenhum campo, nos termos de Bourdieu, encerra-se em si, pois: "Há uma história da razão que não tem a razão como princípio; uma história do verdadeiro, do belo, do bem, que não tem apenas como motor a procura da verdade, da beleza, da virtude." (BOURDIEU, 1989, p. 71).

Não se explica o jogo político com uma mera análise teleológica dos agentes envolvidos no processo, como muitos tentam fazer, assim como não se explica uma cultura por uma mera análise parental. Este tour de force pode até ser interessante, mas não explica, no máximo descreve as aparências. " (...) a investigação científica [deve] se conduzir [ir] a partir da relação entre totalidade e realidade, uma vez que essa última só pode se dar a conhecer a partir de seus nexos causais" (RANIERI, 2010, p.15).

### 3 – Na procura de um entendimento acerca da gênese da tendência crescente à especialização

*"Estamos dando à linguagem sua forma final – uma forma que vá ao ponto em que ninguém fale de outro jeito. Quando tivermos terminado isso, pessoas como você terão de aprender tudo de novo. Você deve pensar, eu ousaria dizer, que nosso grande trabalho está em inventar novas palavras. Mas não é! Estamos destruindo palavras – dezenas delas, centenas delas, todos os dias" (ORWELL, 2003, p. 52, tradução minha)*

A questão é que a especialização, evidentemente, não é algo da vontade de alguma entidade metafísica, tampouco dos próprios homens individualmente falando, mas sim realidade inerente ao modo de produção vigente, a custo de um conhecimento científico que vem sendo gravemente malferido. E por tal, não basta para fazer a crítica ao sistema acadêmico, que eu me fixe apenas neste ponto da discussão (que por si ainda demandaria grande esforço e presteza analítica de que agora não disponho). Tenho de entrar, portanto, nas próprias noções de ciência que traz consigo a modernidade.

*"Max Weber introduziu o conceito de "racionalidade" a fim de determinar a forma da atividade econômica capitalista, das relações do direito privado burguesas e da dominação*

<sup>2</sup> 16 anos depois de Ricci anunciar suas teorias em seu texto (que neste trabalho se utiliza).

<sup>3</sup> Há todo um contexto que explica tal acontecimento nos Estados Unidos e que está muito bem condensado neste texto do Feres, como também no livro do Ricci. De modo que não resumirei aqui o que já lá está tão bem explicado.

<sup>4</sup> "Em uma pesquisa recente, examinando as referências bibliográficas de artigos publicados no ano de 2000 nos periódicos de Ciência Política de maior prestígio, os seguintes resultados foram encontrados: a) de 110 artigos analisados, 93 não tinham qualquer referência bibliográfica que pudesse ser relacionada à teoria política; b) a média geral de citação de teoria política por artigo de Ciência Política era de 0,3." (FERES, 2000, p. 107)

<sup>5</sup> Isso admitindo a ideia de que "ferramentas e instrumentos analíticos" já não encerram em si uma escolha teórico-analítica, ideia da qual discordo.

*burocrática.(..). A isso corresponde a industrialização do trabalho social, com a consequência de que os padrões de ação instrumental penetram também em outros domínios da vida (urbanização dos modos de viver, tecnicização dos transportes e da comunicação).” (HABERMAS, 1975, p. 303)*

O que alguns deixaram passar, e Marcuse não, é que:

*“Marcuse está convencido de que, no processo que Max Weber chamou de “racionalização”, dissemina-se não a racionalidade como tal, mas em seu nome uma determinada forma inconfessada de dominação política.” (HABERMAS, 1975, p. 303)*

Arriscar-me-ia, então, a uma análise sob a seguinte trilha: Sendo a técnica “racional” não apenas “técnica”, mas aparato ideológico coercitivo e dominador, uma ciência nestes moldes serve apenas para a perpetuação do status quo, contra a qual qualquer indivíduo compromissado com a emancipação humana deve lutar contra. E verdade é que o próprio Marcuse fala isso:

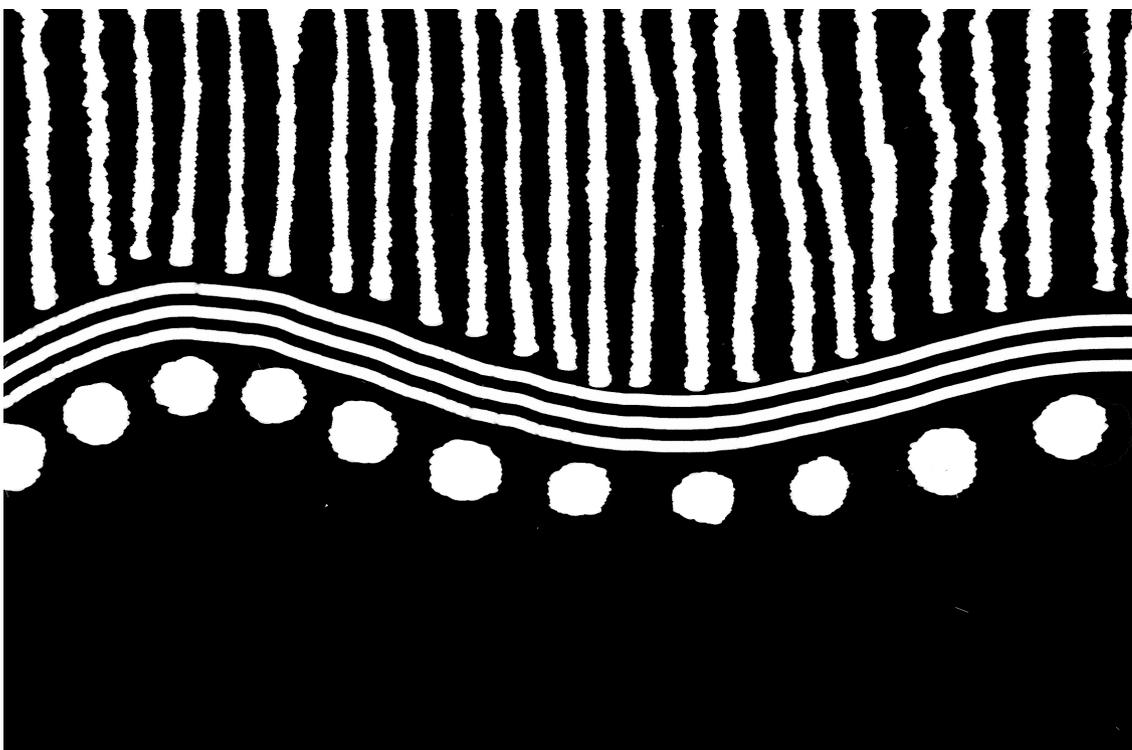
*“Os princípios da ciência moderna foram estruturados a priori de modo a poderem servir de instrumentos conceituais para um universo de controle produtivo que se perfaz automaticamente; o operacionalismo teórico passou a corresponder ao operacionalismo prático. O método científico que levou à domi-*

*nação cada vez mais eficaz da natureza passou assim a fornecer tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem através da dominação da natureza (...).” (MARCUSE apud HABERMAS, 1975, p. 305)*

Dito tudo isto, me parece claro que o modo como se faz ciência contemporaneamente, vis-à-vis a própria realidade, é, muito antes de método, ideologia. Ideologia do status quo, ideologia burguesa. - Afinal, situação como a da ciência política norte-americana, que já parte do “princípio democrático norte-americano” (FERES, 2000; RICCI, 1989) a priori, sem sequer indagar se de fato tal princípio já é uma questão resolvida; como esta não é “ciência-ideologia”? Mesmo eles afirmando todos os princípios de uma “racionalidade absoluta”. Só pode, portanto, esta suposta racionalidade ser ideologia. Assim como uma “ciência das políticas-públicas” - que já parte da ideia de estado quando poderia, talvez, questioná-lo - também é ideológica.<sup>6</sup>

E fica ainda explícito este caráter ideológico do ensino em outras práticas comuns da educação formal:

*“A relação entre ideologia, poder e educação pode ser explicitada na medida em que a Escola é um elemento de ‘disciplinação’ da futura mão-de-obra para as indústrias e para a burocracia do estado. A burocracia escolar controla o professor através da nomeação e*



**6** Não estou aqui afirmando a pretensão de que não haja “ideologia” na teoria crítica, mas apenas apontando uma certa arrogância de algumas vertentes científicas que, mostrando-se claramente ideológicas também, valem-se de “discursos de neutralidade e método”, dentre outros artifícios, para dizer que não são ideológicas.

*dos mecanismos de carreira e o aluno através do sistema de exames e notas". (TRAGTENBERG, 1982, p. 148)*

Nestes termos, a gênese da especialização explica-se, de maneira bem sintética, como uma forma dos modos de produção capitalista, por um lado, aperfeiçoarem-se enquanto modos de exploração da natureza pelo humano e, ato contínuo, do humano pelo humano; e por outro, como um limitador das potencialidades explicativas (portanto potencializadoras da transformação) da ciência. A discussão já é bem discutida, classicamente, nos apontamentos de Marx sobre a relativização da mais-valia (ANTUNES, 2009; MARX, 2013).

#### 4 – Admoestação ligeira sobre a produção acadêmica e sobre a relação intelectual/trabalhador em geral

Agora, até onde toda esta lógica de produção acadêmica é maléfica?

*"Com a moderna decomposição "psicológica" do processo de trabalho (sistema de Taylor), esta mecanização racional penetra até à "alma" do trabalhador: até suas propriedades psicológicas são separadas do conjunto da sua personalidade e objetivadas em relação a esta [...]" (LUKÁCS, 1989, p. 102)*

Antes de responder a questão acima proposta, devo tratar de um pequeno parêntese:

É de extrema arrogância e equívoco certa tendência a analisar o "mundo do trabalho" como reificado, alienado, explorado e cerceador na natureza humana, e esta análise muitas vezes parte da Academia, e não atribuir as mesmas características ao trabalho acadêmico. É necessário ver até que ponto vai a pretensão dos acadêmicos ao tenderem por esta análise, "como se somente os trabalhadores definissem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade [ou ao menos para os acadêmicos], o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos." (PEUCHET apud MARX, 2011, p.22).

Há uma tendência dos intelectuais do espaço científico a se colocarem de fora deste ciclo vicioso promovido pela produção e circulação de mercadorias. Tal postura "pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser 'independentes', autônomos, dotados de características próprias,

etc." (GRAMSCI, 2001, p.17). A academia também está envolvida neste processo, e é tolhida por ele tal qual a força do motor automobilístico é tolhida pela ausência de meio externo perfeito.

Esta tendência tem, dentre diversos representantes, Mannheim e seu conceito de *intelligentsia*, para citar um exemplo. A ideia de que o acadêmico é "neutro" do tecido social – por conseguir, simultaneamente, absorver todos os aspectos das classes e também neutralizá-los – de tal forma a poder fazer uma análise que não seja nem "utópica" nem "ideológica", nos termos do próprio autor.<sup>7</sup> (MANNHEIM, 1954, p. 139-140)

*"Enquanto aqueles que participam diretamente no processo de produção – trabalhadores e empresários – estão atados a uma classe particular e a um modo de vida, tendo seus modos de ver e suas atividades diretamente e exclusivamente determinadas por suas específicas situações sociais, os intelectuais, por outro lado, indubitavelmente enterrando suas marcas e afinidades de classe, também são determinados em seus modos de ver por este meio intelectual, que contém todos estes contraditórios pontos de vista." (MANNHEIM, 1954, p. 140, tradução minha)*

Mas voltemos à questão proposta no início deste tópico, para alinhavá-la ao até aqui destilado.

Dado este parecer – o de Lukács, demonstrado no excerto – alguns perguntariam: "como é então que pode Lukács (e os outros autores da teoria crítica) criticar este ciclo vicioso e não incorrer nele?" A resposta está justamente no método (LUKÁCS, 1989; 2011), no qual é imprescindível a concepção de *Praxis*.

Admitir-se-á que em diversos aspectos a teoria crítica (Lukács, Marcuse etc.) tende por vomitar algum resquício de sua condição, que é a de estar inserida em uma lógica de produção reificadora e alienadora, contudo a diferença está justamente no comprometimento com a práxis pelo objetivo de mudança, por um lado, quanto pela análise a partir da práxis, e não antes dela, por outro. Deve-se partir do concreto, mas não só isso, deve-se analisar com vistas à totalidade, tendo como pano as contradições que afloram quando o fazemos. Nessa forma de análise se consegue uma aproximação mais fiel do concreto, não nos termos de uma ciência positiva, ultra-especializada e distanciada da realidade, imersa em uma bolha acadêmica da qual tudo contempla e permanece "intocável", como um ente metafísico capaz de abstrair toda a sua história anterior. Esta é uma postura científica problemática por vários aspectos, mas principalmente: a) Não há como

<sup>7</sup> Para não incorrer no risco de caricaturar o escrito do autor, deve-se dizer que o mesmo admite que, eventualmente, o intelectual faz alguma opção de classe para sair "de cima do muro" (middle-of-the-road position), contudo, de fato argumenta sobre a capacidade da classe *intelligentsia* de analisar o mundo objetivamente, de maneira neutra (no sentido mais estrito do termo). (1954, p. 140)

permanecer intocável em se tratando de ciências sociais (há quem diga que nem mesmo nas ciências rígidas), portanto partir desta premissa é tratar de forma errônea algo inevitável e, ato contínuo, perder disto uma grande contribuição que, se aceita e metodologicamente utilizada desde o princípio, se faria forma muito mais produtiva, e também b) Não ter como vista a transformação social, mas somente a sua descrição é fechar-se em um reduto inócuo de sentido, pois não se vive em uma bolha excluída da podridão da realidade social, de modo que se faz quase anti-instintivo "saber" das mazelas que permeiam a sociedade e não tratar isso com comprometimento a priori pelas suas resoluções. Existem aqueles, como o faz Weber, que dizem ser o papel da transformação social uma matéria não dos cientistas, mas talvez dos políticos, e de outras áreas da divisão do trabalho, bem, temos no concreto a plausibilidade de tal argumento, basta ver o quão bem as coisas vão.

*"Como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalhador perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude contemplativa." (LUKÁCS, 2003, p. 204)*

É claro que a "contemplação" a que se refere Lukács no fragmento acima é de outra ordem (não trata da mesma que estou trazendo ao falar da "ciência contemplativa"), mas acho a comparação interessante e reveladora.

*"Até os pensadores que não querem negar ou camuflar o fenômeno, que viram mesmo, mais ou menos claramente, as suas consequências humanas desastrosas, se ficam pela imediatidade reificação e não fazem qualquer tentativa para superar as formas objectivamente mais desviadas, mais afastadas do próprio processo vital do capitalismo e, portanto, mais exteriorizadas e mais vazias, para penetrar o fenômeno originário da reificação." (LUKÁCS, 1989, p. 109)*

Ou seja, com este modo de se fazer ciência não se conseguem, primeiro, mudanças concretas, mas, ainda muito antes disso, não se consegue sequer pensar na mudança mais adequada uma vez que a causa do problema ainda está mal diagnosticada.

### Conclusões teóricas (parcelares)

Dentro de toda esta parafernália persiste esta questão: como pode o tempo da ciência ser o tempo do mercado? A sociedade capitalista reinventou, à sua imagem e semelhança, um estado, e também uma universidade, assim como valores e demais artificios necessários à sua perpetuação. É evidente que alguma liberdade dentro destes moldes há. Talvez, partindo do princípio dialético, até haja condições de mudança que partam da academia, mas são questões que pretendo abordar em estudos posteriores e que, por ora, a meu ver, caem no dilema da "Tolerância Repressiva" já bem apresentado por Marcuse:

*"(...) o exercício de direitos políticos (como votar, escrever carta à imprensa, a senadores, etc., demonstrações de protesto com uma renúncia prévia da contra-violência) em uma sociedade com total administração serve para fortalecer essa administração através do testemunho da existência de liberdades democráticas, as quais, na realidade, mudaram o seu conteúdo e perderam a sua eficácia. Nesse caso, a liberdade (de opinião, de assembleia, de expressão) se torna um instrumento para absolver a servidão." (MARCUSE, 2007, p. 30)*

Como já dito em exemplos anteriores, não se pode aplicar o raciocínio exposto no excerto acima de maneira total na análise do objeto deste trabalho, uma vez que a tolerância acima é tratada em relação à política, mas creio ser um paralelo de grande contribuição ao debate aqui proposto. Ora, podemos fazer estudos dos mais revolucionários, mas ainda estaremos presos a toda uma estrutura que a priori determina as funções e aplicabilidades de tais pesquisas, mostrando então que tal estrutura é, por um lado, solapadora dos resultados, pois gera regras de pesquisa que inviabilizam a autêntica pesquisa compromissada com a transformação social (e que demanda bem mais do que a universidade a serviço do capital têm a oferecer) e, por outro, a tentativa de mudanças "de dentro para fora" na universidade só legitimará o status quo sob o argumento de que este sempre estará disposto a "melhorar", quando sabemos que a liberdade cessa no plano do discurso, pois quando se vai à ação os pesos mudam.

Portanto:

*"Assume-se aqui (...) que a ação pedagógica e sua correspondente autoridade pedagógica não se efetivam senão como delegatárias da força imposta pela classe dominante, de modo exógeno às instituições de ensino, como é o*

*caso da universidade." (TAVARES, 2013, p. 88)*

Isso se mostra mais claro e triste quando percebemos a lógica simples, conquanto engenhosa, da coisa: a educação não é fim enquanto tal, é meio de inserção qualificada no mercado de trabalho, é meio de reprodução do capital, mas não só. É também o adestrar deste "proletário em potencial", é o reprodutor ideológico do status quo; pois é, como diria Bourdieu, na coerção mais imperceptível

e mais cristalizada subjetivamente que reside a real força de uma coerção (1989). Portanto, não como alguns românticos definem: a educação como "a transmissão de valores morais, a transformação do ser em bom cidadão, *no gentleman*".

Do outro lado, a educação formal é - aos olhos do estudante - meio de se consagrar enquanto mão-de-obra competitiva no mercado de trabalho. É como uma velha e triste piada que me foi contada: Há uma criança sentada no chão do quarto, desenhando



coisas no papel. Sua vó entra no quarto e diz “meu filho, você deveria parar com isso e ir estudar, você não pode fazer só o que você quer”. A criança olha-a ligeiramente intrigada. “mas por quê?” indaga a criança, e a vó pacientemente responde: “por que, se não, você não vai conseguir ser bem sucedido e ganhar dinheiro”. “e pra quê eu quero isso, vovó?” pergunta o menino, ainda sem entender. “Ora, meu neto, sem dinheiro você não vai conseguir fazer o que você quer.”<sup>8</sup>

*“A educação capitalista está voltada para formar a força de trabalho e esta, no capitalismo, é especializada, e, por conseguinte, é unilateral, ou seja, se volta para o desenvolvimento de algumas potencialidades necessárias para o processo de produção capitalista em detrimento de diversas outras, criando um ser humano [e uma pesquisa] limitado[as].” (VIANA, 2004, p. 11)*

*“O aparelho escolar contribui para a reprodução da qualidade da força de trabalho na medida em que transmite o saber e regras de conduta (ler, escrever e contar) e tem um destino produtivo.” (TRAGTENBERG, 1982, p. 42)*

*“[...] somos educados em nome de padrões e idéias que prevalecem no interior da comunidade.” (MANNHEIM, 1969, p. 41)*

Mas deixando à margem estas obviedades, que são das mais elementares a qualquer teórico crítico, prossigo meu esforço.

O parêntese no título desta conclusão não é desproposital. Intento, em estudo posterior – logo em breve –, tentar validar este meu ensaio teórico com elementos outros, medir as penúrias sofridas infringidas ao saber intelectual e científico pela especialização (e por práticas que legitimam esta, como o produtivismo). Lamento não tê-las trago aqui agora, mas se me valem defesas, a primeira é a de que, estando também eu nesta lógica em que se produz academicamente tal qual nas esteiras fordistas, não consigo freá-la a meu bel prazer para entregar um trabalho que, para mim, seria mais bonito e explicativo; mas também pelo fenômeno do Salami Science, que dá muletas aos mancos vítimas do primeiro problema. Todavia não quero ficar neste miserabilismo choroso, apenas justificar meu revés.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. (2009), *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo. 03/07/2012. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/ricardo-antunes>>. Acesso em: 27/06/2013
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CERVANTES, Miguel de. (2010), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote da Mancha – Volume II*. Tradução de Carlos Nougé e José

O que fica explícito, à primeira vista, é isto: a Universidade, nos moldes em que está, é uma bolha enorme que produz sobre tudo e para tudo, mas que não tem sua produção acessada pelo grande público, pela grande massa. O que há é uma atualidade gigantesca no tratamento dos dilemas, mas um *delay* imenso na chegada das respostas produzidas ao lado de fora dos muros e grades da academia. O que há, também, é de fato uma produção que quase parte do princípio da alienação, pois se produz com base em metas a serem atingidas, não com base em uma dúvida que surge e que é sucedida de um estudo bibliográfico que pode originar uma boa pesquisa científica. O que há é uma pesquisa que corre o risco, cada vez mais próximo, de limitar-se às observações das sombras de dentro da caverna, pois perderá seus olhos para a “cegueira da falsa razão”, como diria Saramago, se especializando ao ponto de conseguir identificar todas as cores presentes em uma pintura, mas nunca conseguindo relacioná-las para apreciar o quadro inteiro. E a outra grande dúvida que jaz é: onde colocaremos mais e mais trabalhos que nunca serão lidos e que acabam por precisar de alocação nos empoeirados galpões e estantes da biblioteca?

O que parece é que estamos todos como Quixote, pesquisamos como se estivéssemos a degolar gigantes, mas não passavam de odres de vinho tinto.

*“– Pode tranquilamente vossa mercê, senhor Triste Figura, dormir quanto quiser, sem preocupação de matar nenhum gigante, nem de fazer voltar a princesa a seu reino, que tudo já está feito e concluído.*

*– Isso bem creio eu – respondeu D. Quixote – porque travei com o gigante a mais descomunada e encarniçada batalha que penso ter em todos os dias de minha vida, e de um revés, zás!, lhe lancei a cabeça por terra, e foi tanto o sangue que dele saiu, que os arroios corriam pela terra como se fossem de água.*

*– Como se fossem de vinho tinto, poderia vossa mercê dizer melhor – respondeu Sancho –, porque quero que saiba vossa mercê, se é que não o sabe, que o gigante morto é um odre furado, e o sangue, seis arrobas de vinho tinto que ele encerrava em seu ventre; e a cabeça cortada é a puta que me pariu, e que vá tudo para o inferno.” (CERVANTES, 2010, p. 158)*

**8** Há uma alegoria interessantíssima para entender a relação entre a insuficiência da ideia da transformação a partir da problemática social estruturante anterior (e de aspectos bem mais amplos e profundos, também), que é a alegoria do Jovem Carlos Henrique, presente na Tese de Doutorado do Professor Francisco Mata Machado Tavares (uma das referências deste trabalho), no subcapítulo 2.1.1 – Carlos: a alegoria do humano fragmentado (p. 93).

- Luis Sánchez. São Paulo: Abril Coleções Clássicas.
- DURKHEIM, Émile. (2010), *Educação e Sociologia*. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. São Paulo: Hedra.
- FERES, João. (2000), *Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a ciência política americana tem para nos contar*. Revista de Sociologia Política. Nº 15. nov. Curitiba.
- GORENDER, Jacob. (2013), "Apresentação". In: MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Tradução de Rubens Enderle. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo.
- GRAMSCI, Antonio. (2001), *Os intelectuais. O princípio educativo*. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – volume II*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, Jürgen. (1975), "Técnica e Ciência enquanto 'Ideologia'". In: BENJAMIN, Walter et. al. *Textos Escolhidos*. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- LUKÁCS, Georg. (1989), *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Tradução de Telma Costa. 2ª. ed. Porto: Elfos.
- LUKÁCS, Georg. (2003), *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.
- LUKÁCS, György. (2011), "Meu Caminho para Marx". In: \_\_\_\_\_ *Socialismo e Democratização*. Tradução de José Paulo Neto e Carlos Nelson Coltinho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MANNHEIM, Karl. (1954), "The sociological problem of the 'intelligentsia'". In: MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utophy: an introduction to the sociology of knowledge*. Traduzido por Louis Wirth e Edward Shils. New York: Harcourt, Brace & C., Inc. London: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- MANNHEIM, Karl. (1969), "Primeira parte: questões teóricas". In: MANNHEIM, Karl, STEWART, W.a.c. *Introdução à sociologia da educação*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cutrix.
- MARCUSE, Herbert. (2007), *Tolerância Repressiva*. Tradução de Kathlen Luana de Oliveira. *Protestantismo em Revista*, v. 12.
- MARX, Karl. (1984), *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Traduzido por S. W. Ryazanskaya. Moscow: Progress Publishers.
- MARX, Karl. (2011), *Sobre o suicídio*. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. 1ª. ed. rev. São Paulo: Boitempo.
- ORWELL, George. (2003), *Nineteen Eighty-Four, a novel*. Orlando and London: Plume and Harcourt Brace.
- RANIERI, Jesus. (2010), "Apresentação". In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- RICCI, David M. (1984), *The Tragedy of Political Science – Politics, Scholarship, and Democracy*. New Haven and London: Yale University Press.
- TAVARES, Francisco Mata Machado. (2013), *Para além da Democracia Deliberativa: uma crítica marxista à teoria política habermasiana*. Tese de doutorado não publicada, DCP-UFMG, Belo Horizonte.
- TRAGTENBERG, Maurício. (1982), *Sobre Educação, Política e Sindicalismo – volume 1: Educação*. São Paulo: Cortez.
- VIANA, Nildo. (2004), *Marx e a Educação*. *Estudos*, v. 31, nº.3. Goiânia: UCG. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/23283146/Marx-e-a-Educacao-Nildo-Viana> > Acesso em: 09/09/2013
- WEBER, Max. (2010), "Ciência como vocação". In: WEBER, Max. *Ciência e Política – duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 15ª ed. São Paulo: Cultrix.

Recebido em 05 de novembro de 2013

Aprovado em 03 de maio de 2016

# CONTEMPORÂNEOS E INCLUSIVOS: O BERÇO TRADICIONAL, OS CORPOS NO MUNDO E A VOLTA AO CENÁRIO RELIGIOSO

**RESUMO:** Este texto possui o objetivo de analisar a construção de identidades homoafetivas cristãs a partir do estudo de testemunhos disponibilizados no site da Igreja Cristã Contemporânea de Belo Horizonte. Inicialmente abordo as principais concepções da homossexualidade no âmbito religioso cristão, em seguida analiso os testemunhos do site e busco encontrar traços comuns nas narrativas. Por fim, apresento a Igreja Cristã Contemporânea e aponto para o processo de conversão, cura espiritual, restituição e transformação na relação com o corpo como elementos relevantes para as trajetórias homoafetivas cristãs analisadas.

**ABSTRACT:** This text aims to analyze the construction of christian homosexual identity's based on the studies of testimonials available on the website of Contemporary Christian Church of Belo Horizonte (Igreja Cristã Contemporânea de Belo Horizonte). To begin with, I'll assay about the main conceptions of homosexuality on the general Christian tradition. In the second place, I'll analyze the testimonies available on the church's website in order to seek common traits between the narratives. Finally, I'll talk about the process of conversion, spiritual healing, restitution and transformation that are related to the body as key elements in the analyzed trajectories.events without interference from the researcher.

## Introdução

Este texto é parte de um longo trabalho previsto, sendo seu objetivo inicial analisar a construção de identidades homoafetivas a partir da inserção numa igreja inclusiva<sup>1</sup> - a Igreja Cristã Contemporânea sediada na cidade de Belo Horizonte/MG.

A etapa inicial contempla alguns apontamentos feitos a partir de depoimentos disponibilizados no site dessa denominação. A análise desses relatos fornece base para compreender uma trajetória que passa pela tradição religiosa em que o indivíduo foi orientado, por conflitos oriundos da relação entre indivíduo e dogmas religiosos tradicionais, o abandono e a reinserção num ambiente religioso (inclusivo).

Porém, é preciso reconhecer que ao considerar inicialmente as falas fornecidas por membros da Igreja Cristã Contemporânea disponibilizadas no site já se trabalha com um recorte feito pela própria instituição. Significa dizer que a partir dos depoimentos encontrados é possível traçar uma trajetória linear, que num plano prático pode se revelar insuficiente. De todo modo, o estudo do site da Contemporânea é tomado como uma etapa introdutória para a construção deste trabalho.

A partir dos estudos de Marcelo Natividade e

Fátima Weiss de Jesus sobre igrejas inclusivas, se dá meu pontapé inicial nessa área. As reflexões acerca da figura do convertido desenvolvidas por Hervieu-Léger também alcançam grande importância para a análise proposta.

## Metodologia

Para a construção deste trabalho foram analisados 49 testemunhos disponibilizados no site da Igreja Cristã Contemporânea (<http://igrejacontemporanea.com.br>). Destaco aqui que nem todos os testemunhos possuem informações sobre a data de postagem. De todo modo, aparentemente esses textos começam a aparecer no site a partir de 2009. O texto mais recente foi publicado em 2015.

Foram analisados também outros materiais disponíveis no site como as sessões "Valores", "Doutrinas", "Sermões e Estudos" e "Notícias", textos de páginas e blogs publicados na Internet que discursam sobre temas como homossexualidade, casamento cristão, processos de libertação, etc; entre 2014 e 2015.

**Maressa de Sousa Santos**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Oitavo Período. Bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais.

## Contato:

maressadess@gmail.com

## Palavras-chave:

Homossexualidade; religião; conversão.

## Keywords:

Homosexuality; religion; conversion.

## Homossexualidade e religião: perspectivas e discussões

Nos discursos religiosos cristãos, a homossexualidade recorrentemente aparece relacionada à noção de impureza. Os primeiros humanos criados pela divindade cristã nascem a partir de construções de corpos diferentes: um feminino e outro masculino. Tais corpos seriam complementares na medida em que a mulher foi criada para "fazer companhia ao homem" e que o corpo feminino foi construído a partir de um fragmento do corpo masculino. "Reproduzir-se, povoar a terra, ter uma grande descendência são palavras de bênção dadas ao primeiro casal em Gênesis 1.28 e são repetidas em momentos cruciais na história de Israel, especialmente com relação aos patriarcas". (DEIFELT, 1999, p.39) Assim, o primeiro casal cristão representa em grande medida o ideal de união heterossexual ligada à fecundidade.

A partir de interpretações das narrativas bíblicas acerca da criação do mundo e do papel masculino e feminino, emergem debates que tentam definir aquilo que é natural na esfera sexual humana. Uma perspectiva constantemente evocada é aquela toma a homossexualidade como não natural já que fere os propósitos da criação: a homossexualidade vai contra a vontade da divindade cristã uma vez que a união entre o mesmo sexo não é a capaz de gerar filhos.

O não cumprimento da função reprodutiva faz com que as relações homossexuais sejam associadas a práticas cujo único objetivo é a satisfação de "prazeres carnis". Tal concepção geralmente relaciona a imagem de homossexuais a ambientes festivos e mundanos. Para boa parte dos segmentos religiosos conservadores, esses ambientes representariam uma entrega à promiscuidade e às relações efêmeras. Tais práticas são tidas como pecaminosas e vão à contramão de um modo de pensamento cristão que busca o controle do corpo.

Em alguns dos textos consultados, escritos por líderes ou membros de igrejas cristãs tradicionais em blogs e sites da internet que discutem sobre a homossexualidade, as uniões heterossexuais ou homossexuais são comparadas a um quebra-cabeça. Assim, homem e mulher aparecem como peças complementares, um encaixe perfeito conforme as escrituras sagradas. A relação homossexual, porém não seguiria esta lógica, já que tratam-se de duas peças iguais, não-complementares.

Esta analogia ao quebra-cabeça nos leva imediatamente à noção do uso dos corpos abordada por Natividade (2006). Nessa perspectiva, os órgãos genitais masculinos e femininos possuem uma

função estabelecida, assim como homem e mulher possuem papéis estabelecidos socialmente. Para Natividade, "a associação entre reprodução e práticas sexuais é um recurso recorrente na definição do que é um modo natural e sadio de exercício da sexualidade" (NATIVIDADE, 2006, p. 120).

Outro discurso recorrente aponta para a atuação de entidades malignas, problemas espirituais e traumas sofridos no passado. Sob essa perspectiva, a homossexualidade não seria natural, mas resultado da atuação de fatores externos. Natividade (2006) trabalha essa noção ao analisar livros que sustentam a ideia de que a atuação de demônios, abusos, violência e rejeição podem causar comportamentos homossexuais. Segundo ele, por trás da concepção de desnaturalização da homossexualidade está a noção de que as práticas homossexuais "podem ser abandonadas pela restauração e cura". Consequentemente, a ideia de "restauração" aparece na readequação ao modelo normativo para os gêneros. (p. 118)

Para Machado (1998) a exteriorização do mal, isto é, a admissão da existência de influências de forças sobrenaturais malignas, atenua a responsabilidade daqueles que são considerados desviantes em relação à moral pentecostal.

*"[...] criando a possibilidade de ruptura e de reinterpretação das experiências passadas à luz de uma nova identidade social – os escolhidos de Deus. Da leitura da Bíblia ao comprometimento nos cultos, do exorcismo à conversão, do batismo nas águas à vida santificada: múltiplos são os caminhos para a purificação do corpo e sua transformação num santuário para o Espírito Santo". (p. 285-286)*

Essas discussões preliminares permitem que o primeiro passo seja dado em direção a cursos que cruzam com noções de pecado, impureza, atuações demoníacas, cura e libertação. Entre curvas sinuosas e atalhos no caminho, as trajetórias homoafetivas encontram desafios comuns no campo religioso cristão.

## O berço tradicional, os corpos no mundo e a volta ao cenário religioso

O universo religioso cristão possui seu próprio modelo de comportamento pautado nas orientações bíblicas. Nessa medida, membros de comunidades cristãs compartilham crenças e valores comuns ao mesmo tempo em que estão submetidos a normas e restrições que se estendem também ao campo da

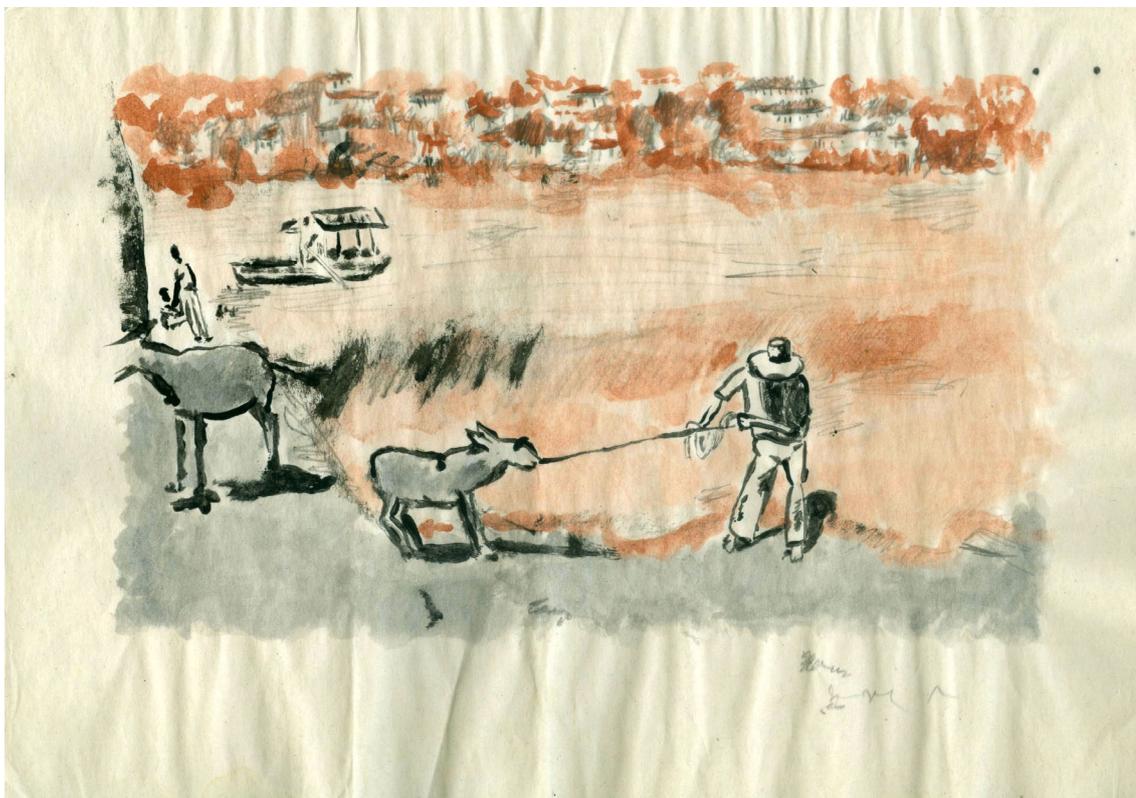
1 O texto "Contemporâneos e inclusivos: o berço tradicional, os corpos no mundo e a volta ao cenário religioso" é a parte inicial de uma pesquisa individual desenvolvida no Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais da UFMG. A pesquisa tem como objetivo abordar religião, família e adoção na Igreja Cristã Contemporânea, tema de um futuro trabalho de conclusão de curso. Além de "Contemporâneos e inclusivos", que apresenta os resultados da pesquisa realizada no site da Igreja Cristã Contemporânea, tenho realizado também o esforço de refletir acerca do uso religioso da internet no caso das igrejas inclusivas. O trabalho de pesquisa previa ainda uma pesquisa de campo, realizada durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2014 e Abril, Maio e Junho de 2015. Ter uma trajetória cristã foi fator relevante na relação com os sujeitos desta pesquisa. Embora atualmente não tenha religião, cresci na igreja católica e essa trajetória traça linhas de compartilhamento de símbolos diversos com os membros da Contemporânea. Apesar disso, esse percurso de pesquisa tem sido árduo e se configurado como um constante trabalho de deslocamento. Eu, mulher negra, heterossexual, sem religião me proponho neste texto o desafio de mergulhar em trajetórias homoafetivas cristãs

sexualidade.

Boa parte das pessoas que deixaram seus testemunhos no site da Igreja Cristã Contemporânea afirmam ter nascido em lares cristãos. Dentre as igrejas de origem citadas estão a Igreja Católica, a Assembleia de Deus, Assembleia dos Anjos, Igreja Batista, Igreja Metodista Wesleyana e Ministério Apascentar. Um número menor de casos aponta para a participação em rituais e feitiçaria anteriores à entrada na Contemporânea - essas referências

são classificadas apenas como "religião antiga" e "trabalho para o inimigo".

De modo geral, os declarantes são apresentados à religião cristã através da orientação familiar e uma vez dentro de espaços cristãos, desenvolvem atividades como a participação em ministérios, grupo de jovens, grupos de evangelização, etc. O processo de construção de uma identidade cristã tradicional tem início desde a infância e os valores religiosos que compreendem tal processo são aprendidos e



Lucas Braga

incorporados a partir da exposição aos ensinamentos bíblicos.

Conforme os testemunhos, o início da adolescência marca o surgimento da noção de diferença. Trata-se de um período em que boa parte dos jovens dessas comunidades religiosas estabelecem os primeiros relacionamentos amorosos. As "conversinhas" sobre namorados(as) e a expectativa familiar em relação ao início dessas experiências estabelecem as primeiras preocupações acerca da sexualidade desses indivíduos. Em alguns casos, o primeiro beijo ou ainda a primeira experiência sexual, ocorre dentro do próprio grupo religioso.

*"Aos quinze anos decidi sair da igreja do meu pai e com sua autorização me tornei membro da igreja sede. Lá voltei a cantar e a tocar bateria, essa época foi muito marcante pois foi nesse período que eu fui batizado com Espírito*

*Santo. Apesar da fase íntima com Deus, o meu corpo humano sentia necessidades, eu via os meus amigos de igreja começaram a namorar, e logo a me questionarem porque eu também não tinha uma namorada e eu me desesperava. Sim, eu queria ter uma namorada, mas só o faria se de fato sentisse atração e desejo por ela, do contrário jamais usaria alguém para agradar os outros". (J.S.M.)<sup>2</sup>*

*"[...] foi na minha adolescência que comecei a perceber que eu era meio "colorido". Sempre tive o temor do Senhor em meu coração, mas me sentia diferente. Ainda na adolescência tive algumas experiências homoafetivas, mas sempre me sentia culpado pois havia aprendido que as práticas homossexuais eram abominações perante Deus e que estaria condenado ao inferno". (L.P.)*

<sup>2</sup> Para preservar a identidade dos autores dos testemunhos, seus nomes foram abreviados. A origem dos testemunhos foi indicada no final deste texto.

amorosas são seguidas de um grande sentimento de culpa, vergonha e confusão mental. Estabelecer um relacionamento homossexual está fora dos padrões que regem a vida cristã já que o código normativo que circula nessas comunidades é aquele que valoriza a heterossexualidade – ainda que, conforme dito anteriormente algumas experiências tenham sido vivenciadas na comunidade religiosa em que o indivíduo está inserido. Há ainda um temor importante, relacionado ao castigo da divindade: a condenação ao inferno.

Frequentemente, o desejo homossexual é associado à atuação de um demônio do qual esses indivíduos buscam se libertar. Nessa medida, uma série de práticas como jejuns, orações e consagrações que buscam a cura espiritual e a libertação são aplicadas.

*"[...] Todos os dias eu me torturava com a mesma pergunta: Como Deus me libertou de uma casta poderosa de demônios e não tira esta atração que possuo por outras pessoas do mesmo sexo? Então a minha vida ministerial começou a se desenvolver e ao mesmo tempo buscava a dita "libertação da homossexualidade" pensando que era mais um demônio que atormentava a minha vida como os pastores me faziam acreditar. Eu subia e descia monte. Consagração eu estava em todas. Passava todas as terças-feiras no corredor de fogo para queimar o tal demônio da homossexualidade que diziam que eu tinha. Isso tudo me consumia, pois eu tinha uma vida consagrada à Deus e não conseguia me libertar". (M.A.)*

*"Me lembro da minha infância com muito carinho, mas a minha adolescência foi marcada por frustrações e conflitos, pois não entendia o que estava acontecendo comigo e quando pude entender que eu era diferente não queria aceitar a mim mesmo. Desde os 12 anos comecei a buscar libertações em orações, jejuns que nada adiantavam, era uma pessoa triste e muito introvertida, não falava com ninguém, sentia vergonha de mim mesmo, sentia uma pressão tão forte em minha consciência que minha postura ao andar e sentar era encurvada, cheguei a fazer exames o qual os médicos disseram a meus pais que não tinha problema algum na coluna e que meu problema era psicológico. Meu pai não entendia o que estava acontecendo comigo. Quando me relacionei com meu primeiro namorado (ele também era evangélico) sentíamos culpa, foi um relacionamento escondido e marcado por frustrações. Um dia meu pai acabou descobrindo esse meu namorado. Lembro-me que era semana de Santa Ceia e não pude mais participar do corpo e do sangue do Senhor, não pude tocar mais meu instrumento. O que eu mais temia estava*

*acontecendo". (B.R.C.)*

Os depoimentos acima apontam para um aspecto importante do processo de busca de libertação da homossexualidade: a realização dessa experiência de maneira individual e a realização das práticas de cura e libertação a partir da exposição da sexualidade senão para a comunidade, mas ao menos para a os líderes dessas comunidades religiosas.

A busca da cura individual é conduzida a partir de práticas como orações e jejuns que visam a cura do corpo atormentado pela atuação de entidades malignas. Alguns dos testemunhos relatam que a descoberta do desejo pelo mesmo sexo e a consciência de que esse tipo de relação conforme as interpretações bíblicas da comunidade em que está inserido é condenada, cria o desejo de cura e conseqüentemente, sua busca. A tentativa de cura do corpo é resultado de uma leitura de si mesmo orientada por valores religiosos apreendidos.

*"Lembro-me que desde 7 anos de idade já olhava os outros meninos de forma diferente. Aos 13 anos, quando conheci Jesus Cristo em uma Igreja perto da casa onde morava, comecei a participar do Grupo de Adolescentes e desde as primeiras reuniões me foi ensinado que a homossexualidade, até então chamada de homossexualismo era causado por um demônio. A partir desse momento passei a buscar a libertação, pois não queria nenhum demônio dentro de mim. Durante meses busquei e não "manifestava" nos cultos de libertação nem o desejo me abandonava. Cansado de clamar, jejuar, fazer propósitos, votos etc., ouvi falar de um Bispo que estava na sede dessa denominação no Estado do Rio de Janeiro, que creio ainda seja um homem muito usado por Deus para libertar as pessoas, participei de um Culto de Libertação dirigido por ele e nada do demônio sair". (Dc.L.)*

*"Fui pesquisar sobre o sentimento entre dois homens e quanto mais eu estudava mais eu me desesperava, tudo indicava que eu era gay e segundo os ensinamentos do meu pai e todos na igreja, isso era pecado, abominável e se eu não mudasse tal comportamento estaria condenado ao inferno. Eu me sentia sujo imundo e comecei a me afastar das pessoas e do meu ministério. Já não cantava mais, tinha vergonha de orar e a cada dia me tornava mais introvertido. Eu não aceitava aquilo, não podia me acomodar com aquela possessão demoníaca em minha vida". (J.S.M.)*

Há ainda outra dimensão acerca do processo de cura. Existem relatos em que a homossexualidade é descoberta pela comunidade religiosa e

"denunciada", ou o próprio indivíduo expõe sua situação aos representantes da comunidade. Nesses casos, alguns dos procedimentos adotados são consagrações, jejuns, orações, retiros espirituais e afastamento dos indivíduos de suas funções dentro da comunidade religiosa enquanto este se encontra num processo de "libertação".

*"Voltei pra Belo Horizonte após 6 meses, e foi onde a luta começou!!! Conteí para os pastores, me enfiaram num retiro de cura interior, meu ministério foi tirado, me mandaram afastar da minha amiga (nessa altura já era minha namorada), ela lutava de lá com a igreja, e eu daqui. Fui instruída a me afastar de qualquer tipo de menina (não tinha amigos mais), não podia estar em nenhum tipo de ministério, não podia fazer absolutamente nada, enquanto isso só fazia cursos de primeiros passos cristãos (como se eu tivesse esquecido o que DEUS era). A vida começou a ficar difícil, a depressão e a opressão que eu vivia me matava e confesso que eu orava incansavelmente para que JESUS me matasse, qualquer inferno era pouco perto daquilo que eu ouvia/via/passava!". (R.G.)*

*"[...] Tudo ia muito bem até começarem a perceber que éramos "diferentes", que estávamos juntos demais. Foi o começo de uma tortura emocional, na qual sofri muito e com isso veio os pensamentos de que eu ia para o inferno, que eu era uma aberração, pedia a Deus para me curar dessa "doença", mas nada acontecia... Resolvi sair da igreja, pois se eu não era aceito. Como poderia integrar, fazer parte das atividades, crescer espiritualmente? Assim, fiquei visitando várias igrejas, sem envolvimento, para não criar vínculos e ser descoberto de novo". (J.R.A.V.)*

A resposta aos processos de cura é narrada de maneiras bem diferentes. Enquanto alguns indivíduos dão continuidade à "libertação" e buscam estabelecer relacionamentos com o sexo oposto – chegando inclusive à união matrimonial - outros tomam a experiência como um fracasso e constataam a impossibilidade de curar a homossexualidade.

*"[...] as palavras daquele estudo penetraram na minha mente e a cada dia fui vestindo aquela máscara de tentar fingir para mim mesmo que não era aquilo que eu era. Fugia de tudo o que sentia, mas o desejo continuava lá. As igrejas acham que uma pessoa vira "ex-gay" quando não pratica a homossexualidade, mas isso é uma mentira pois ela continua lá dentro de nós. Passados os tempos fui me dedicando mais e mais na obra de Deus e o pastor me consagrou ao diaconato. Foi um dia*

*muito feliz em minha vida. Ali eu estava me enganava achando que tinha "superado" aquela situação. Tomei o próximo passo para minha "cura" segundo os preceitos das igrejas que era começar a namorar uma mulher. Conheci uma jovem de outra igreja e passamos a congregar juntos na Igreja Metodista Wesleyana onde nos casamos. No início, foi tudo flores mas dentro de mim estava me enganando e estaria impedindo aquela jovem de ser feliz. Não me envolvi com ninguém da igreja, mas às vezes me pegava olhando para algum rapaz, isso só mostrava que eu estava enganado pois vivia uma identidade sexual que não era a minha". (M.A.)*

Todavia, assim como o depoimento acima, mesmo os testemunhos que relatam a tentativa de um casamento heterossexual são seguidos pela descrição de sentimentos que comprovam que o desejo homossexual não foi "combatido". Essas pessoas afirmam que ao buscarem se encaixar num ideal de vida cristã tradicional, sentem que estão "enganando a si mesma e aos outros". Assim, mais cedo ou mais tarde, rompem com os compromissos assumidos: casamentos são desfeitos e ministérios são abandonados.

Não tomando a homossexualidade como identidade sexual, mas como comportamento pecaminoso resultante de influências demoníacas, práticas de libertação e cura são empreendidas. É preciso ressaltar que algumas denominações religiosas mostram-se mais flexíveis à participação de homossexuais em reuniões, cultos, celebrações, etc., todavia, a expectativa de que esses indivíduos abandonem "práticas homossexuais" permanece.

*"Passei pelo menos 15 anos de minha vida buscando algum tipo de cura para o que eu sentia em relação aos meninos, ou alguma libertação. Essa cura ou libertação não chegava. Apesar de eu ser crente, ter fé em Deus, orar incessantemente... Aos 20 anos de idade, cheguei à conclusão que eu era assim e não havia um jeito de mudar. Ou eu deixava, ou viveria para sempre num mundo sem cor, sem alegria e sem felicidade. Tive de deixar a igreja. Apesar de amar muito que eu fazia e ter sonhos. Mas lá eu sempre seria uma aberração e precisaria me libertar". (R.A.)*

Depois de se submeterem a tudo aquilo que faz parte do processo de libertação e cura, muitos indivíduos abandonam seu grupo religioso. A dificuldade de integração e a "desilusão" apontada nos depoimentos culmina na saída da igreja.

A partir desse acontecimento, alguns

dos testemunhos relatam a busca de outras denominações religiosas. Todavia, a maior parte deles aponta para um momento em que esses indivíduos “experimentam o mundo” e passam a frequentar locais anteriormente evitados tais como boates e bares.

*“Então, após 07 anos de casado decidi largar tudo. Disse em grito: Deus, Eu não aguento mais!!! Amados, larguei Jesus! Acabei com o meu casamento, abandonei meu ministério, decepcionei pessoas que acreditavam em mim e voltei para o Egito. Logo a promiscuidade veio à meu encontro ...a bebida e o cigarro me foram apresentados. Tudo o que um dia eu tive vontade de fazer eu fiz e logo vieram as amizades que me levaram a conhecer a noite gay. Eu via que eu não fazia parte daquele mundo, mas foi o que sobrou para mim... viver a falsa liberdade”. (M.A.)*

“O mundo”, citado recorrentemente para fazer referência a ambientes fora da igreja como baladas, prostíbulos, bares, etc. , fornece prazeres carnavais considerados efêmeros e nesse sentido, a sensação de “não acolhimento” e desencanaixes daqueles que buscam frequentá-lo permanece.

*“Mesmo no mundo eu sentia a falta de Deus, sentia saudade da época em que era da igreja, e eu evitava se quer passar em portas de igrejas evangélicas para não despertar ainda mais tais lembranças, mas por mais que eu evitasse, com certa frequência eu conhecia pessoas que também haviam tido uma vida com Deus e mesmo em um quarto de motel acabávamos lembrando tal experiências, mas ao amanhecer, como já era o habitual, eu deletava o número da pessoa e sumia, nunca mais o encontrava de novo”. (J.S.M.)*

*“Distante de Deus minha vida foi um desastre! Solidão e depressão eram a minha rotina. Claro que aos olhos dos “amigos” eu era uma pessoa feliz, mas por detrás do sorriso, escondiam-se muitas lágrimas. Não tinha alegria, não conseguia amar e nem tão pouco ser amado, não me aceitava, não conseguia me entender, havia abandonado a Deus pensando que teria felicidade e me vi ao encargo de viver para tomar antidepressivos para dormir, totalmente entregue ao “mundo” e longe daquele que desde o ventre da minha mãe tinha um chamado para minha vida. Já tinha chegado ao “fundo do poço”... nunca tinha tomado bebida alcoólica em minha vida, mas passei me embriagar para ficar “feliz”... para a minha diversão noturna necessitava usar produtos que de proporcionavam aquela “falsa” sensação de bem estar... tudo ilusão quando amanhecia me*

*sentia pior ainda”. (F.I)*

Após a peregrinação de igreja para igreja, a busca por espaços religiosos que não condenem a homossexualidade começa a aparecer nos depoimentos analisados. O questionamento da existência desses espaços é fruto da inquietação e do desejo de encontrar um local onde “adorar a deus” e exercer livremente a sexualidade seja possível. A maior parte dos indivíduos descobrem as igrejas inclusivas através da internet (pesquisas, vídeos, redes sociais, etc.) ou através do convite de amigos. Há ainda aqueles que conhecem essas denominações através de panfletos recebidos em eventos como a Parada Gay. No caso específico da Igreja Cristã Contemporânea, um grande número de pessoas toma conhecimento da teologia inclusiva depois de assistir a um programa de TV<sup>3</sup>.

*“Em meio à tristeza, eu me lembrei de Deus. Eu o questionava, perguntando-lhe se nunca seria feliz e porque não conseguia ter um relacionamento sério. Foi quando eu me lembrei de minha época de igreja, adorando ao Senhor Jesus, louvando na casa dele. Era domingo. Então me veio uma pergunta: será que existe uma igreja gay? Na mesma hora fui a uma lan house, entrei na internet e comeci a procurar por igrejas gays. Encontrei a Igreja Cristã Contemporânea”. (Dc. M.G.)*

Os relatos acerca das primeiras experiências na Igreja Cristã Contemporânea fornecem base para entender como esse espaço é construído. O acolhimento imediato dos visitantes e a realização de cultos semelhantes ao modo como são dirigidos em outras denominações são alguns dos pontos destacados nos depoimentos que contribuem para que essas pessoas se identifiquem com a Igreja Cristã Contemporânea.

Em sua etnografia, Natividade (2010) observa o crescimento de um modelo de homossexualidade discreta o que se constituiria enquanto estratégia de legitimação do grupo e tradução de uma postura que reflete o comportamento ideal de uma “vida com deus”. (p.110) O autor aponta também para influências religiosas dos participantes e a permanência de um ethos pentecostal com modelos e códigos religiosos específicos (p.105)

Acerca desse assunto, é interessante apontar que conforme os testemunhos, ao buscarem a Igreja Cristã Contemporânea muitos indivíduos carregam consigo alguma desconfiança em relação às intenções da igreja, ao modo como os cultos são realizados e à própria atuação de deus naquele

**3** Os pastores Marcos Gladstone e Fabio Inácio apareceram em programas como o Superpop da Rede TV, que na época geraram grande repercussão. A primeira aparição ocorreu em 18/05/2010.

local. Alguns relatam que buscaram sinais de comportamentos "estranhos" ou contraditórios em relação a ambientes cristãos nas primeiras visitas.

A passagem por outras denominações inclusivas contribui em parte para esse receio. Aqueles que conheceram tais denominações antes da Contemporânea, justificam a saída pela insatisfação com comportamentos e condutas considerados impróprios. Diante desse fato, os indivíduos terminam buscando aquilo que consideram comunidades que cultivam posturas homoafetivas "sérias" e comprometidas com a vida cristã.

Depois de constatada a semelhança com o modo como os cultos tradicionais são gerenciados, muitos visitantes permanecem na Contemporânea. Nesse sentido, a "seriedade" da Igreja é percebida a partir do comportamento de seus fiéis e da própria condução dos cultos.

*"Um dia nos sentimos tão incomodadas por estar longe da igreja que fomos pesquisar. Acabamos indo na Igreja Cristã Contemporânea de BH, ainda era no hotel, e fomos recebidas com tanto amor que nos sentimos em casa. Ali choramos, e oramos, e vimos como os cultos são iguais as igrejas tradicionais". (R.G.)*

*"Quão grandiosa surpresa. Era um lugar simples. Comum. Quem entra lá sem saber que é uma igreja inclusiva, não diz que é. Afinal, é uma igreja como qualquer outra. Lá adora-se a Deus. Ao mesmo Deus. Aquele que antes eu achava que me condenava. E como foi bom o primeiro dia que eu pisei naquele lugar". (R.A.)*

Um último ponto a destacar, é que a identificação com o novo cenário religioso é reforçada também considerando a trajetória do líder da Igreja Cristã Contemporânea o pastor Marcos Gladstone, que também passou pelo processo de cura e libertação tal qual alguns dos membros da Contemporânea. O texto exposto na página "Quem somos" aponta que

*"Ele se converteu ao Evangelho do Senhor Jesus aos 14 anos de idade, e cresceu na fé dentro da Igreja Evangélica Congregacional e como a maior parte dos membros do nosso ministério, viveu um grande dilema: era homoafetivo e a única resposta dada pela igreja era que isso é condenado pela Bíblia. Aos 17 anos sentiu-se chamado para o ministério pastoral, o que lhe fazia buscar ansiosamente por uma "cura", uma "libertação" de sua orientação sexual [...]".*

## A Igreja Cristã Contemporânea

A Igreja Cristã Contemporânea faz parte do segmento evangélico neopentecostal e surge em 2006 com o objetivo de "levar o amor de Deus a todos, sem preconceitos". O pentecostalismo destaca-se pela ênfase na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo. A partir de 1970 desenvolve-se uma vertente com grandes influências desta corrente religiosa caracterizada pela ênfase nas representações em torno do corpo, na guerra contra o diabo, na pregação de prosperidade e pelo uso crescente de objetos que mediam o sagrado. Além disso, várias denominações dessa corrente religiosa vão em direção a participação política partidária e utilizam a TV e o rádio como os evangélicos nunca haviam feito no Brasil até então. (ROSAS, 2015, p.239, nota 12)

A Contemporânea pretende "incluir através da Bíblia" e não fazer "distinção entre as pessoas". Pretende ainda combater o "estigma negativo" que recai sobre os homoafetivos. Todavia, conforme informações do site, a Igreja Cristã Contemporânea não se reconhece como uma "igreja gay" - ela seria "inclusiva" e não "exclusiva". O grande número de frequentadores homoafetivos é justificado como consequência de uma exclusão causada pela "intolerância religiosa" de outras denominações cristãs. Assim, a Igreja Cristã Contemporânea assume o compromisso de acolher aqueles que foram "marginalizados e condenados a uma vida de opressão e distanciamento dos planos e propósitos" de Deus.

Para os Contemporâneos, a Bíblia não condena a homossexualidade. Essa visão seria resultado de "construções teológicas preconceituosas e traduções maliciosas" dos textos bíblicos. A Contemporânea dá grande importância à Bíblia, mas deixa claro que muitas passagens podem conter resquícios de uma "interpretação maliciosa": Nesse sentido, a Contemporânea investe em estudos que rebatem a ideia de homossexualidade como pecado. Dentre os materiais produzidos está um livro e um DVD denominado "A Bíblia sem preconceitos".

## A construção de uma identidade cristã homoafetiva

A figura do convertido merece ser analisada na medida em que fornece meios para compreender o desprendimento da tradição religiosa na qual o indivíduo foi criado e a construção de uma identidade escolhida por ele. Ao tratar de identidade aqui, considera-se que

<sup>4</sup> Retirado da sessão "Quem somos". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/quem-somos/historia.html>> Acessado em: 16/05 de 2014

*[...] identidade não é uma essência, não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder" (DA SILVA, 2007, p.96-97)*

Entende-se também que o processo de construção envolve uma demarcação de uma fronteira simbólica que marca diferenças e deixa de fora determinados elementos, conforme sugerido por Stuart Hall (HALL, 2007, p.106-107). A noção de pertencimento endereça esses sujeitos numa comunidade religiosa com crenças e práticas específicas.

*"A conversão religiosa, na medida em que inicia, ao mesmo tempo, uma reorganização global da vida do interessado segundo normas novas e sua incorporação em uma comunidade, também constitui uma modalidade notavelmente eficaz de construção de si em um universo onde se impõe a fluidez de identidades plurais e em que nenhum princípio central organiza a experiência individual e social". (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.116)*

Após a entrada na Igreja Cristã Contemporânea, os membros se sentem capazes de travar uma "batalha com o inimigo" e "restituir tudo aquilo que foi perdido": os laços familiares, a relação com deus, a vida econômica, etc. A ideia de restituição expressa nos depoimentos está ligada também à retomada de ministérios e ao dom de falar em línguas.

*"A restituição "pura e simples" já é algo bom, porque significa corrigir, devolver, restabelecer, reintegrar, reabilitar uma situação... todavia, a Restituição Espiritual é algo que vai muito além, porque engloba em ter de volta, multiplicado e restaurado, tudo o que o inimigo "roubou, matou e destruiu" (João 10, 10a), incluindo todos os sonhos que o Senhor teve sobre a sua vida desde quando você ainda estava sendo formado no ventre de sua mãe"<sup>5</sup>.*

Assim como o processo de restituição, o processo de cura espiritual ganha centralidade nas narrativas. Todavia, a busca da cura espiritual proposta pela

Contemporânea não está nos moldes de igrejas evangélicas tradicionais: esta estaria ligada à cura da indefinição e desorientação sexual e do sofrimento causado pela exclusão do ambiente familiar e religioso.

*"Encontrei em 23 de Agosto de 2010, o povo que antes não era povo como eu, uma geração eleita, que dedicava sua vida ao sacerdócio real. Vida transformada e a cura da indefinição e desorientação sexual restaurada. Aprendi a me amar e acreditar que Deus me amava do jeito que eu era e que acima de tudo poderia adorá-lo em espírito e em verdade". (L.A.)*

A mudança de hábitos é outro aspecto importante dessa fase. Feita a partir das orientações da igreja ou ainda a partir da iniciativa dos próprios membros, o abandono de práticas que prendem os indivíduos a vícios e outros elementos mundanos marca um processo de mudança a partir da conversão religiosa.

*"Lembro que fui do jeito que e eu era, de regata preta, uma calça toda rasgada, alargador e piercing. Que culto foi aquele? Tudo se parecia muito com a minha igreja de infância, me sentia em casa. Ao final do culto o pastor de repete desapareceu, isso é o habitual das igrejas. Mas para minha surpresa ele estava na porta, esperando cada membro sair, os quais ele dava um sorriso, um beijo e um abraço. Saí daquela igreja com uma certeza: Não queria mais estar longe de Deus e nem da sua casa. Já no caminho de volta para a minha casa eu tirei os alargadores exagerados, o piercing chamativo na boca e na semana seguinte voltei a igreja. Voltei como filho...". (J.S.M.)*

*"Com o passar do tempo, comecei a sentir vergonha de chegar na igreja com cheiro de cigarro, nos dias de culto eu nem bebia, isso tudo sem ninguém me proibir, já era o Espírito Santo me transformando. Decidir sozinho a largar primeiramente o cigarro, nossa foi duro! Coitada da minha companheira, como aturou meu mau humor. Sempre que eu sentia que iria fraquejar e comprar um cigarro, recorria a Deus e pedia forças. A cerveja foi mais tranquilo, simplesmente perdeu a graça". (A.S.)*

A questão da imagem e comportamento dos fiéis pode ser pensada enquanto valor pela Contemporânea. A postura exigida de seus membros expressa o desejo de construir um modelo de homoafetividade cristã ideal e uma lógica coesa entre comportamento sexual e crença religiosa.

<sup>5</sup> "O que é Restituição Espiritual?". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/sermoes-e-estudos/752-o-que-e-restituicao-espiritual.html>>. Acessado em: 19/05 de 2014

*"O Contemporâneo é bom exemplo, foge da aparência do mal, não vai à lugares comprometedores... O cuidado é redobrado com a sua imagem, porque sabe que a sua imagem é a imagem da Igreja Contemporânea, a imagem da Igreja Contemporânea é a imagem de Deus. Quando for requerido um bom exemplo de Ministério, a Contemporânea tem que ser o bom exemplo. Quando for mencionado um pastor apto, tem que ser o da Contemporânea. Quando for necessário um modelo de exemplo de vida é o seu que deve ser citado"<sup>6</sup>.*

O trecho acima reforça que participar de uma comunidade religiosa implica se submeter a uma série de recomendações, dogmas e restrições. Mesmo quando a Igreja Cristã Contemporânea estende os braços àqueles que outrora foram oprimidos por outras religiões, a regência de outras normas sobre os corpos é inescapável. A proposta de não obrigar seus membros a abandonar ou renegar sua sexualidade não vem acompanhada de liberdade total, já que restrições ao corpo estão presentes num sentido de preservar a sacralidade desses corpos, de garantir a fuga do pecado e a aproximação com a divindade perante uma vivência "consagrada".

O cuidado com imagem dos membros da Contemporânea reforça a tentativa de construção de uma identidade cristã homoafetiva que serve de referência e exemplo para outros homoafetivos, para a família e para a sociedade em geral. Conforme o depoimento abaixo, as vivências homoafetivas cristãs se oferecem como uma alternativa possível para outros homoafetivos.

*"Temos a oportunidade de passar para nossos filhos ou parentes que o que somos e fazemos não tem nada de errado. Sabe por quê? Somos exemplo de homossexuais. Somos homossexuais segundo a Bíblia. Não estamos aí pelo mundo. Estamos na igreja. Vamos aproveitar isso. Temos uma grande propaganda: a forma como conduzimos nossa vida em Cristo". (C.C.)*

A construção de identidades homoafetivas cristãs não se restringe à participação de homoafetivos em cultos religiosos. A legitimidade dessas identidades é buscada também a partir da tentativa de construção de um ambiente religioso plural. Nesse sentido a participação de heterossexuais - tais como parentes de um membro da Contemporânea - é importante uma vez que representa a construção de uma "igreja inclusiva" em detrimento de uma "igreja gay". Além disso, a realização de trabalhos de evangelização por bares, praças e eventos como a Parada Gay, contribui

para expandir essas identidades "além das tendas".

A entrada na Contemporânea fornece um novo modo de identificação que se dá num plano que aponta para um grupo distinto, abençoado e convocado pela divindade para uma missão de evangelização. A descoberta de uma "missão" ou "chamado" dá um novo sentido à vida religiosa.

*"Então entendi o motivo pelo qual o Senhor nos enviou até lá. Nosso chamado não é um chamado de divisão e muito menos de contendas. Nosso chamado é um chamado de obediência. Não desejamos apenas o crescimento da igreja. Desejamos a expansão do reino. Desejamos alcançar aos que estão do lado direito do barco. Os que ficaram de fora se não entendêssemos que da expansão da igreja dependem a submissão à ação do Espírito Santo e a obediência ao mandado evangelístico de Jesus". (Dc.R.A.)*

A valorização de relações estáveis e monogâmicas e a percepção da família como "projeto de Deus para os homoafetivos" faz parte também de um novo modo de perceber e construir a participação homoafetiva em uma igreja inclusiva.

*"Quando eu adotei a Maria Vitória ela ainda estava na barriga da mãe biológica dela. Esta mãe heterossexual não a queria e já era o segundo filho que ela entregava a outros. Eu sempre a quis. Digo isso porque sempre quis ser mãe, mesmo lésbica e na fase "perdida no mundo". Vejam que a maternidade é inerente ao desejo pessoal, não passando por gênero nem orientação sexual. Quando os meus pais morreram e eu me assumi lésbica, passei a ter uma preocupação: Acho que vou ficar sozinha. Será que vou morrer sozinha, no quarto de meu apartamento? [...] Só que neste percentual de família tem algo a mais: somos evangélicas! A religião defende o matrimônio, defende a família. Confesso que isso foi um alívio para mim pois eu sempre acreditei nisso e, no meio gay, a fidelidade e união são temas ainda pouco relevantes. É meu caro, podem até dizer que estamos na moda, mas ainda não somos respeitados. Por isso a necessidade de mostrar que é possível ser lésbica, mãe, casada e evangélica. E que isso existe, ora bolas!". (C.C.)*

## Novos desafios

Muitos relatos demonstram que a entrada na Igreja Cristã Contemporânea não implica na resolução total dos dilemas espirituais. Há ainda um processo diário de luta espiritual contra "o inimigo"

<sup>6</sup> Retirado da sessão "Quem somos". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/quem-somos.html?id=13>> Acessado em: 16/05 de 2014

que frequentemente ataca e oferece obstáculos àqueles que tentam estabelecer uma vida com Deus.

*"O despertar da consciência de que Deus me amava foi tão grande, que automaticamente Satanás se levantou pra fazer de tudo para que eu não voltasse à presença de Deus. Se eu já tinha andado por caminhos difíceis, dali por diante afundei ainda mais em coisas que só me tiravam o foco. [...] Algumas pessoas pensam que assim que elas aceitam ou voltam pra Jesus tudo se tornará fácil. Na verdade as coisas podem até piorar. Mas uma coisa é certa. A fé que ele mesmo coloca em nossos corações nos dá a certeza de que não estaremos sozinhos. Hoje sei que tudo o que eu perdi, assim o foi para que eu soubesse que dali pra frente, tudo o que eu recebesse seria das mãos do Senhor e não mais das minhas". (P.A.)*

As constantes lutas enfrentadas mesmo após a conversão são interpretadas como uma "insatisfação do inimigo" com a presença dessas pessoas na Contemporânea ou ainda, como uma provação do próprio Deus. Ao assumir o demônio como adversário a ser combatido, uma "batalha espiritual" é conduzida diariamente para obter vitória sobre o pecado e as influências malignas.

Algumas vezes a figura da divindade cristã aparece nos textos publicados acompanhada do termo "senhor dos exércitos" enquanto os alguns membros se colocam a posição de "soldados". Durante os cultos a palavra "conquista" aparece nas falas com frequência e em diferentes contextos. "Permanecer em Cristo" e "ser revestido pelo Espírito Santo" são algumas das condições necessárias para travar uma batalha espiritual.

### Considerações finais

Conforme o que vimos até aqui, a chegada à Contemporânea não marca o fim das trajetórias analisadas. Pelo contrário, alguns relatos apontam para abandonos e retomadas. Numa perspectiva religiosa, esse afastamento é justificado pela constante luta contra demônios ou ainda, por

provações impostas pela divindade cristã. Por outro lado, é possível considerar ainda o intenso fluxo religioso especialmente entre igrejas pentecostais. As igrejas inclusivas são um fenômeno recente e nesse sentido ainda buscam estabelecer suas bases.

A chegada à Igreja Cristã Contemporânea também não representa um epílogo da vida cristã homoafetiva já que para alguns se ela marca também como o início de uma luta que se estende além do plano religioso.

As regras religiosas acerca da sexualidade humana marcam categorias sagradas para comunidades e grupos religiosos e avaliam positiva ou negativamente determinadas práticas. Todavia, o impacto das classificações produzidas por tais domínios se estende além do plano religioso, envolvendo dimensões políticas e sociais. Assim, o debate entre homossexualidade e religião se insere num cenário em que os mais diversos grupos lutam pela definição de um modelo correto de conduta cristã.

Conforme dito no início deste texto, o estudo do site pode encontrar entraves na medida em que se trabalha com um conteúdo produzido pela própria igreja. Não se pode dizer em que medida tais informações são recortadas. De fato, o ambiente online envolve estratégias de comunicação para mediar a relação entre igreja, membros e não membros. Considerando essa perspectiva, é possível apontar que no caso da Contemporânea, chama a atenção a ênfase na família e o aparecimento de aspectos que Natividade (2010) identifica como código de conduta. Em sua etnografia, o autor aponta ainda para uma reivindicação de uma "tradicionalidade" feita pela Contemporânea na medida em que busca "ser reconhecida como uma iniciativa inclusiva que tem como parâmetro o ideal de uma vida cristã, pautada em princípios bíblicos". (p.110) Assim, o conteúdo disposto no site parece revelar uma preocupação com o estabelecimento da igreja no meio pentecostal como uma igreja que, a exemplo das demais, persegue os ensinamentos bíblicos, possui determinadas normas, valoriza a família e auxilia seus fiéis.

### Referências bibliográficas

- DA SILVA, Tomaz Tadeu. (2007), "A produção social da identidade e da diferença" in: Tomaz Tadeu da Silva (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes.
- DEIFELT, Wanda. (1999), Os tortuosos caminhos de Deus. Estudos Teológicos, 39, 1: 36-48.
- GUERRIERO, Silas. (2006), Novos Movimentos Religiosos: o quadro brasileiro. São Paulo, Paulinas.
- HALL, Stuart. (2007), "Quem precisa de identidade?". Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, p. 103-133.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. (2008), O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis, Vozes.

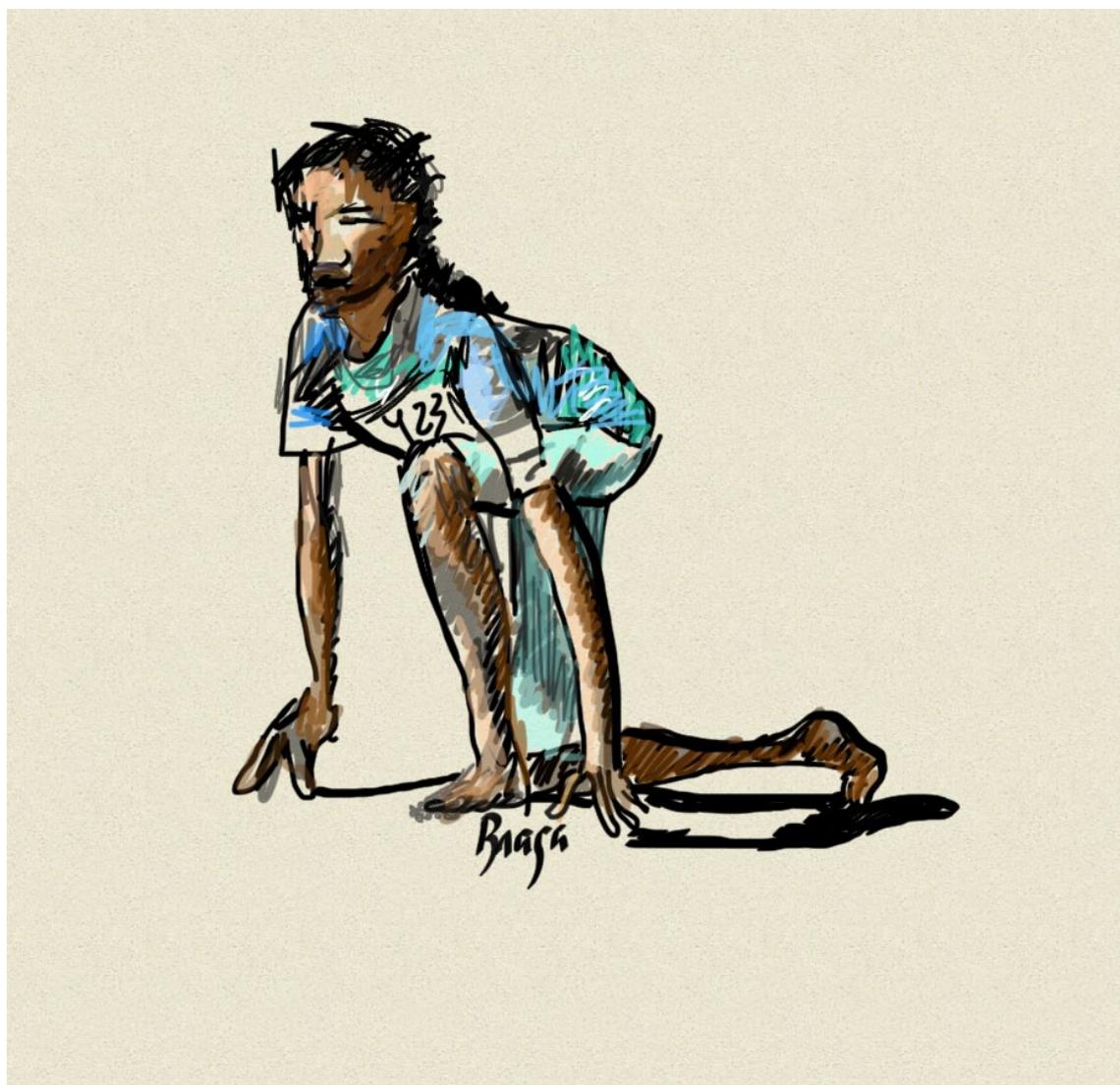
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (1998), *Conversão religiosa e opção pela homossexualidade em tempos de Aids*. Cadernos Pagu, 11: 276-301.
- NATIVIDADE, Marcelo. (2006), "Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas". *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 21, 61:115-132
- NATIVIDADE, Marcelo. (2009), "Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores". *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2: 121-161.
- PICH, Santiago. (2005), "Entre o céu e a terra: o corpo nos novos movimentos religiosos". *Revista Temas e Matizes*, 4, 7:33-40
- ROSAS, Nina. (2015), *Cultura evangélica e dominação do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono*. 1. ed. São Paulo, Fonte Editorial (no prelo).

### Testemunhos citados

- M, J.S. "Não podia conter que eu sou". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/964-nao-podia-conter-o-que-sou.html>>. Acessado em: 16/05 de 2014
- P, L. "Percebi que era meio colorido". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/973-na-adolescencia-percebi-que-era-colorido.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- A, M. "Testemunho de um ex ex-gay". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/572-testemunho-de-um-ex-ex-gay.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- C, B.R. "Fiz libertação e não funcionou". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/967-fiz-libertacao-e-nao-funcionou.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- L, Dc. "Demônio da homossexualidade?". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/464-demonio-da-homossexualidade.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- G, R. "Cura gay ... eu tentei!". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/941-cura-gay-eu-tentei.html>> Último acesso em: 16/05/2014
- V, J.R.A. "Deus está aqui – uma breve jornada de um cristão homoafetivo". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/758-deus-esta-aqui-uma-breve-jornada-de-um-cristao-homoafetivo.html>> Último acesso em: 16/05/2014
- A, R. "A idade da inocência". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/558-a-idade-da-inocencia.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- I, F. "Uma luz no fim do túnel". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/43-quma-luz-no-fim-do-tq-por-pr-fo.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- G, Dc. M. "Deus não desistiu de mim". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/436-deus-nao-desistiu-de-mim-por-marcelo.html>>Acessado em: 16/05 de 2014
- A, L. "Minha mãe na Igreja Contemporânea: um sonho realizado". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/747-um-sonho-minha-mae-na-igreja-contemporanea.htm>> Acessado em: 16/05 de 2014
- S, A. "Uma longa caminhada até a conversão". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/734-uma-longa-caminhada-ate-a-conversao.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- C, C. "Família homoparental". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/385-familia-homoparental.html>>Acessado em: 16/05 de 2014
- A, Dc. R. "Lance a rede... do lado direito!". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/871-lance-a-rede-do-lado-direito.html>> Acessado em: 16/05 de 2014
- A, P. "Dançando na casa do pai". Igreja Cristã Contemporânea. <<http://www.igrejacontemporanea.com.br/site/artigos/testemunhos/874-dancando-na-casa-do-pai.html>> Acessado em: 16/05 de 2014

Recebido em 26 de fevereiro de 2015

Aprovado em 22 de fevereiro de 2016



Lucas Braga

# FRIEDRICH ENGELS: AS INFLUÊNCIAS DO "GENERAL" NA PARCERIA COM O "MOURO" E NO SOCIALISMO INTERNACIONAL

**RESUMO:** Este artigo faz uma breve reflexão acerca das contribuições de Engels para a gênese do marxismo, evidenciando sua autonomia e originalidade de ações e ideias, bem como sua participação e influência na parceria com Marx e no movimento operário internacional. Também serão analisados os possíveis motivos que o levaram a ser significativamente esquecido nos espaços acadêmicos, políticos, culturais, sindicais, escolares, na literatura marxista e no imaginário popular.

**ABSTRACT:** This article does a brief reflection about the contributions of Engels to the genesis of Marxism, showing his autonomy and originality of actions and ideas, as well as his participation and influence in partnership with Marx and in international labor movement. Also, is analyzed possible reasons that leads to significantly deconsideration of Engels contributions in academic, political, cultural, unions, schools, marxist literature and folk culture.

## Introdução

No dia cinco de agosto de 1895, na cidade inglesa de Londres, morre Friedrich Engels. Seu corpo foi cremado e lançado ao mar de *Eastbourne*. Sem sua atuação ativa e suas contribuições, o marxismo, nas palavras de Coggiola, "não teria existido". Apesar de ser extremamente importante para o marxismo, suas obras são, de um modo geral, apresentadas como um apêndice, como algo secundário e de menor valor em relação às obras de Marx. A sua influência sobre Marx e outros detalhes sobre sua vida, sua obra e suas colaborações são ignorados sistematicamente. Em torno dessa discussão, o estudo em tela possui um duplo objetivo: o de refletir sobre o papel exercido por Engels, ou seja, suas contribuições no campo da teoria e da prática como líder socialista, sua participação na parceria com Marx e sua influência sobre ele; e também localizar e identificar os possíveis motivos que culminaram na sua ausência na literatura marxista e não marxista, nos debates acadêmicos, nas referências bibliográficas, nas escolas, sindicatos, partidos políticos e no imaginário popular.

## A atuação indispensável de Engels na formulação do marxismo

"Sem Friedrich Engels, não teria existido o marxismo" (1995, p. 9). Essa afirmação é de autoria de Coggiola, encontra-se na sua obra *Engels: o*

*segundo violino:*

*"Refere-se ao fato de que a obra de Engels, tanto literária quanto prática, constitui junto com a de Marx um todo orgânico inseparável, que deu sua formulação teórica mais profunda, assim como a sua estruturação política mais expressiva, ao desenvolvimento do proletariado moderno". (1995, p. 9)*

O processo pelo qual se formulou o materialismo histórico não é resultado das ações individuais empreendidas por Marx ou por Engels, pois "sozinho", nem sequer Marx teria "concebido" qualquer coisa" (COGGIOLA, 1995, p. 09-10).

Lênin, em uma pequena nota biográfica sobre Engels, afirma que "desde o dia em que o destino juntou Karl Marx e Friedrich Engels, a obra a que os dois amigos consagraram toda sua vida converteu-se numa obra comum" (1979, p. 28). O arcabouço teórico e metodológico que constitui o marxismo foi desenvolvido pelos dois ao longo de quase 40 anos de parceria política, intelectual e pessoal. Após o falecimento de Marx em 1883, Engels assumiu a liderança do movimento socialista internacional, dando continuidade ao desenvolvimento da teoria marxista. Publicou os tomos dois e três de *O Capital* e novas edições de outras obras de Marx; escreveu diversos artigos, ensaios, prefácios e posfácios e publicou seus próprios livros; de seu gabinete na *Regent's Park Road*, em Londres, orientava política e teoricamente diversas organizações socialistas

**Wallace Cabral Ribeiro**

Graduando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Contato:**

cabralwallaceribeiro@yahoo.com.br

**Palavras-chave:**

Engels; Marx; projeto de parceria; divisão do trabalho; Marxismo-Engelsiano.

**Keywords:**

Engels; Marx; partnership project; division of work; Engelsian-Marxism.

internacionais e se correspondia com socialistas de inúmeros países; além de realizar, em sua residência, reuniões políticas. Segundo o seu biógrafo Tristran Hunt, após o falecimento de Marx, Engels torna-se o “primeiro violino” e se mantém ativo política e intelectualmente até os últimos momentos de sua vida.

Existem diversas razões para superarmos a ideia de que a principal função de Engels era ser o amigo de Marx, ou de que Engels era aquele que sustentava materialmente Marx e sua família, ou aquele que colaborava com Marx em suas obras. Essas ideias em nada ajudam a compreender o papel de Engels na formação da corrente político filosófica do marxismo, ao contrário, dificultam, além de subestimar por completo o real significado de suas colaborações e representarem sua figura de modo caricato. Segundo Rodrigo Castelo Branco,

*“Engels foi um pensador original, e não apenas um amigo e colaborador de Marx. Ele teve, até 1844, um desenvolvimento intelectual e político autônomo e chegou ao comunismo, ao materialismo e à crítica da economia política antes de Marx, fato negligenciado pela maioria dos marxistas”. (2005, p. 02)<sup>1</sup>*

Nas **Recordações Pessoais de Karl Marx**, o socialista franco cubano e genro de Marx, Paul Lafargue, ressalta que Engels “era o alter ego de Marx” (2005, p. 152). Nesse depoimento, menciona também que Marx e Engels “desde a juventude se desenvolveram juntos e paralelamente, vivendo na mais íntima comunhão de ideias e sentimentos” (*Ibidem*). Apesar de Engels ter se estabelecido em Manchester e Marx em Londres, “continuaram, entretanto, a comunicar-se quase diariamente, emitindo opiniões sobre o que ia acontecendo, política e economicamente, assim como dando conta de sua atividade intelectual” (*Op. cit.*: 153). Lênin ressalta que o distanciamento geográfico “não os impediu de estar em estreito contato espiritual; escreviam-se quase todos os dias” (1979, p. 32). Lafargue descreve a profundidade da parceria existente entre os “fundadores do materialismo histórico”: “a opinião de Engels estava, para Marx, acima de qualquer outra, porque era o único homem que considerava com capacidade para ser seu colaborador. Para ele, Engels era uma audiência completa”; Marx descrevia “com satisfação todas as qualidades morais e intelectuais de Engels” (2005, p. 153).

Considerando todos os aspectos abordados, podemos afirmar que o termo marxismo implica não apenas em considerar as ideias e ações políticas de Marx, mas também em conceber de forma

significativa a biografia de Engels, com suas ideias e práticas políticas no seio do movimento operário internacional. Sem a sua atuação, o marxismo simplesmente não existiria tal como o conhecemos hoje, ou nem se quer existiria. A influência de Engels sobre Marx e no movimento operário possui tal envergadura que José Paulo Netto, em relação à obra de Engels *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, será enfático ao afirmar que “é a partir desse livro que o projeto comunista começa a deixar o plano do ideal para expressar uma tendência do processo histórico real” (2004, p. 43).

### A influência do “general”<sup>2</sup> sobre o “mouro”<sup>3</sup>

Um fato que contribuiu significativamente para a aproximação entre Marx e Engels foi o ensaio escrito por Engels em 1844, intitulado *“Esboço de uma crítica da economia política”*, enviado aos Anais franco-alemães do qual Marx fazia parte. Quando Marx leu o Esboço, ficou impressionado com a originalidade de Engels ao discutir sobre “a exploração e destruição da classe trabalhadora, a oscilação entre prosperidade e crise. Imediatamente, Marx começou a corresponder-se com Engels, e resolveu estudar tudo dos economistas ingleses que já fora traduzido para o francês” (WILSON, 1986, p. 137).

Foi no pioneirismo de Engels que Marx finalmente encontrou o instrumento mais apropriado para compreender de forma mais capilarizada o desenvolvimento da sociedade e suas contradições internas, a economia: “Era preciso encontrar uma base econômica para a luta de classes. Já vimos de que modo Friedrich Engels veio a compreender a importância da economia como consequência de sua experiência em Manchester” (WILSON, 1986, p. 141-2).

Segundo Netto, Engels “dá o primeiro, e fundamental, passo para a crítica comunista à ordem burguesa embasada na investigação da economia” (2010, p. 29, grifos do autor). É preciso lembrar que o primeiro tomo de *O Capital* tem como subtítulo *Crítica da Economia Política*, uma clara demonstração da presença invisível de Engels nesta obra substancial. Gorender faz uma interessante observação a cerca deste assunto:

*“... foi de Engels a primeira incursão no terreno econômico: em princípios de 1844, publicava o Esboço de uma Crítica da Economia Política. O opúsculo causou tanta impressão no espírito de Marx que este... passou muito anos, fez questão de citá-lo como um trabalho genial. É que, naquelas escassas páginas,*

**1** Rodrigo Castelo Branco. A Contribuição dos Textos Juvenis de Engels à Crítica da Economia Política. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAISS%201V%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m2c5.pdf>>.

**2** Apelido dado a Engels devido aos seus textos militares, ao fato de ter sido militar voluntariamente quando jovem e por possuir uma postura corporal que lembrava um militar.

**3** De acordo com Paul Lafargue, as filhas de Marx “não o chamavam de ‘pai’, mas sim de ‘Mouro’, apelido que haviam dado a ele por causa de sua cor mate, de sua barba e cabelos negros (2005: 149).

*despontavam, sem dúvida, intuições seminais decisivas". (1979, p. VII, grifos do autor)*

O Esboço de Engels era, segundo Marx, "genial", assim como pode ser verificado no prefácio de *Para Crítica da Economia Política*, de 1859. De acordo com Mauro Castelo Branco de Moura:

*"... a publicação do **Deutsch-Französische Jarbüncher** do artigo de Engels intitulado **Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie** despertou Marx para os estudos de economia política e para a necessidade de sua crítica, que deram como resultado imediato a elaboração dos cadernos que ensejaram a publicação pós-tuma dos famosos **Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**". (2007, p. 55, grifos do autor)*

Marx afirmou que Engels "chegou por outro caminho (...) ao mesmo resultado que eu" (1982, p. 26). Sobre a trajetória político intelectual dos dois revolucionários, Netto faz uma interessante reflexão:

*"O jovem Engels movimenta-se para a perspectiva operário-revolucionária a partir da sua experiência direta na sociedade capitalista constituída, da sua análise da organização econômica e social que lhe é própria. Quanto a Marx, a sua evolução no sentido da mesma postura é prioritariamente mediaticizada pelas instâncias da reflexão filosófica; somente quando começa a compreender que a filosofia, enquanto tal, é impotente para transformar a realidade, ele se volta para uma alternativa metafilosófica - e o proletariado a que se refere, em 1844, não é ainda a classe operária histórica e real que Engels já conhece bem" (2004, p. 39).*

## A divisão de trabalho e ajuda mútua

Marx e Engels trabalhavam em conjunto dividindo as tarefas, tanto práticas quanto intelectuais, além disso, um colaborava com o outro, escrevendo, discutindo, aconselhando, opinando, apresentando propostas etc. Engels, no prefácio à segunda edição do livro *Anti-Duhring*, expõe brevemente um pouco dessa ajuda mútua que existia entre ambos:

*"(...) o décimo capítulo da parte segunda, consagrada à economia política (Sobre a história crítica) foi escrito por Marx. Infelizmente, eu o tive de resumir por motivos extrínsecos. Era, aliás, hábito nosso ajudarmo-nos mutuamente na especialização de cada um". (1979, p. 09)*

O arsenal epistolário entre o "general" e o "mouro" revela em minúcias as partes íntimas dessa relação. Em agosto de 1862, Marx envia uma carta a Engels, na qual pede sua opinião sobre um determinado assunto que considerava complexo: "deixe-me dizer uma ou duas palavras sobre o que, no texto, será uma questão longa e complexa, de modo que você possa me dar a sua opinião sobre o assunto" (1985: 394, tradução livre). Em uma outra carta, também do mês de agosto de 1862, Marx faz um pedido a Engels:

*"(...) você poderia vir para cá por alguns dias? Na minha crítica, demoli um tanto da velharia que há uma série de pontos a respeito de que eu gostaria de consultá-lo antes de dar continuidade. Discutir estas questões por escrito é cansativo tanto para você quanto para mim". (1985, p. 411, tradução livre)*

Em janeiro de 1858, em uma carta, Marx faz uma série de perguntas a Engels e pede dados empíricos sobre questões práticas da fábrica onde este trabalhava, pede também informações sobre a "circulação de capital e suas variações em diferentes tipos de negócios, entre outras coisas. Se você puder me dar qualquer informação sobre o assunto, seria muito bem-vinda" (1983, p. 256, tradução livre). Nessas três epístolas<sup>4</sup> de Marx a Engels, fica clara a participação ativa de Engels nas investigações de Marx no processo de elaboração de *O Capital*. Nesse período, Engels divide seu tempo entre o trabalho na fábrica, da qual sua família era sócia, e suas atividades políticas e intelectuais com Marx.

Buonicore chama a atenção para o fato de que um conjunto de ideias expressas por Engels em uma carta destinada a Marx, em três de dezembro de 1851, irá compor o famoso livro assinado por Marx, o *Brumário de Luiz Bonaparte*:

*"A história da França alcançou um estágio completamente cômico. Não poderia haver nada mais ridículo que esta paródia de *Brumário* realizada em tempos de paz, com a ajuda de soldados descontentes, pelo ser mais insignificante do mundo e que não encontrou até agora (...) nenhuma resistência (...). Nem torturando o espírito durante todo um ano se poderia criar comédia mais linda. Na verdade, parece que o velho Hegel dirige de sua tumba a história no papel de espírito mundial, cuidando com a maior atenção a que todos os acontecimentos apareçam duas vezes: a primeira sob a forma de tragédia e a segunda na forma miserável de farsa. Caussidiere por Danton, Louis Blanc por Robespierre, Barthelemy por Saint-*

<sup>4</sup> Essas cartas são mencionadas por Tristran Hunt (biógrafo de Engels) em *Comunista de Casaca: A Vida Revolucionária de Friedrich Engels*, 2010: 226-227.

*-Just, Flocon por Carnot, e o lunático Louis Napoleão, com meia dúzia de oficiais desconhecidos e cheios de dívidas em vez do pequeno cabo Napoleão I com sua turma de marechais". (ENGELS, 1851 apud BUONICORE, 2013, s.p)<sup>5</sup>*

Um outro ponto interessante, que merece ser mencionado, são os artigos escritos por Engels e assinados por Marx para as edições do jornal estadunidense **The New York Daily Tribune**, na década de 1850. Por três motivos, Marx pede a Engels que escreva os artigos por ele: o primeiro seria que Marx necessitava aprofundar suas investigações sobre economia e precisava de tempo para se dedicar a esse objetivo; o segundo motivo, Marx desejava receber o dinheiro pago por cada artigo para sustentar sua própria família; e o terceiro motivo, seria o fato de que Engels dominava melhor a língua inglesa do que Marx. Esse acontecimento só ocorreu devido à divisão de trabalho que existia entre os dois, cada um ficava responsável por realizar determinadas tarefas. "A colaboração ao longo de muitos anos no jornal progressista americano **The New York Daily Tribune** é um brilhantíssimo exemplo da unidade das concepções ideológicas e da amizade de Marx e Engels" (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS. *Friedrich Engels Biografia*, 1986, p. 203). Segundo Stedman Jones,

*"Uma colaboração desse tipo não duraria muito tempo se tratasse de uma relação entre mestre e discípulo, entre criador e divulgador. Ela funcionou porque a teoria de partida era 'copropriedade', de modo que ambos se sentiram igualmente empenhados em sua ampliação mediante a elaboração de uma teoria específica do modo de produção capitalista". (1983, p. 417)*

A ideia de "copropriedade", da qual fala Stedman Jones, é expressada pelo próprio Marx quando este afirmou que «os pontos decisivos de **nossa opinião** foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito *Miséria da Filosofia*" (1982, p. 26, grifos meus). Apesar de se tratar de uma obra de autoria de Marx, não se tratam de ideias exclusivamente concebidas por ele. Marx afirma claramente que esse livro expõe as ideias elaboradas e desenvolvidas dentro de um projeto de parceria entre dois cérebros pensantes, entre ele e o "general".

### A modéstia de Engels

Alguns estudiosos apontam a modéstia de

Engels como um dos fatores que teria contribuído decisivamente para supervalorizar Marx e desvalorizar a imagem de Engels. Engels sempre adotou uma postura de se apagar para permitir que Marx pudesse brilhar; na orquestra, se considerava o "segundo violino", reconhecendo Marx como uma pessoa de destacada inteligência e o grande mentor do movimento comunista. Nas palavras de Lênin, "Engels, em geral com toda razão, sempre se apagou diante de Marx" (1979, p. 33). Engels sempre se posicionava como um ator coadjuvante que ficava à sombra de Marx, dando, frequentemente, mais créditos a seu amigo. Numa certa passagem do *Anti-Durhing*, Engels faz questão de enfatizar a contribuição diferenciada dada por cada um: "uma observação de passagem: **tendo sido criada por Marx, e em menor escala por mim**, a concepção exposta neste livro, não conviria que eu publicasse a revelia de meu amigo" (1979, p. 09, grifos meus). Em uma nota em sua obra *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, de 1886, Engels dá um importante esclarecimento sobre as contribuições dele e de Marx:

*"Eu próprio não posso negar que, antes e durante a minha colaboração de quarenta anos com Marx, tive uma certa quota-parte autônoma, tanto na fundação como, nomeadamente, na elaboração da teoria. Mas, a maior parte dos pensamentos diretores fundamentais, particularmente no domínio econômico e histórico, e, especialmente, a aguda formulação definitiva dela, pertencem a Marx. Àquilo com que eu contribuí, também Marx podia - quando muito, excetuando alguns ramos especiais - ter muito bem chegado sem mim. Ao que Marx realizou, eu não teria chegado. Marx estava mais acima, via mais longe, abarcava mais e mais rapidamente, do que todos nós, os outros. Marx era um gênio, nós, os outros, no máximo talentosos. Sem ele, a teoria não seria hoje, de longe, aquilo que é. Ela tem, portanto, também com razão, o nome dele". (Nota de Engels, 1886)<sup>6</sup>*

A modéstia de Engels não expressa com toda veracidade sua participação em relação à formulação do pensamento comunista, pois, nas correspondências e em sua própria trajetória, fica claro o peso de suas colaborações. No projeto de parceria entre os dois socialistas, Engels, em função da divisão do trabalho, teria ficado com a tarefa de apresentar na imprensa periódica suas concepções sobre assuntos variados em oposição a opiniões diversas. Desse modo, ficaria assegurado a tarefa de Marx de se dedicar com exclusividade a sua

<sup>5</sup> Tradução em inglês disponível na obra KARL MARX. FREDERICK ENGELS. Collected Works (MECW). Volume 38. Marx and Engels. 1844-1851. 1982: 503-506.

<sup>6</sup> ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>>. Originalmente publicado em: Marx e Engels. Obras Escolhidas em três tomos. Tomo III. Lisboa: Editorial Avante, 1982, pp. 378-421.

obra magna (BOUNICORE, 2013). De acordo com Bounicore, foi dentro desse planejamento que:

"... Engels produziu *Anti-Dühring* (1877), *Do socialismo utópico ao científico* (1880), *As origens da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886) e os manuscritos que, depois de sua morte, dariam origem à *Dialética da natureza*. Mesmo estes textos, muito criticados pela maioria dos 'marxistas ocidentais', tiveram o dedo, ou melhor, a contribuição intelectual, do velho Marx". (Op. cit.: 02)

### A "inferioridade" intelectual de Engels

Há quem diga que Marx era intelectualmente muito superior a Engels, e esse seria, também, um dos motivos que contribuiu para que Engels fosse apagado, pois a diferença intelectual entre os dois seria gritante. A inteligência de Marx era, na verdade, superior a de qualquer outro intelectual de sua época, e estava acima da média, isso era notável, pois ele tinha uma enorme capacidade de apreender, lia e escrevia com muita facilidade, era um cientista rigoroso. Em suas memórias, Lafargue comenta que Marx não aceitava informações de segunda mão, e que ele era capaz de se deslocar até a biblioteca do *British Museum* e revirar livros e mais livros apenas para confirmar uma única informação, que muitas vezes era pouco relevante. Marx era extremamente exigente intelectualmente:

"Sua consciência literária era tão severa quanto sua consciência científica. Não só jamais se basearia em fato de que não tivesse plena certeza, como não se permitiria abordar pontos que não tivesse estudado a fundo. Só publicava alguma coisa após refazê-la tantas vezes quantas julgasse necessário, até atingir a forma adequada. Não podia suportar a ideia de oferecer ao público um estudo insuficientemente trabalhado". (2005, p. 147)

Marx não media esforços para buscar o máximo de coerência e profundidade em suas análises. O rigor de suas investigações científicas se refletia em sua escrita, recheada de argumentos profundos, de inúmeros exemplos para atestar um fato com o mais elevado nível de conhecimento nos temas abordados. Marx "não se utilizava jamais de um fato, uma cifra ou de uma data sem que se apoiasse nas fontes mais autorizadas" (Op. cit.: 146).

Sobre a "inferioridade" intelectual de Engels em relação ao seu grande amigo, Oswaldo Coggiola faz uma observação perspicaz acerca dos artigos

escritos por Engels e assinados por Marx na década de 1850:

"Até o século XX, ninguém notou que os artigos sobre a Alemanha no *New York Daily Tribune* (reunidos no volume *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*) não pertenciam a seu signatário Marx, mas a Engels (foi necessária uma descoberta documental para estabelecer este fato)". (1995, p. 23)

Um outro fato interessante é que o capítulo X de *Anti-Dühring* foi escrito por Marx. A autoria desse texto só foi revelada por Engels no prefácio à segunda edição de 1885, dois anos depois da morte do mouro e sete anos após o lançamento da primeira edição da obra: "li o manuscrito inteiro antes da impressão; e o décimo capítulo da parte segunda, consagrada à economia política (**Sobre a história crítica**), foi escrito por Marx. Infelizmente, eu o tive de resumir por motivos extrínsecos" (ENGELS, 1990: 09, grifos do autor). No primeiro exemplo, Engels escreve e Marx assina, já no segundo, acontece o inverso, Marx é o autor, porém é Engels quem assina. A partir desses dois fatos, coloca-se a seguinte interrogação: se, realmente, era absurda a diferença intelectual entre Marx e Engels, então, por que foi preciso uma "descoberta documental" (no caso do primeiro exemplo) e a revelação espontânea de Engels (referente ao segundo exemplo) para perceber esta suposta diferença?

Os artigos escritos por Engels e assinados por Marx ao jornal estadunidense, e o capítulo sobre economia política escrito por Marx em *Anti-Dühring* são uma prova da "completa afinidade de opiniões entre esses dois personagens" (2013, p. 04) e de que "a descoberta e desenvolvimento do materialismo histórico é obra inseparável desses dois formidáveis pensadores" (Op. cit.: 03).

### A avalanche de críticas

O que é motivo de uma avalanche de críticas e é considerado, por muitos teóricos, como o calcanhar de Aquiles de Engels são seus textos que compõe a coletânea *A Dialética da natureza*, escrito durante a década de 1870 e início dos anos de 1880, e publicado décadas depois de sua morte. Por causa desses textos, Engels é acusado por alguns de querer naturalizar o universo social dos homens; outros, ao contrário, o acusam de querer humanizar a natureza. Muitos de seus detratores compreendem que Engels enxergava na dialética uma lei da natureza e não um método de análise da realidade objetiva. Com base nessas interpretações, Engels é qualificado

(ou desqualificado) como mecanicista, cientificista, naturalista, evolucionista e positivista. Para Bounicore, "não deixa de ser irônico que o maior crítico do positivismo e do economicismo no interior do movimento socialista seja, posteriormente, acusado de ser seu principal introdutor e incentivador" (2007: 10). O esforço empreendido por Engels neste projeto intelectual era aplicar as categorias dialéticas materialistas aos fenômenos da natureza para, assim, se posicionar criticamente em relação às teorias de Büchner, Vogt e Moleschott. Engels enxergava nestes o "aparecimento da vulgar popularização

materialista, em que o materialismo devia compensar a falta de ciência" (ENGELS, 1976, p. 126) e apontava os motivos de seu esforço intelectual: "a presunção [dos materialistas vulgares] de aplicar a teoria da Natureza à sociedade e de reformar o socialismo. Por isso, somos forçados a tomar nota deles" (*Op. cit.*: 127). Stedman Jones afirma veementemente que:

*"Engels não aceitava essa acentuação tar-do-positivista-evolucionista das leis naturais de desenvolvimento, concebidas em termos de simples causalidade transitiva procedente segundo uma diretriz unilinear do natural, atra-*



vés do econômico-tecnológico, até o político e o ideológico". (1983, p. 383)

Ao empreender este trabalho, Engels "tinha perfeita consciência de que não era infalível e de que o movimento operário não desejava Papas ou escrituras reveladas" (HALDANE, 1976, p.11).

Na divisão do trabalho que existia entre o mouro e o general, ficou a cargo deste último a tarefa de se posicionar dialeticamente sobre as teorias do "materialismo vulgar" e do "positivismo naturalista". No período de formulação de *A Dialética da Natureza*, Marx foi um leitor privilegiado e também colaborou com reflexões e opiniões<sup>7</sup>, um "certo número de citações de filósofos gregos" (*Op. cit.*: 08) foram encontrados nestes manuscritos com a caligrafia de Marx, o que comprova sua participação invisível e seu consenso. As críticas a Engels acabaram atingindo o próprio Marx, pois, "se erros positivistas existem neste trabalho, Marx, no mínimo, compartilhou amplamente deles" (BOUNICORE, 2007, p. 10).

### A marginalização de Engels

A pesar das inúmeras contribuições de Engels na formação teórica metodológica do marxismo e da literatura marxiana, este autor permanece apagado e esquecido nas universidades, nos artigos acadêmicos, nos livros de escolas, nos manuais de sociologia, nos partidos políticos, nos sindicatos e no imaginário popular. As obras de coautoria, como o *Manifesto do Partido Comunista* e *A Ideologia Alemã*, em muitos casos, são tratadas como se fossem de autoria exclusiva de Marx; ainda que saibam da existência da coautoria, na prática, apenas Marx é lembrado. Um exemplo ilustrativo é o tratamento que o sociólogo Marshall Berman dá ao panfleto de 1848, em sua obra *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar* (título extraído do próprio manifesto). Berman relaciona quase que exclusivamente as ideias contida no *Manifesto Comunista* à figura de Marx e se refere apenas a ele como "um dos primeiros e grandes modernistas" (1986, p. 125). Engels praticamente não aparece nos escritos de Berman.

Em uma nota do texto "Karl Marx", das autoras Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira e Tania Quintaneiro, pertencente à obra de introdução ao pensamento sociológico intitulada *Um Toque de Clássicos*<sup>8</sup>, há uma afirmação sobre Engels que justifica o esquecimento deste intelectual: "Friedrich Engels (1820-1895) foi o grande colaborador de Marx. (...) Optamos por não lhe dar aqui o mesmo tratamento dado a Marx, que de fato elaborou os principais fundamentos teóricos que dão coerência

ao sistema marxista de interpretação" (2003, p. 27).

No índice de nomes do tomo três das *Obras Escolhidas* de Lênin (coletânea de textos e discursos), da editora Alfa-Omega, é nítida a diferença de tratamento da editora entre Marx e Engels. No índice de nomes, Engels é definido como "um dos fundadores do comunismo científico, dirigente e mestre do proletariado internacional, amigo e companheiro de Karl Marx" (1980: 734), enquanto Marx é descrito como o "fundador do comunismo científico, pensador brilhante, guia e mestre do proletariado mundial" (*Op. cit.*: 741). É claramente perceptível que Engels é compreendido como um teórico de menor importância em relação à figura de Marx. Engels é creditado como "um dos fundadores do comunismo científico", enquanto Marx é considerado "o fundador". Marx é identificado como um "pensador brilhante", mas esse elogio, por outro lado, não é feito a Engels. Na nota sobre Engels, é mencionado o fato de que este era "amigo e companheiro" de Marx, porém a nota sobre Marx não menciona que o mouro era amigo e companheiro do general. A única observação em comum nestas duas notas, que os igualaria, é o reconhecimento de que ambos eram líderes e mestres do proletariado internacional; no restante, a comparação entre os dois é desproporcional.

Diversos teóricos hierarquizam as figuras de Marx e Engels por meio do estabelecimento de critérios de contribuições atribuídas a cada um. Na pior das hipóteses, este tipo de empreendimento, no mínimo, tende a considerar a existência das obras de Engels e de suas contribuições, ainda que estas não sejam plenamente reconhecidas. Mas o que de fato vem ocorrendo na prática, na cotidianidade, é o esquecimento sistematizado da figura de Engels nos mais diversos espaços. Seus livros não são lidos nas universidades; nos cursos de sociologia e ciências sociais, apenas Marx é considerado um dos fundadores clássicos da disciplina sociológica (ao lado de Durkheim e Weber), Engels sequer é lembrado.

Outro exemplo que serve para ilustrar a marginalização de Engels são os recentes acontecimentos na política e no judiciário brasileiro. Três promotores<sup>9</sup> do Ministério Público do Estado de São Paulo solicitaram a prisão preventiva do ex-presidente da República Luís Inácio "Lula" da Silva, que é suspeito nas investigações da Lava-Jato<sup>10</sup>. Na justificativa do pedido de prisão, os promotores cometeram uma "gafe", que acabou gerando muitas piadas na internet. No documento, os promotores alegam que "as atuais condutas do denunciado [Lula] certamente deixariam **Marx e Hegel** envergonhados"

<sup>7</sup> Um conjunto de correspondência entre Marx e Engels discute sobre as ciências da natureza e a dialética. Duas destas cartas são de extrema importância, porque revelam a imersão dos dois nessas discussões: uma enviada por Engels a Marx no dia 30 de maio de 1873 e outra, em resposta, enviada por Marx a Engels no dia 31 de maio. Essas correspondências podem ser encontradas em Marx, K. e Engels, F. *Collected Works (MECW)*. Vol. 44. 1870 a 1873. Londres: Ed. Lawrence & Wishart, 1989. pp. 500-06.

<sup>8</sup> Autoras desta obra são Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira, Tania Quintaneiro e Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

<sup>9</sup> São eles: Cassio Roberto Conserino, José Carlos Guillem Blat e Fernando Henrique de Moraes Araújo.

<sup>10</sup> De acordo com o Ministério Público Federal, a Operação Lava-Jato investiga um grandioso esquema de lavagem e desvio de dinheiro, que envolve um complexo arranjo muito bem articulado entre executivos da Petrobras, grande empreiteiras e agentes políticos. A operação recebeu esse nome devido ao fato de que uma rede de postos de combustíveis e lava a jatos de automóveis era utilizada para movimentar recursos ilícitos por uma das organizações criminosas investigadas. Ver: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>.

(2016, p. 173, grifos meu). Na verdade, eles queriam referir-se a Marx e Engels e não Marx e Hegel. O outro erro cometido por esses juristas, nessa mesma frase, foi associar Lula aos fundadores do materialismo histórico, supondo que o ex-presidente fosse comunista ou marxista. Dois erros incomensuráveis cometidos em uma única frase. Esse fato demonstra a falta de clareza por parte dos promotores sobre a teoria marxista e a ciência política. A confusão entre Hegel e Engels, cometida pelos promotores, é um fato que, mais uma vez, demonstra o quanto o general é amplamente esquecido, o que leva as pessoas a cometerem erros dessa natureza - bem mais difíceis de acontecer com Marx, por exemplo, pois o mouro é uma lembrança viva, já Engels é uma ideia vaga na memória coletiva, e, quando lembrado, é confundido com outros autores.

Sem Engels, Marx não seria Marx e sem Marx, Engels não seria Engels, um contribuiu para a formação político e intelectual do outro. Dentro do projeto de parceria, ambos deram enormes e inúmeras contribuições para a solidificação do chamado socialismo científico, da concepção de lutas de classes, do materialismo histórico, da dialética, da mais-valia, do trabalho, da alienação e da economia. Tudo isso se deu ao longo de quase 40 anos de parceria ininterrupta, que só se interrompeu com o falecimento de Marx no ano de 1883.

### As contribuições de Engels em diversos campos do conhecimento

Em sua obra de 1844/1845 (*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*), Engels contribuiu para a sociologia urbana e para a ecologia, ao descrever e analisar as condições de mobilidade urbana, a violência policial, as habitações insalubres dos operários, a divisão espacial das cidades por classes sociais, por nacionalidade e por ofício, e por verificar a poluição do ar, das ruas e dos rios das cidades inglesas. Suas contribuições também foram intensas no que diz respeito às relações de opressão do sexo masculino sobre o feminino (que, atualmente, são chamadas eufemisticamente de "relações de gênero"). Wendy Goldman faz duas observações interessantes a este aspecto, a primeira seria que "o primeiro trabalho marxista a abordar a questão da mulher diretamente foi a situação da classe trabalhadora na Inglaterra" (2014, p. 49); a segunda observação é que "em *A Origem...*, Engels forneceu a expressão mais completa do pensamento marxista sobre as mulheres e a família, apresentando uma análise da opressão às mulheres baseada nas relações de produção mutáveis" (*Op. cit.*: 61).

Engels também deu contribuições bastante interessantes ao campo da religiosidade; segundo Michael Löwy, "Engels é um dos primeiros sociólogos da religião"<sup>11</sup>, por conta de seus diversos textos que tratam da religiosidade, como o clássico *A Guerra dos Camponeses na Alemanha* (1850). Os assuntos militares relacionados às táticas, às estratégias, às inovações técnicas e às questões políticas e econômicas envolvidas nos conflitos armados também foram objetos de estudo do "general", o que lhe permitiu desenvolver, ao longo de algumas décadas, uma teoria do "papel da violência na história". A perspectiva de classe (o ponto de vista de interesse do proletariado), adotada por Engels, lhe proporcionou uma determinada relação sujeito-objeto, que lhe permitiu extrair da realidade suas mais diversificadas, variadas e "múltiplas determinações" (NETTO, 2011, p. 53), o que talvez justificaria, de algum modo, suas contribuições em diversos campos do conhecimento.

### A guisa de conclusão

Engels escreveu diversos artigos, assinados apenas por Marx, para a imprensa americana, nos anos de 1850. Ajudou Marx, em todos os sentidos e de diversas formas, a escrever *O Capital*. Marx deu significativas contribuições ao *Anti-Durhing*, inclusive escreveu o capítulo X. Quando Engels escreveu *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, teve como base um caderno com anotações de Marx sobre a obra de Lewis Morgan, *A Sociedade Antiga*, conforme revelado por Engels no prefácio à primeira edição de 1884:

"Meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também de suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que cabíveis". (1974, p. 02)

Após a morte de Marx, Engels ficou responsável por publicar os Tomos II e III de *O Capital*, e, ao fazer esta árdua tarefa, se envolveu de tal modo que concluiu raciocínios inacabados, organizou a ordem dos assuntos, fez inúmeras observações em notas e também:

"... escreveu por inteiro o capítulo 4 do Livro III, sobre a rotação do capital e sua respectiva influência na taxa de lucro. Escreveu ainda vários prefácios, admiráveis pelo tratamento de problemas básicos e pela força polêmica, bem

<sup>11</sup> Essa afirmação encontra-se em uma palestra ministrada por Löwy, intitulada "Engels como Sociólogo da Religião" (Curso/aula 02). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cXzd57sY0g4>>

*como dois suplementos ao Livro III: sobre a lei do valor e formação da taxa média de lucro e sobre a Bolsa". (GORENDER, 2013, p. 28)*

Por conta dessa atuação como editor e curador da obra de Marx, alguns estudiosos, como o próprio Gorender, afirmam que Engels é coautor desses dois tomos de *O Capital*. Essa ideia segue na direção das convicções de Lênin, quando este afirmou que "estes dois tomos de *O Capital* são, com efeito, obra de ambos, de Marx e Engels" (1979, p. 33).

"Os dois fundadores do materialismo histórico" trabalharam juntos na composição das obras *A sagrada Família* (1845), na qual fazem uma fortíssima crítica aos irmãos Bruno e Edgar Bauer; *A Ideologia Alemã* (1847), enveredando uma crítica contundente às concepções de Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner<sup>12</sup>; e um dos panfletos mais conhecidos da história da humanidade, *O Manifesto do Partido Comunista*, elaborado entre 1847 e 1848. Juntos desenvolveram uma série de artigos, prefácios e circulares internas, da Liga dos Comunistas e da Primeira Internacional, além, é claro, de um ajudar o outro em suas empreitadas político-intelectuais.

Existia entre os dois intelectuais uma afinidade de ideias tão grande que suas diferenças quase se anulavam. Para obter um conhecimento profundo sobre a obra marxiana, é fundamental, essencial e irredutível conhecer a obra de Engels, pois, sem isso, por mais que se conheça a obra completa de Marx, sempre será um conhecimento parcial. Pensar em Marx é, inexoravelmente, pensar em Engels e vice versa. A obra que os dois edificaram tornou-se uma obra em comum.

Independentemente das acusações feitas ao "general" ou da ideia que o próprio Engels fazia de si mesmo (expressada através de sua modéstia exagerada), o que existe é uma profunda harmonia na

parceria entre ele e o "mouro". O que existiu entre os dois, ao longo de quatro décadas, foram contribuições e influências recíprocas, e este fato, por si só, é mais que suficiente para provar a relevância de Engels. Sabemos que Engels não era apenas uma pessoa que ajudava Marx e sua família financeiramente, sabemos também que as inúmeras correspondências entre os dois contextualizam essa íntima relação e que esta parceria rendeu inúmeras descobertas científicas, e produziu um arcabouço teórico, político, econômico, epistemológico, metodológico e filosófico, que influenciou gerações dos séculos XIX e XX, e continua a influenciar no século XXI. Mas, apesar disso, pensar em Marx e Engels como parceiros políticos e intelectuais demanda certo esforço de imaginação, pois suas imagens encontram-se descoladas uma da outra.

Diante das grandes contribuições atribuídas à figura de Engels na elaboração do materialismo histórico e do socialismo científico, e também à sociologia urbana, à ecologia, à sociologia da religião, à história, às ciências militares, ao feminismo, à ciência política, à filosofia, entre outras áreas de conhecimento, nos resta fazer apenas uma pergunta: será que não é hora de adotarmos uma nova postura, que compreenda de forma prioritária, significativa e relevante suas obras em relação à literatura marxiana e marxista, que nos leve a conceber uma teoria do marxismo-engelsiano? Acerca desta problemática, Hunt afirma:

*"Se a voz de Marx está se fazendo ouvir outra vez em nossos dias, então também está na hora de despir Engels de sua modéstia e permitir que suas ideias profundamente iconoclastas sejam exploradas independentemente da memória de Marx". (2010, p. 17)*

## Referências bibliográficas

- BERMAN, Marshall. (1986), Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRANCO, Rodrigo Castelo. (2005), "A Contribuição dos Textos Juvenis de Engels à Crítica da Economia Política". *Antítese*, v. 9, Goiânia, p. 7-19. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m2c5.pdf>>. Acessado em 3 de agosto de 2015.
- BUONICORE, Augusto C. (2013), "Engels diante de Marx: o segundo violino". In: *FUNDAÇÃO Mauricio Grabois*. Publicado em 05 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id\\_sessao=8&id\\_noticia=11771](http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=11771)>. Acessado em 29 de julho de 2015.
- COGGIOLA, Oswald. (1995), Engels, o segundo violino. São Paulo, Xamã.
- ENGELS, Friedrich. (1979), Anti-Duhring. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1886), Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã, S.n.t. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/19886/mes.fim.htm>>. Acessado em 26 de julho de 2015.

**12** O objetivo maior da "crítica roedora dos ratos" era alcançar o autoesclarecimento dos autores, como explica Marx: "o manuscrito, dois grossos volumes in octavo, já havia chegado há muito tempo à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto já havíamos atingido o fim principal a compreensão de si mesmo" (1982:26). A Ideologia Alemã foi publicada pela primeira vez somente em 1932.

- ..... (1974), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ..... (1976), *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GOLDMAN, Wendy. (2014), *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo, Boitempo.
- GORENDER, Jacob. (2013), Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. São Paulo, Boitempo, p. 14-34.
- ..... (1982), Introdução. In: MARX, Karl. *Coleção os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, p. VII-XXIII.
- HALDANE, John Burdon Sanderson. (1976), Prólogo. In: ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HUNT, Tristran. (2010) *Comunista de Casaca: A vida Revolucionária de Friedrich Engels*. São Paulo, Record.
- INSTITUTO de Marxismo-Leninismo do CC-PCUS. (1986), *Friedrich Engels: Biografia*. Lisboa, Edições Avante!
- JONES, Gareth Stedman. (1983), "Retrato de Engels", in HOBBSBWAN, Eric, *História do Marxismo I - Marxismo no Tempo de Marx*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 377-421.
- LA FARGUE, Paul. (2005), *Recordações pessoais de Karl Marx. O capital: Extratos por Paul Lafargue / Karl Marx*. 2ª ed, São Paulo, Conrad Editora do Brasil, p.135-56.
- LENIN, V. I. (1979), *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, p. 03-34.
- ..... (1980), *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, p. 734-741.
- LÖWY, Michael. (2015), *Engels como sociólogo da Religião (Curso/aula 02)*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cXzd57sY0g4>>. Acessado em 03 de janeiro de 2016.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1982), *Collected Works (MECW)*. Vol. 38. 1844-1851. Londres, Ed. Lawrence & Wishart, p. 503-506.
- ..... (1983), *Collected Works (MECW)*. Vol. 40. 1856-1859. Londres, Ed. Lawrence & Wishart, p. 256-257.
- ..... (1985), *Collected Works (MECW)*. Vol. 41. 1860-1864. Londres, Ed. Lawrence & Wishart, pp. 394-398, p. 410-412.
- MARX, Karl (1982), Prefácio. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, p. 23-27.
- MINISTÉRIO Público do Estado de São Paulo. CONSERINO, Cassio Roberto. BLAT, José Carlos Guillem. ARAÚJO, Fernando Henrique de Moraes. (2016), *Ação Penal Pública Incondicionada*. Disponível em: <<http://cdn.jota.info/wp-content/uploads/2016/03/pedido-de-pris%C3%A3o-Lula.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2016.
- MOURA, Mauro Castelo Branco de. (2007), "Engels e o Projeto de Crítica da Economia Política", In MOURA, Mauro Castelo Branco de et al (orgs.), *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*, Salvador, EDUFBA, p. 53-63.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. (2013), In: ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, p. 09-34.
- ..... (2004). *O jovem Engels: A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. In: *Marxismo impenitente: Contribuição à história da ideias marxistas*. São Paulo, Cortez, p. 32-43.
- ..... (2011), *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular.
- QUINTANEIRO, Tania. OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. (2003), *Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte, UFMG. Disponível em <[http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/durkheim\\_webber\\_marx\\_-\\_um\\_toque\\_de\\_classicos\\_0.pdf](http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/durkheim_webber_marx_-_um_toque_de_classicos_0.pdf)>.p. 25-59>. Acessado em 07 de janeiro de 2016.
- WILSON, Edmund. (1986), *Rumo a Estação Finlândia*. São Paulo, Companhia da Letras.

Recebido em 06 de março de 2016

Aprovado em 12 de abril de 2016

# O COMPLEXO E EFÊMERO SISTEMA DE VALORES DO DIREITO

**RESUMO:** O presente artigo apresenta como objetivo geral entender a dinâmica simbiótica, sinérgica e paradoxal da fonte do direito. Ao longo da pesquisa percebeu-se que o tema 'fontes do direito' é inesgotável, por essa razão apresenta-se como leitura para lucidar a complexidade e efemeridade dos valores que compõem o direito. Isso porque, pode-se considerar que a norma se inspira na natureza e na cultura do ser humano para na prática tornar-se uma regra e/ou conduta social. A metodologia utilizada na pesquisa é o método analítico–descritivo que apresenta como propósito de realizar análises, registros e interpretações dos fatos do mundo real sem a interferência do pesquisador.

**ABSTRACT:** This article presents the general objective to understand the symbiotic dynamic, synergistic and paradoxical of the source of law. During the research it was noted that the theme 'sources of law' is inexhaustible, therefore it presents itself as reading for brighten complexity and ephemerality of the values that make up the law. This is because, it may be considered that the rule to inspire itself in the human nature and in the human culture from in the practice to become itself a rule and/or social conduct. The methodology used in this research is the analytical-descriptive method that introduce as purpose to accomplish analyzes, records and interpretations of real world events without interference from the researcher.

## Introdução

A presente pesquisa visa entender o complexo e efêmero sistema de valores do direito. Para alcançar esse objetivo, realizou-se, primeiramente, uma pesquisa sobre o que são as fontes do direito, como a ciência jurídica tem gerenciado os desafios de sua abstração e evolução, e, por fim, qual sua influência para a formação do princípio. Em seguida, preocupou-se em apresentar um conceito com delimitação prática, objetiva e clara do que seria e o que abrangeria o Direito e Moral no viés jurídico e social para ter maior clareza de sua abstração e evolução. E, por último, realizou-se um breve histórico da arte moderna dos princípios com o intuito de refletir os mecanismos de solução de conflitos simples e complexos.

A vida em sociedade ao longo dos tempos tem se organizado conforme valores, crenças, regras ou compreensão e/ou interpretação do que era, é ou deveria ser viver entre os seres humanos e o meio natural ou artificial em que está inserido. Reflexões filosóficas auxiliaram no desenvolvimento de métodos, sistemas e procedimentos que visavam e continuam visando à meta de alcançar 'o' ou 'um' direito, e, a identificação deste, sempre se apresenta com elementos subjetivos e/ou objetivos.

Um princípio, por apresentar caráter abstrato, ganha importância no âmbito subjetivo, mas não deixa de apresentar delimitações objetivas quando

encontra entendimento quase uniforme dentro de sociedades contemporâneas que apresentam pluralidades culturais. Por essas razões, a importância da pesquisa sobre as fontes do direito para conseguir compreender como uma norma influencia na vida em sociedade e como se atualiza ao longo do tempo com a interpretação e o uso de princípios.

Para realizar o estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. E o método de abordagem é o indutivo, pois considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. Por fim, o procedimento é o analítico-descritivo que tem como objetivo, realizar a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo real (da vida física) sem a interferência do pesquisador. Em outras palavras, a finalidade é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos.

## Fontes do direito

As normas que organizam e orientam a sociedade, e mais, ditam a direção que a sociedade, ou deve seguir, ou pode seguir, nascem das fontes do direito; do latim *fons*, *fontins*, que significa nascente, designando tudo o que origina, produz algo. De forma prática, trata-se da fonte real ou material do

**Adriana Girardelo Trentin**

Graduanda em Direito – Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai - (URI-RS).

**Contato:**  
adritrentin@yahoo.com.br

**Palavras-chave:**  
Fonte do direito; valor; sociedade.

**Keywords:**  
Source of law; value; society.

direito, ou seja, dos fatores reais que condicionaram o aparecimento da norma jurídica, segundo Diniz (*apud* Siqueira Júnior, 2013, p. 49). Em outras palavras, fonte jurídica seria a origem primária do direito que se confunde com o problema da gênese do direito. Fontes do direito, também são os fatos da vida cotidiana que devem ser observados e analisados com zelo, realismo e sem interesses particulares, em tese.

Existe a confusão sobre o que seria a pureza ou a verdadeira origem de um direito porque a norma pode ser no sentido de regra, ou, no sentido de princípio. Ambas sofrem com o efeito ou reflexão de questões valorativas que envolvem questões morais, religiosas, éticas, culturais entre outras que se originam novamente, se reinventam ou evoluem conforme a história da humanidade. Cada grupo valorativo ao entrar em contato com o mundo real, ou seja, com a sociedade, apresenta e impõe condições de conduta diferenciada.

Como é o caso da religião. Dentro de uma religião a moral é regulada pela existência ou inexistência de conduta denominada pecado, por fim, o efeito que gera no ser humano pode proporcionar remorso individual ou repulsa do grupo religioso em relação à pessoa dita pecadora. Diferente no caso da "moral que é o conjunto de normas éticas sociais que, uma vez transgredidas, acarretam uma reprovabilidade social mais acentuada que as decorrentes da violação de uma norma de religião." ( LISBOA, 2013, p. 27). A repulsa social, perante ato imoral ou amoral, ultrapassa os limites do próprio grupo, uma vez que a ofensa é contrária à moral tolerada pela média social.

Dessa forma citada anteriormente, pode-se concluir que as questões valorativas interferem na fonte do direito. E ao levar-se em conta que os valores essenciais positivados, eficientes e válidos sofrem influências das percepções, das interpretações e das idealizações presentes no escopo de uma regra normativa, também se pode concluir que há interferência na estrutura 'mecânica' de todas as partes do sistema. A interferência é tamanha e ao mesmo tempo sutil que causa resultados na operacionalização da cultura jurídica positivada de cada época.

Por essas razões, pode-se observar a complexidade de conseguir delimitar não só o que seria a fonte do direito, mas também, o que incorporaria o ordenamento jurídico. Em termos técnico-jurídicos "são fontes do direito aqueles fatos ou aqueles atos aos quais um determinado ordenamento jurídico atribui a competência ou a capacidade de produzir normas jurídicas", (BOBBIO *apud* JÚNIOR, Siqueira, 2013, p. 49).

Na atualidade, Humberto Ávila, brasileiro, estudioso do direito tributário, amplia a discussão entre norma-regra e princípios, mediante o que ele denominou de postulados. Ele propõe uma Teoria de Princípio para aplicação desses com base na reflexão "da proporcionalidade e da razoabilidade, a eficiência e a segurança jurídica, que costuma ser denominados princípios, frequentemente de forma bastante irrefletida", (ÁVILA *apud* CANARIS, 2015, p. 10). Na mesma sequência, Canaris realiza algumas ressalvas à Teoria dos Princípios em que ele "enfrenta o uso linguístico e esse modo de ver como o argumento de que tais postulados não visam" – e vai além – "à diferença dos princípios no sentido mais estrito, à consecução direta de um fim, mas cumprem, muito pelo contrário, a função distinta de prescrever e orientar determinado modo de pensamento e argumentação, estruturando, destarte, o modo de aplicação das regras e dos princípios."

Após a análise de caso, no âmbito tributário, Ávila (2015, p. 211) conclui que "se pode atribuir qualquer nome a eles [princípios] seja feita a mesma ponderação." Ele mesmo complementa ao dizer que isso significa que, "independente da palavra ("proporcionalidade, "razoabilidade", "recessividade", "arbitrariedade"), se uma para todos ou uma para cada raciocínio concreto, o importante é que há exames concretos diversos que exigem uma justificação distinta (por causa dos elementos e dos critérios)".

A reflexão de forma mais ampla, até mesmo no âmbito social e cultural, que se pode alcançar é que a nomenclatura, com elementos e critérios, dada a um princípio ou a um valor possui a sua importância para se conseguir projetar ou visualizar a localização de um fato ao longo do espaço. Ou, até mesmo, onde e como esse fato está inserido e interagindo em contextos multicultural, multilateral, enfim, complexo não só na sua estrutura fática, mas também na sua construção conceitual abstrata. Essa análise é possível em razão da falta de diferenciação entre os postulados detectada por Ávila (2015, p. 221), dessa forma, conclui-se que "baralhar esses exames concreto diferentes é inviabilizar a correta aplicação do Direito." Na sequência ele complementa:

*"Pior ainda é despender energia para sustentar a discussão é meramente terminológica. É até plausível, para quem não persegue o rigor no uso da linguagem e a coerente clareza na fundamentação, utilizar um só termo para os três exames ou outros para cada um deles. O que definitivamente não é aceitável é usar um só termo ou outros termos de modo intercambiável, desconhecendo que há três exames*

*concretos diversos nos seus elementos e nos seus parâmetros: uma avaliação da relação entre os graus de promoção e restrição de princípios colidentes em razão da adoção de uma medida utilizada com a expectativa de promover um fim cuja realização é determinada por um dos princípios (exame, esse, chamado, a partir de agora, de "x"); uma avaliação da relação entre a regra geral e o caso individual ou entre a imposição e sua consequência (raciocínio, esse, denominado de "y"); e uma avaliação da relação entre uma norma impositiva e a restrição do núcleo de um princípio (exame qualificado de "z")." (ÁVILA, 2015, p. 221)*

Ávila aponta que o problema não está em afirmar que tudo se resume a optar entre os qualificativos para "x", "y" ou "z". O problema está, outrossim, "em pensar que todos os exames são assimiláveis a uma só das categorias "x", "y" ou "z" quando

elas, na verdade, envolvem relações de parâmetros diferentes, tanto que permitem resultados díspares: uma norma pode ser aplicada conforme a exigência "x" sem estar de acordo com a "y" ou com a "z", e assim sucessivamente", assim, Ávila (2015, p. 221), de certa forma, fecha sua reflexão.

Com base no que foi exposto até o momento, pode-se observar que a lucidez sobre o assunto da fonte de direito atrelada a subjetividade do indivíduo e o próprio mistério sobre a vida encontra-se em: não só no estudo do que é moral e sobre questões de valores, mas também no estudo do que é o direito advinda de reflexões principiológicas. Ambas as questões, empíricas e científicas, por sinal, regulam a conduta humana e objetivam o bem comum, contudo, ainda, torna-se salutar delimitar qual é a influencia da moral sobre o direito.



Lucas Braga

### O que seria o direito?

O direito como expressão de sentido análogo apresenta-se com o significado de ser "uma das ciências éticas, norma jurídica, autorização legal, permissão, justiça, equidade", conforme Lisboa (2013, p. 25). Do latim, *directum*, isto é, de acordo com aquilo que é reto, em outras palavras, o que não se desvia da regra. Se, tratar o direito como ciência ética, pode-se afirmar que direito é um conjunto de normas jurídicas elaboradas a partir de princípios naturais e da razão humana, que atribui ou autoriza

uma serie de condutas em sociedade.

A construção do direito mediante diálogo entre os indivíduos é uma atividade política do ser humano. ( DUGUIT *apud* REALE, 2012, p. 77) reconhece o fato do poder político, mas o declara insuscetível de qualidade jurídica. Desse modo, ele conclui que somos reconduzidos ao elemento essencial de todo Estado: a maior das forças que pode ser material ou moral; mas que seja apenas moral, revela-se, sempre, como poder de coação.

Em outras palavras, o direito possui, de certa

forma, uma força moral intangível e imperceptível presente nas normas positivadas que podem ser interpretadas, com efeito 'positivo' de organização social ou como efeito 'negativo' de sacrifício em prol a algo determinado ou imposto pelos outros. Miguel Reale (*apud* Rachid, 2013, p. 169) separa o direito da

moral, "no entanto defende que, apesar de ambos se encontrarem em determinados aspectos, existem pontos do direito que não são abrangidos pela moral, sendo, de certa forma, amorais", conforme tabela 01.

Não é atual nem com solução definitiva quando

Tabela 01: Distinção entre Direito e Moral, segundo Miguel Reale

Características	DIREITO	MORAL
Atributividade	Atribui um valor ou obrigação ao ato, que poderá ser cobrado ou exigido.	Trata-se de algo intrínseco, de forma que não atribui algo objetivo.
Bilateralidade	Todas as relações envolvem, pelo menos, duas pessoas.	Todas as relações envolvem, pelo menos duas pessoas.
Coercitividade	Possui mecanismos de coação que forçam os indivíduos, mesmo contra as suas vontades, a praticarem ou não alguma coisa.	Não possui instrumentos de coação. É espontânea. O indivíduo age de acordo com a sua vontade interior.
Heteronomia	É a vontade de outra pessoa como, por exemplo, do Estado ou do Soberano. Não é, necessariamente, o que concordamos.	É a vontade do próprio indivíduo, que é quem escolhe e julga o seu ato. Assim, podemos dizer que a moral, ao contrário do direito, é autônomo.

Fonte: Alysson Rachid (2013, p.169-170)

o assunto envolve questões de valores, moral ou até mesmo sobre a interpretação das fontes. Tanto é verdade que sempre foi desafiador conseguir conceituar de forma universal e atemporal. Isso ocorre porque a subjetividade e a percepção ao longo da evolução histórica da humanidade interferem na construção da delimitação do que é desde dignidade humana até a justiça; da mesma forma interferem na orientação sobre determinada(s) conduta(s) humana(s).

Ferraz Júnior (2012, p. 335), ao tratar sobre 'direito e moral', cita que o direito privado de moralidade perde sentido, embora não perca necessariamente império, validade, eficácia. O mesmo autor complementa ao dizer "é possível às vezes, ao homem e a sociedade, cujo sentido de justiça se perdeu, ainda assim sobreviver com seu direito, tanto é que esse fenômeno é um eterno enigma da vida humana, que nos desafia permanentemente e que leva muitos a um angustiante ceticismo e até a um despidorado cinismo."

De forma mais específica e prática, quando as questões de valores, moral, ética e culturais entram no mundo jurídico interferem na tomada de decisão porque cada indivíduo, cada geração, cada fase histórica possui a ou uma percepção própria sobre o espaço-tempo em que se vive. O pensar jurídico, a reflexão social e as motivações de decidir ou solucionar um conflito interferem ainda mais quando se leva em conta não só as questões citadas anteriormente, mas também o próprio sistema jurídico adotado pela sociedade.

Por essas razões, torna-se perigoso afirmar ou tentar transformar a ciência jurídica em algo rígido ou inflexível; em complemento, é compreensível a dificuldade de gerenciar a malha complexa e rica de detalhes que é a sociedade, e, que a ciência jurídica tem que compreender e se reeducar para decidir de forma proporcional, ponderada e condizente com a realidade posta não só na sociedade como todo, mas também em casos específico e concreto.

Contudo, as relações humanas carecem de certa padronagem, em outras palavras, normas positivadas, regras de conduta, por fim, delimitadores por direitos. A necessidade de se sentir seguro e amparado no ambiente que habita é influenciada pela carência psicológica e medo do desconhecido, conforme Winnicott (1989, p. 21). Dessa forma, é possível destacar a seguinte reflexão sobre a necessidade da padronagem: para que haja a sensação de segurança, é necessário que haja segurança nas regras, normas, em fim, no direito positivado. Isso porque, a segurança simbólica por meio do direito é que realmente transmitiria à sociedade a sonhada sensação de segurança jurídica.

O que dificulta a universalidade e atemporalidade de uma norma é que "todo ser humano é dotado de sentidos que lhe proporcionam o conhecimento, o qual é a abstração a respeito de algo, traduzida por um enunciado ou uma regra", conforme Lisboa (2013, p. 23). É a ideia kantiana do imperativo categórico que visa que todo mundo deve pensar e agir bem. Barros Filho (2013, p. -) complementa

a ideia kantiana com a seguinte informação: o indivíduo deve viver de tal maneira que a tua vontade pretendida por meio de princípio/critério, e, que, o teu comportamento possa reger o comportamento de qualquer um. Em suma, o imperativo categórico kantiano sugere que o indivíduo aja conforme se espera que os demais indivíduos ajam também.

*"Norma é a regra abstrata sobre algo que pode ser analisado pelo ser humano. De forma didática, pode-se dizer que há dois grandes grupos de normas relevantes à humanidade: as normas físicas e as normas éticas. Lei física é a que regula a natureza e os seus fenômenos. A norma física independe de qualquer consideração humana, impondo-se por si própria. Trata-se de um imperativo categórico, ou seja, é norma absoluta. A ciência física estuda a norma cujo conteúdo é o "ser". [...] a ciência ética estuda as normas comportamentais, isto é, o "dever ser". O "dever ser" é, portanto o conteúdo da norma ética ou de conduta. Lei ética é norma que regula a conduta humana [...] as normas éticas advêm da intuição do espírito." (LISBOA, 2013, p.23-24)*

O que Lisboa considera como intuição do espírito, Aristóteles considera como o corpo. Em outras palavras, segundo Barros Filho (2013, p.-), para Aristóteles o corpo é responsável pelas inclinações ou virtudes particulares de cada indivíduo e essa potência íntima devem estar alinhadas com o cosmos para exercitar a vida boa, logo, a moralidade. Isso porque, para Aristóteles a moralidade está ligada a finalidade de sua conduta e não tem nada a ver com regras, como: não matar, não mentir entre outras.

Isto é, cada pensador em sua época 'olha' para o mesmo objeto da vida e descreve-o de forma diferente e com significados diferentes conforme a interpretação construída e/ou fornecida por cada geração e/ou época. Aqui, poder-se-ia fazer a seguinte inferência da Teoria dos Princípios de Humberto Ávila (2015), qual seja o vetor 'z' dele é os múltiplos olhares da humanidade que alteram e/ou atualizam as normas mediante novas leituras e/ou interpretações de 'antigos' princípios. Isso porque, o vetor 'z' assume a responsabilidade de avaliar a relação entre uma norma impositiva e a restrição do núcleo de um princípio, ou seja, exame qualificador, segundo Ávila (2015, p. 221).

Partindo da análise do exame qualificador do vetor 'z', a pergunta que se pode fazer é: o que seria o vetor 'y' e 'x'? Poder-se-ia, também, fazer duas inferências. A primeira inferência é que o vetor 'y' que cuida de sua imposição e sua consequência dentro de um âmbito racional é a norma. A segunda inferência

é que o vetor 'x' que cuida dos princípios assume a 'potência de exercitar' a evolução ou a construção de interpretação de princípios com a finalidade de atualizar a norma conforme o 'olhar' de cada geração e/ou época. O vetor 'x', de forma análoga e metafórica, é a potência de agir do princípio, ou seja, é o agir bem do homem virtuoso aristotélico.

Pergunta-se: qual é a virtude de um ou do princípio? Talvez, essa seja a pergunta que angustia gerações. Contudo, é importante lembrar que para realizar a alteração ou atualização do vetor 'x' teria que passar pela avaliação do vetor 'z'. Em outras palavras, talvez, as regras ou os critérios do vetor 'z' sejam os responsáveis pelas atualizações e oxigenação do ordenamento jurídico com segurança. Porém, poder-se-á a chegar a esta zero de novo. Isso porque, as regras e os critérios deverão estar de acordo com a definição da virtude de um ou do princípio.

Em suma, é o 'olhar' de cada geração e/ou época que definirá a virtude de um ou do princípio. E, se, não tomar devidas precauções no momento de atualizar a definição os valores que compõe a virtude principiológica juntamente com o momento histórico vivido é que o caos existente no 'mundo da vida' ganhará maior dimensão e complexidade no 'mundo jurídico'.

Francisco Amaral (*apud* Lisboa, 2013, p. 29) conceitua o direito como "o produto de uma realidade complexa e dinâmica, que surge por um processo histórico, cultural e dialético, como técnica de solução de conflitos". Na atualidade, o direito assume a função apresentada pela ciência ética que é a pacificação social e segurança das relações jurídicas.

*"A conduta antiética tão somente acarreta certa reprovabilidade social, destruída de qualquer pena corporal ou patrimonial. Todavia, a rejeição social mais intensa a determinado comportamento pode causar alguma penalidade ou sanção contra o violador da norma. Observa-se, então, que a norma ética depende da intuição do espírito humano. É lei imperativa hipotética ou condicional, decorrente de juízos normativos estabelecidos pela sociedade. O ser é, pois, a razão do dever ser." (LISBOA, 2013, p. 24)*

Lisboa reforça a ideia kantiana do imperativo hipotético e categórico, mas com simbiose. Isso porque, o imperativo hipotético kantiano é condicionado por aquilo que você pretende e/ou pelo teu interesse, segundo Barros Filho (2013, p.-). É quase dizer que o imperativo hipotético kantiano são as inclinações da personalidade do indivíduo, e, são

condicionados porque são vontades hipotéticas do indivíduo – só existe nos pensamentos do indivíduo.

Por outro lado, o imperativo categórico kantiano que visa compreender e/ou delimitar a conduta humana pela moral. Para Kant a moral é um verbo que deve ser julgado na primeira pessoa, segundo Barros Filho (2013, p.-). Isso porque, para saber se a conduta do indivíduo é boa, ou seja, moralmente aceitável ou adequada, ele deveria se colocar no lugar da outra pessoa. É quase dizer que o imperativo categórico kantiano é a democracia e/ou a soberania de um Estado ou Nação – é um pensamento difundido e aceito pela sociedade.

O entendimento sobre determinado direito passa pelo processo de amadurecimento cognitivo – individual e/ou institucional - sobre a matéria ou conflito em discussão. Dessa forma, o direito acaba por ser constituído como ciência imprescindível para a segurança e estabilidade social, pois busca ordem e atendimento ao bem comum. Essa percepção faz com que a ciência jurídica apresente suas próprias carências ou necessidades de tentar ser flexível e respeitosa perante evolução não só tecnológica e científica, mas também da própria compreensão sensível da natureza humana.

*"[...] para Dworkin o direito é composto tanto por regras como por princípios. O direito não é uma ciência, mas é um conceito interpretativo. A argumentação jurídica se encontra na melhor interpretação moral das práticas sociais. Dworkin ressalta que a interpretação é construtiva com o objetivo de atingir a melhor justificação da prática jurídica. As proposições de direito são verdadeiras se decorrem de princípios que estejam de acordo com a história institucional e que ofereçam a melhor justificação moral. Ele compara a interpretação da prática social à interpretação artística, pelo seguinte motivo: "ambas pretendem interpretar algo criado pelas pessoas como uma entidade distinta delas". [...] os princípios servem como critérios normativos para a validação e a invalidação das regras." (FONSECA, 2011. P. 47-48) (grifo do autor)*

Em outras palavras, pode-se dizer que cada indivíduo possui racionalidade e afetividade que juntas compõe a personalidade dele. A racionalidade, ora sociedade e histórico institucional que visa justificar a moralidade, apresenta sua interpretação, evolução e necessidade. Por outro lado, a afetividade, ora artístico que seria o abstrato social ou personalidade dos indivíduos, também apresenta sua percepção e interpretação sobre os acontecimentos da vida real.

Por fim, para encontrar o meio termo dessa

sinergia antagônica, algumas vezes simbiótica, necessita do terceiro elemento externo do social e do indivíduo. Seria o princípio o elemento externo? Ou o direito? Ou o vetor 'z' que realiza a avaliação entre a norma e o núcleo de um princípio da Teoria dos Princípios de Ávila (2015, p. 221)? Ou não existe? No passado, grandes juristas apresentaram teses com o objetivo de reduzir a superfície arenosa, por exemplo, Herbert Hart, Ronald Dworkin e Robert Alexy.

### Breve história da arte moderna dos princípios

Herbert Hart, filósofo positivista, apresenta a tese de classificar as normas em primárias e em secundárias na tentativa de afastar a moralidade do direito. Em contraponto, Ronald Dworkin, filósofo da integridade, interpretação e argumentação, ressalta que a moralidade faz parte do direito e que queria lançar um ataque geral contra o positivismo e usaria a versão de Hart como alvo, quando um alvo específico se fizer necessário, segundo Dworkin (*apud* Cachichi, 2009, p. 2). Segundo Fonseca (2011, p.63), após analisar a obra de Hart e Dworkin, conclui que entre eles existe certo grau de semelhança, tendo em vista que o problema gira em torno da identificação e aplicação das regras e dos princípios por causa da possibilidade de haver o arbitramento sobre o poder discricionário do juiz.

*"Apesar das divergências entre Hart e Dworkin, pode se identificar algum grau de semelhança. E essa semelhança, a meu ver, se dá acerca do problema que os tornou conhecidos em filosofia do direito, qual seja, sobre o poder discricionário. Na análise do poder discricionário, Dworkin reconhece que os princípios possuem alguma importância. O juiz na decisão de um caso deve observar na ausência de uma regra, os princípios. Ele deve buscar a melhor justificação moral e, sendo assim, buscar por princípios que melhor se conformam ao direito preexistente. Dito de outra forma, o juiz é encarregado de tomar certas decisões conformes aos padrões estabelecidos. E, nesse sentido, ele deve dar um juízo substantivo sobre qual das partes irá ganhar a causa. Porém, a decisão tem limites, os quais são impostos pelo direito. Logo, Dworkin assume uma forma de discricionariedade, mas não na mesma medida que Hart. Em Hart é claro a defesa acerca do exercício do poder discricionário por parte do juiz porque ele defende que existem casos em que o juiz "cria" direito com o propósito de não ter que recorrer ao poder legislativo." (FONSECA, 2011. P. 63)*

Stolz (2007, p.102) demonstra a contribuição

da filosofia do direito hartiana mediante três teses básicas do positivismo jurídico metodológico que são: (a) o direito é uma questão de fatos sociais, em outras palavras, a tese das fontes sociais do direito; (b) direito e moral são dois sistemas normativos distintos, em outras palavras, a tese da separação conceitual do direito e da moralidade, tendo em vista que pertencem a mundos ou instituições distintos que não seguem os mesmos interesses e as mesmas lógicas; e (c) direito tem natureza semântica, em outras palavras, a tese da discricionariedade judicial, tendo em vista que a norma possui textura aberta da linguagem que permite mudança de interpretação ou encontrar soluções aos conflitos ainda não positivadas – aqui, os valores morais e principiológicos podem moldar novas direções sociais. Não esquecendo que Hart, em sua tese classifica as normas em primárias e em secundárias na tentativa de afastar a moralidade do direito.

*"Àquelas que exigem que o ser humano faça ou se abstenha de fazer certas ações, o autor denomina de tipo básico ou primário. Já as normas secundárias são aquelas que permitem aos seres humanos criarem, extinguírem ou modificarem as regras antigas, determinarem de outro modo a sua incidência ou fiscalizarem a sua aplicação. [...] Hart entende que o conceito de obrigação é fundamental para a formulação de uma teoria do direito. Analisa os conceitos tradicional (ordens coercitivas) e alternativo (regras primárias e secundárias) de direito para reformular o conceito de obrigação." (SANTOS, Alexandre 2014)*

O que se percebe é que Hart tenta separar a moralidade do direito mediante a reconstrução do conceito do que é obrigação. Contudo, a construção do conceito de obrigação, inevitavelmente, apresenta questões valorativas em maior ou menor grau, pois é um ser humano tentando delimitar a conduta de outro ser humano. Esse mesmo raciocínio pode-se aplicar aos princípios, ao direito e até mesmo a moral, pois a regra desenvolvida apresenta inerentemente e intangivelmente questões valorativas que são interpretados ou entendidos de forma subjetivos de algo abstrato, e mais, tornam-se carentes em determinado momento de respaldo objetivo, concreto, positivado, ou seja, falta de estrutura clara, simples, direta e transparente.

Sobre teoria do direito que engloba a fonte do direito, Hart analisou e considerou que são necessários três regras secundárias que compõem o ordenamento jurídico. Para ele, o ordenamento jurídico é formado por um conjunto de regras que ele denomina de regras primárias e por três tipos de

regras secundárias: (1) regras de [re]conhecimento; (2) regras de alteração/modificação; e (3) regras de adjudicação ou julgamento, segundo Stolz (2007, p. 104). As regras secundárias mais cedo ou mais tarde, entram em contato com normas primárias ou até mesmo tornam-se uma norma primária, isso porque, as regras primárias prescrevem uma conduta padrão.

Para explicar que as normas primárias prescrevem condutas com deveres positivas e/ou negativas - de fazer, de não fazer ou de omitir -, fez-se referencia a uma sociedade rudimentar, ou seja, na qual não existia Poder Legislativo, tribunais ou pessoas encarregadas de fazer cumprir as regras/normas, segundo Stolz (2007, p. 104-105).

*"Já as regras secundárias desempenham distintas funções no ordenamento jurídico, como por exemplo, também são remédios para cada um dos defeitos que, inevitavelmente apresenta um sistema composto somente por regras primárias; como por exemplo: falta de certeza, a dificuldade para assimilar as mudanças (culturais, sociais, econômicas entre outras) ocorridas na sociedade e a ineficácia da pressão social difusa que se exerce com a intenção de que se cumpram as normas." (STOLZ, 2007, p. 105).*

É salutar destacar que mesmo com as próprias limitações das regras primárias são indispensáveis à existência de regras secundárias porque é esta que apresenta condições e capacidade de oxigenar ou atualizar as regras primárias. Ou seja, as regras secundárias proporcionam à norma a possibilidade de conseguir se adequar dentro de um sistema jurídico tendo como fonte a sociedade contemporânea. Isso significa que dentro do sistema jurídico deve-se existir a possibilidade de um mecanismo de melhoria contínua para absorver e adequar-se às mudanças e às evoluções tecnocientífica, comunicacional, artísticas sociais e humanas.

Com base no exposto, pode-se inferir que Hart preocupou-se em introduzir um mecanismo de correção, espécie de remédio, para que cada defeito detectado pudesse ser realizado a devida reformulação ou adaptação ao momento que fosse inserido no processo de passagem do mundo pré-jurídico [regras primárias] para o jurídico [regras secundárias]. Tendo em vista que cada um desses remédios [regras secundárias] traz consigo muitos elementos que vão permear o direito, ou seja, vão [re]constituir o direito. As três espécies regras secundárias, quais sejam, conhecer, alterar e adjudicar, são as regra-remédios que em conjunto ternam-se, em tese para Hart. E isso é o bastante

para converter o regime de regras primárias naquilo que é indiscutivelmente um sistema jurídico.

Com base na construção do pensamento hartiano, também, é possível realizar a análise considerando a 'sinergia' da psicologia-institucional com a sociologia-institucional. Isso porque, ele menciona que há dois pontos de vista de observância das regras, quais sejam, os pontos de vista interno e externo. No sentido da psicologia-institucional, Hart apresenta o ponto interno que trata sobre:

*"O ponto interno define a conduta daqueles que aceitam as normas jurídicas, e em particular, define a conduta dos juizes, promotores, funcionário e profissionais jurídicos inseridos em um determinado contexto jurídico. Adota este ponto de vista quem assume o caráter obrigatória das normas, ou seja, as aceita como critério e guria da conduta própria e dos demais e cuja infração justifica, segundo o aceitante, a respectiva imposição de sanção. Logo, aqueles que ocupam o ponto de vista interno, pronunciam enunciados internos – os únicos enunciados aptos a justificar a coerção jurídica." (STOLZ, 2007, p. 108)*

No sentido da sociologia-institucional, Hart apresenta o ponto externo que trata sobre:

*"O ponto de vista externo é aquele próprio do observador que se limita a explicar o Direito em termos psicológicos e/ou sociológicos, portanto cabe ao mesmo tempo constatar a existência de um comportamento uniforme e regular praticado por razões prudenciais por parte daqueles que não aceitam, eles mesmos, as normas como guias e/ou critérios de valoração da conduta pessoal ou alheia e que só as seguem por medo de sofrer algum tipo de sanção ou punição. Aqueles que ocupam o ponto de vista externo pronunciam, por conseguinte, enunciados externos." (STOLZ, 2007, p. 109)*

A primeira espécie regras-remédios hartiana, qual seja, "regra de reconhecimento" que trata sobre a discricionariedade do julgador foi criticada por Dworkin porque Hart desconsiderou os princípios como sendo parte essencial do direito. "Dworkin defende que há uma distinção lógica entre regras e princípios, e que os princípios possuem obrigatoriedade de lei, embora apenas orientem a decisão", como salienta Fonseca (2011, p. 45). É válido lembrar que essa diferença de percepção entre Hart e Dworkin ocorre em razão de que o primeiro é positivista jurídico e o segundo defende a interpretação construtivista sobre o que é e o que deve ser direito.

No âmbito prático (do dia-a-dia), em casos simples o positivismo com suas regras resolve o problema dos conflitos sociais facilmente. Mas, em relação aos casos mais complexos em que não há regras que solucionem o conflito, "o juiz para Dworkin, deve decidir o caso buscando por princípios, oferecendo uma justificação moral. Em contrapartida, para Hart, na ausência de uma regra o juiz 'cria' outra, ou seja, ele pode exercer o mesmo papel que o do legislador.", segundo Fonseca (2011, p.45). Ainda sobre os 'casos difíceis', Dworkin considera que os juizes, a fim de resolvê-los, precisarão recorrer a princípios e políticas, e não a regras sem, contudo, deixar de recorrer ao direito preexistente, por essas razões, os princípios desempenham papel fundamental à discricionariedade do poder jurisdicional.

Outro grande pensador é Robert Alexy que propôs de início um modelo jurídico de regras e princípios, contudo, ao mesmo tempo, comentava e criticava a distinção entre regras e princípios de Dworkin e, por sua vez, tomava-a como ponto de partida para sua própria teoria. De toda forma, Robert Alexy contribui sobre os "problemas com a identificação de quais seriam os direitos fundamentais, os princípios que norteiam a legislação e as exigências da realização da dignidade humana, da liberdade e da igualdade", segundo Cachichi (2009, p. 3). E, uma vez positivada na Constituição, passam pelo âmbito da dogmática jurídica que comporta três dimensões: analítica, empírica e normativa. Segundo Alexy (*apud* Cachichi, 2009, p.3), "o que faz uma teoria ser dogmática e, em decorrência disso, jurídica é algo pouco claro; é natural orientar-se, de início, por aquilo que de fato é praticado como ciência do direito e designado como 'dogmática jurídica' ou 'ciência jurídica', ou seja, pela ciência do direito em sentido estrito e próprio".

*"Grosso modo, a [dogmática jurídica] empírica cuida de validade e eficácia da norma positivada; a normativa da reflexão crítica da práxis jurídica. No entanto é a dimensão analítica que objetiva dissecar sistemática e conceitualmente o direito vigente. Alexy (2008) explica [que a] "clareza conceitual, ausência de contradição e coerência são pressupostos da racionalidade de todas as ciências. Os inúmeros problemas sistemático-conceituais dos direitos fundamentais demonstram o importante papel da dimensão analítica no âmbito de uma ciência prática dos direitos fundamentais que pretende cumprir sua tarefa de maneira racional." Eis aí o cerne analítico-estrutural no qual se embute a distinção entre princípios e regras como espécie de norma de direito fundamental. Analítico na medida em que se busca limpeza e precisão conceitual, condição mínima de*

*racionalidade em ciência. "Na filosofia do direito, a dimensão analítica se refere a conceitos como os de norma, 'dever ser', pessoa, ação, sanção e instituição, [segundo Alexy, 2003]". Estrutural, porque tal limpidez e precisão purifica conceitos de elementos constitutivos – estruturais, portanto – no âmbito dos direitos fundamentais." (CACHICHI, 2009, p.3)*

Em complemento, Robert Alexy (2010, p.9) levanta a tese de que o direito possui dupla natureza. Para isso, inclui necessariamente: (a) dimensão real ou fática que se reflete nos elementos definitórios da produção formalmente adequada e da eficácia social; e (b) dimensão de uma ideal ou crítica: da correção moral.

*"A tese da dupla natureza do direito é, como tal, ainda imprecisa e formal. Ela adquire, porém, conteúdo concreto e estrutura clara quando é desdobrada em um sistema. A ideia abrangente desse sistema é a da institucionalização da razão (Alexy, 1999c:23 e segs.). Sua forma política é o constitucionalismo democrático ou discursivo (Alexy, 1998:258 e segs.). O sistema é elaborado em três passos: 1. Correção e discurso; 2. Positividade; e 3. Institucionalização da razão." (ALEXY, 2010, p. 9)*

Por essas razões, também, encontrar solução razoável, digno, proporcional e condizente com cada realidade vivida é desafiador, principalmente ao momento em que os princípios entram em rota de colisão e há divergência de entendimento por existir regras positivadas e vigorantes no mundo jurídico que validam e legitimam determinada conduta, que, talvez não fosse a melhor solução. O que faz não ser a melhor solução a norma positivada é o fato de possuir uma carga jurídica-moral inadequada e irreal ao fato ou momento histórico em discussão. A atividade de ponderar esses conflitos sem deixar de lado o 'sentido' da justiça e a equidade, em um Estado Democrático de Direito é o que torna o desafio cada vez mais complexo, uma vez que uma regra pode não ter efeito *erga omnes* salutar a sociedade, em razão disso, a discussão da aplicação de princípios ganha espaço e força no mundo jurídico.

Com o intuito sentir a maleabilidade da linha tênue exposta anteriormente, é salutar possuir a visão do sistema jurídico que é composto por fundamentos representado por direitos que possuem valores advindos da construção história humana e institucional que configuram e estruturam a cultura do indivíduo e do coletivo das nações. Em outras palavras, valores e ideias são utilizados para delimitar, oxigenar e evoluir não só a base social,

mas também todo sistema jurídico que conforme a necessidade advinda da sinergia entre a contingência passada com a utopia futura.

Pode-se citar como exemplo de necessidade sinérgica de desenvolver novos mecanismos jurídicos para tentar alcançar o desejo de se ter uma sociedade cada vez mais humana e equilibrada. "Os valores que se constituem no fundamento do sistema jurídico são: a segurança, a justiça, o bem comum, a liberdade e a igualdade", afirma Lisboa (2013, p.32). O mesmo complementa que o "ordenamento jurídico brasileiro possui fundamentos constitucionais como: a solidariedade social, a proteção a dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza".

Com base nisso, pode-se fazer a seguinte reflexão de que a criação de mecanismos jurídicos que tutelem as necessidades sinérgicas em uma sociedade cada vez mais plural e divergente é complexa e muitas vezes quase impossível de acabar. Isso porque, a abstração da fonte do direito, de forma figurada, é gelatinosa e escorregadia, em outras palavras, de difícil definição para que se tenha efeito *erga omnes* e atemporal, seja normativa, seja principiológica. Logo, sempre estará em constante mutação e desafiando a perpetuidade de teorias, por fim, tornando-se simples referências autorizadas na tentativa de facilitar a aplicação do direito.

Compreender o universo de movimentos dos atos, fatos e omissão, e, ao mesmo tempo perceber que regra, estilo e signo-símbolo enrijecem não só a sociedade, mas também o indivíduo, tudo isso, tem fascinado estudiosos e pensadores desde os primórdios. Ao adquirir essa visão sensível do sistema jurídico é o que se torna a força motriz aos desafiados em tentar quebrar paradigmas – trabalho de doutrinadores, juristas, advogados e porque não da própria evolução e/ou revolução social. Isso porque, o aplicador moderno de uma lei antiga depara-se com conflitos de evolução de ideias, conceitos, princípios, arte, realidade, economia, tecnologia, por fim, como resultado, "[...] o exegeta simula buscar a força ativa primordial, porém, de fato, recorre a uma entidade inexistente, fantástica; braceja no desconhecido, e voltas com ares de ter descoberto a verdade, quando apenas se embala e se perde no mundo da ficção"; segundo Maximiliano (1998, p. 26). Em suma, paradigmas positivados mediante regras genéricas por vontade do legislador assumem a estagnação de um movimento em um dado espaço-tempo que desafia o juiz-intérprete na tentativa de solucionar problemas e assegurar valores-direitos.

Se a norma é um símbolo que representa um valor, torna-se salutar entender o poder de influência

que o simbolismo tem não somente sobre o indivíduo, mas também sobre a sociedade. Bourdieu (1989, p. 11) foi um grande estudioso sobre as questões de poder simbólico e seu instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento que

*"[...] os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados".*

Com base nisso, poder-se-ia concluir que o valor agregado aos símbolos contribuem para a construção principiológica do direito. Os valores estão presentes em cada cultura social do indivíduo, da família, da cidade, do estado, do país. Esses valores em algum momento são transformados em símbolos, aqui, são as leis, as normas que interferem na evolução humana não só de forma tangível, mas também de forma intangível. Isso quer dizer que os símbolos interferem na formação de regra social, na conduta humana, na cultura adotada ao longo do tempo e do espaço.

Os símbolos, também, são atualizados conforme nova interpretação ou importância atribuída a determinada norma-valor. Ou, também, pela necessidade em adequar as normas-valores ao momento presente em que humanidade está evoluindo. Para compreender a evolução dos valores, auxiliares na construção conceitual de princípios, exige-se conhecimento de vida, de história, de ciência com suas rigidez e flexibilidade que vão do macro para o micro, do simples para o complexo, do estático para o dinâmico, entre outros e as avessas. Esses movimentos são os responsáveis por construir a malha, a base, em fim, a fonte pluralista e flexível do direito. E, em alguns casos se entrelaçam mais de um princípio (ou fonte-fundamento) em antagonismo responsável pelo efeito paradoxal. Miguel Reale (2012, p. 60) traz a seguinte contribuição sobre princípios:

*"Quando o nosso pensamento opera essa redução certificadora, até atingir o juízo que não possam mais ser reduzidos a outros, dizemos que atingimos princípios. Princípios são, pois, verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos a dada porção da realidade. Às vezes também se denominam*

*princípios certas proposições que, apenas de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários".*

Com base no exposto até o momento, percebe-se o quanto é complexo definir a origem do direito para sentir e aplicar o direito positivado, advindo de um princípio encharcado de valores e ideias. O quanto é complexa a malha flexível de aplicação do direito de forma segura, clara e, na medida do possível, justa. Ou seja, o justo com caráter de ser coerente com os anseios da humanidade em conquistar e manter a tutela de ter o direito de viver de forma digna dentro de uma naturalidade sustentável e saudável não só ao indivíduo, mas também ao coletivo.

### Considerações finais

Com base no que foi proposto, os objetivos foram alcançados por meio da construção consciente sobre a complexidade e o universo paradoxal que existe no direito. Isso foi possível mediante o estudo das fontes e teorias de aplicação.

Em razão disso, percebeu-se a difícil tarefa de conseguir separar elementos individuais e coletivos, bem como, subjetiva e objetiva. Logo, faz da ciência do direito um emaranhado simbiótico, às vezes complexo e efêmero, que objetiva auxiliar a escolha de 'um' ou do 'o' melhor sentido, ou seja, qual interpretação deve ser adotada em determinada situação fática ou jurídica.

E que, qualquer norma positivada em algum momento passou pela reflexão relativa e abstrata de um princípio. Isso significa que é possível a retomada da origem principiológica de certa norma positivada. E, o objetivo da retomada é a possibilidade de atualização na norma mediante uma revolução de entendimento ou uma reforma pontual de um todo maior que é o sistema jurídico.

O fato de ter alcançado os objetivos da pesquisa, não significa que os resultados sejam definitivos, uma vez que, é da natureza das fontes do direito ser maleável e mutável conforme os elementos históricos e as necessidades humanas.

Uma vez que no âmbito interno e externo - social e jurídica - possuem necessidades peculiares a serem atendidas. Contudo, as necessidades humanas naturais ou artificiais estão constantemente em adequação e alteração com o objetivo de 'melhoria contínua'. Esta, de certa forma, assume a responsabilidade de tutelar efemeridade e complexidade da sociedade por meio de princípios e

direitos positivados para que o convívio humano seja cada vez mais saudável.

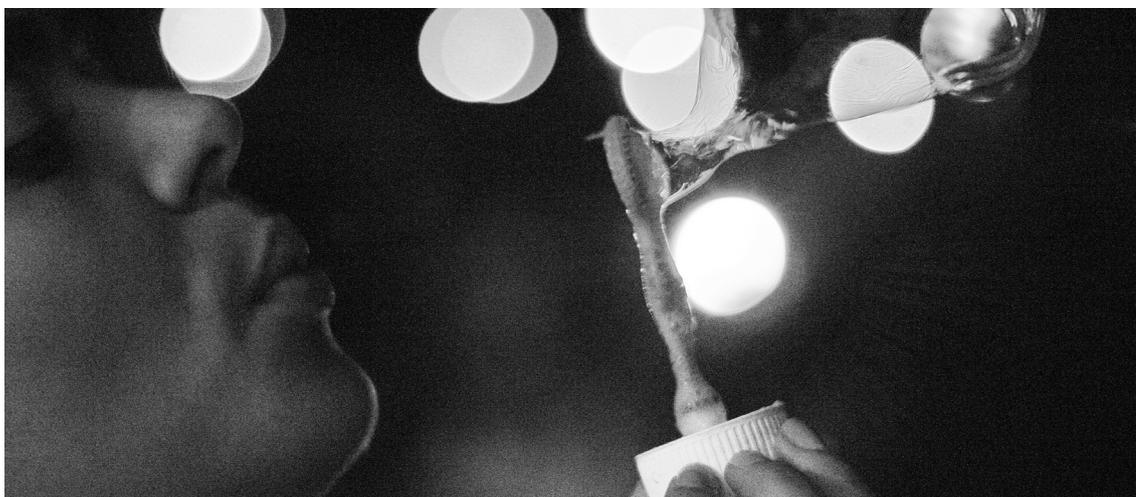
Existem dois pontos a ser ressaltados. O primeiro ponto é que conforme a evolução social, as normas positivas que possuem caráter de regras se dissipam, ao ponto de não existirem mais no mundo jurídico. Outro ponto importante é que os princípios tem assumido a função e o papel de tentar resgatar

e/ou reavaliar as novas formas de viver em sociedade sem deixar de preservar a vida humana.

Por consequência, essas características ou tentativas de positivações são inerentes da ciência sociais e jurídicas porque é uma constante no estudo e na reflexão sobre o complexo e efêmero sistema de valores do direito.

## Referências bibliográficas

- BARROS FILHO, Clóvis. (2014), Ética. <[www.espacoetico.com.br](http://www.espacoetico.com.br)>; Acessado em 15/10 de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 2ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CACHICI, Rogério Cangussu Dantas. (2009), "A distinção entre princípios e regras como espécies de normas na obra teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy." Revista de Direito Público. Londrina, v. 4, n. 2, p. 1-11, maio/ago. <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/10749/9399>>; Acesso em 07 jan. 2015.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. (2015), "Prefácio". In: ÁVILA, Humberto Bergmann. Teoria dos Princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 16ª edição, revisada e ampliada, São Paulo, Malheiros Editora.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. (2012), Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 6ª ed. 4. Impr. São Paulo: Atlas, 2012.
- FONSECA, Tania Schneider. (2011), "O debate entre Herbert A. Hart e Ronald Dworkin." Revista Seara Filosófica. UFPel: Pelotas, Verão, n.4, p. 45-64.<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/541>>. Acesso em 05/01 de 2015.
- LISBOA, Roberto Senise. (2013), Manual de direito civil, v.1: teoria geral do direito civil. 8ª edição, São Paulo, Saraiva.
- MAXIMILIANO, Carlos. (1998), Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro, Forense.
- NADER, Paulo. (1997), Introdução ao estudo do direito. 14ª edição, Rio de Janeiro, Forense.
- RACHID, Alysso. (2013), "Filosofia do Direito" In: ARAUJO JÚNIO, Marco Antônio & MARTINS, Flávio. Direito em áudio. 3ª edição, revisada e ampliada, São Paulo, Revista dos Tribunais.
- REALE, Miguel. (2012), Filosofia do direito. 20ª edição, São Paulo, Saraiva.
- REALE, Miguel. (1998), Fundamentos do Direito. 3ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
- ROSENFELD, L. Denis. (1996), Lições de filosofia política: o estado, o público e o privado. Porto Alegre, L&PM.
- SANTOS, Alexandre Magno Borges Pereira. (2014), O conceito de sistema jurídico de Herbert Hart. <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-conceito-de-sistema-juridico-de-herbert-hart,45956.html>>. Acessado em 30/12 de 2014.
- STOLZ, Sheila. (2007), "Um modelo de positivismo jurídico: o pensamento de Herbert Hart." Revista Direito GV, São Paulo, FGV, v.3 n.1, p. 101-120, jan./jun.<[http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/rdgv\\_05\\_pp101-120.pdf](http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/rdgv_05_pp101-120.pdf)>. Acessado em 30/12 de 2014.
- WINNICOTT, Donald Wood. (1989), Tudo começa em casa. São Paulo, Martins Fontes.



Lucas Braga

# REPRESENTAÇÃO FEMININA EM "A HORA DA ESTRELA": A MULHER SUBALTERNA ENQUANTO UM SIGNIFICANTE VAZIO

**Mariana Gomes**

**Cartaxo**

Mestranda e graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB.

**Contato:**

cartaxomariana@gmail.com

**Palavras-chave:**

Representação feminina; pós-colonialismo; A Hora da Estrela.

**Keywords:**

Women representation; post-colonialism; A Hora da Estrela.

**RESUMO:** Este ensaio propõe-se a realizar uma análise crítica, com viés pós-colonial, da obra "A Hora da Estrela" (1977) de Clarice Lispector. Primeiramente, procura-se situar a crítica pós-colonial do feminismo ocidental, e as dificuldades de apreensão da mulher subalterna. A partir desse pressuposto, parte-se para a análise da obra, ressaltando as características que fazem de Macabéa, a personagem principal, um significante vazio. Conclui-se com uma reflexão acerca dos pontos de vista hegemônicos na representação social.

**ABSTRACT:** This essay intends to carry out a critical examination, based on the post-colonial theory, of the book "A Hora da Estrela" (1977) from Clarice Lispector. At first, we will situate the post-colonial critique of the western feminism and the difficulties on the apprehension of the subaltern woman. Based on this assumption, the following section will analyze the oeuvre, pointing out the characteristics that make Macabéa, the main character, an empty significant. We conclude with a reflection about the hegemonic perspectives on the social representation.

## Introdução

Em um mundo guiado por desigualdades, é necessário observar o sentido político dado a cada produção de conhecimento. As linhas abissais que dividem o mundo desenvolvido do mundo "em desenvolvimento" também são reproduzidas internamente, e em cada localidade isso reforça o constante conflito entre o central e o periférico (SANTOS, 2007). O conhecimento hegemônico funciona por meio da apreensão do Outro em grau de inferioridade e dessa forma ele consegue perpetuar a superioridade de si mesmo.

A dicotomia do Eu e do Outro está fundamentada por Spivak (2010), em seu ensaio "Pode o Subalterno Falar?". Segundo a autora, o sujeito colonial foi construído como o Outro. A explicação e narrativa europeias da realidade foram estabelecida como normativas, de forma a excluir tudo que fosse diferente ou oposto. A separação entre o Eu e o Outro é delimitada constantemente, impedindo que o subalterno ascenda à posição de Sujeito (SPIVAK, 2010, p.55-57).

Dentro do Brasil, a reprodução de desigualdades passa por divisões abissais entre norte e sul. Por diversos fatores, fluxos populacionais provenientes da região nordeste para a sudeste do país se tornaram um fenômeno recorrente. Essa parcela da população

comumente chamada de "retirante" é o que Boaventura de Souza Santos chama de "intromissões do Outro no mundo desenvolvido" (SPIVAK, 2010, p. 77-79). No momento em que o subalterno ocupa o espaço do colonizador, ou do civilizado, ele vai criar contextos de extrema contradição, forçando ações dramáticas e violentas para a manutenção do *status quo*.

Todo esse condicionamento ocorre tanto por meios físicos quanto simbólicos. As representações dos migrantes nordestinos serviram para reforçar ideias de classe e para produzir um Outro alheio à modernidade da região desenvolvida do país. O imaginário popular em torno dos retirantes acabou por estigmatizar alguns padrões de comportamento, tornando-os indivíduos insípidos em si, sem qualquer possibilidade de se auto-afirmarem enquanto Sujeitos.

Quando tratamos de mulheres subalternas, a dupla exclusão resulta em um processo de total abstração da identidade dessas mulheres, tornando-as limitadas em si. Por se localizarem em um patamar inferior, alheias às possibilidades de possuir vontades (como as vontades do indivíduo hegemônico), elas se tornam objetos de estudo, apenas corpos (QUIJANO, 2005, p. 279). As representações dessas mulheres tomam forma de uma não-mulher, de um corpo relegado à impotência e a sacrifícios extremos

para a sobrevivência.

A partir desse viés, as representações literárias não deixaram de transparecer todas as condições materiais e culturais na construção da mulher nordestina. No romance contemporâneo "A Hora da Estrela", Clarice Lispector descreve sua personagem a partir de uma perspectiva dominadora de um homem. A construção da narrativa dá uma visão consistente acerca da representação feminina no Brasil, em especial da mulher nordestina retirante.

Nesse sentido, pretende-se observar a construção da personagem Macabéa, e em que medida é possível ou não apreender a figura da mulher subalterna. Na primeira parte, será apresentada a perspectiva pós-colonial, questionando o feminismo ocidental e sua tentativa de universalidade. Posteriormente, será analisado o romance de Clarice Lispector, considerando a personagem principal um significante vazio. Por fim, conclui-se que a representação subalterna é um desafio para as correntes críticas, e que os lugares de fala precisam sempre serem levados em consideração durante a análise das representações.

### **Representação da subalterna – A Mulher do Terceiro Mundo**

O pensamento pós-colonial põe em debate uma voz periférica e diversa. Através de pensadores como Edward Said, critica-se no pensamento moderno a distinção clara entre o Ocidente e o Oriente. À medida em que são institucionalizadas as representações do Oriente, reproduz-se, num ciclo vicioso o outro (oriental) como inferior, reafirmando estereótipos (COSTA, 2006, p. 118-120). Criticando o pensamento hegemônico, o pós-colonialismo procurou observar diversas expressões da sociedade e do pensamento humano, tendo como crítica principal tudo o que tivesse pretensão de universalidade e homogeneidade.

Dentro dessas críticas, enquadra-se o feminismo. Esse movimento, apesar de ir contra as essencializações do sujeito feminino, não deixa de recair em problemas de representação. O feminismo enquanto corrente crítica percorre as vivências particulares das mulheres em oposição à figura masculina. Porém, ao tratar das mulheres de terceiro mundo, a tentativa de universalização das experiências acaba criando um pressuposto geral, em que a mulher ocidental é o ponto de partida para qualquer tipo de análise. Mohanty (1991), em sua crítica aos discursos acadêmicos, em "Under Western Eyes", exprime as suas críticas quanto ao feminismo ocidental hegemônico.

Com isso, as mulheres de terceiro mundo acabam sendo um grupo identificável e monolítico devido às suas privações e ausências - tudo em oposição ao

grupo de mulheres ocidentais. Chandra Mohanty chama atenção a esse fenômeno, argumentando que os escritos feministas muitas vezes colonizam as heterogeneidades históricas das vidas das mulheres de terceiro mundo, criando a representação singular e estática dessas (MOHANTY, 1991, p. 53).

O enquadramento discursivo dessas representações, inserido em um contexto de divisão hegemônica-periférica, obedece a fronteiras epistêmicas da análise do subalterno. Através da perspectiva de Gayatri Spivak, a mulher subalterna está na condição mais profunda de obscuridade, e a perda do poder de voz dessas mulheres é uma consequência direta. A sua dupla exclusão faz com que ela seja apropriada pela benevolência do Primeiro Mundo e constituída como objeto de interferência (SPIVAK, 1988, p. 70-101).

O silenciamento da mulher subalterna é bastante alheio às discussões feministas Ocidentais, e vai em direção à ideia de mulher de terceiro mundo como um foco de observação monolítico. Devido a essas desigualdades de fala e de poder, a mulher nordestina, em sua ampla exclusão, foi fadada a representações simplificadoras, originadas de um discurso de incapacidade e dependência. A concepção do estereótipo colapsa um complexo de diferenças, representando-as exclusivamente em sua sujeição à religião ou à autoridade masculina.

A concepção de silêncio é debatida dentro da construção da linguagem por Eni Orlandi (2007). Para a autora, primeiro é preciso observar que o silêncio não é uma negação, e sim um significado em si. Dessa forma, o silêncio fundador possui um sentido, um lugar na história, uma matéria significativa. Em oposição ao silêncio fundador, a política do silêncio diz respeito a um recorte entre o que se diz e o que não se diz. A política do silêncio produz restrições na linguagem e impossibilita que se trabalhe o movimento da identidade de forma a elaborar a história e os sentidos. As mulheres subalternas são silenciadas porque são impossibilitadas de construir seus próprios sentidos em um contexto de desigualdade estrutural.

Devido a essas visões da mulher subalterna, a retirante não consegue obter um lugar de fala, sua representação é feita a partir de um ponto privilegiado, muitas vezes por homens ou por mulheres ocidentalizadas. Essas narrativas sobrepõem as reais condições dessas mulheres, e impedem que os significantes sejam observados de outro ponto de vista. Nunca é questionado, nessa perspectiva, quais são as reais visões da mulher subalterna sobre os aspectos de sua vida.

A problematização e afirmação dos lugares de

fala contribui para a dissolução das essencializações produzidas ao longo do tempo. Uma visão pós-colonial precisa levar em consideração as diversas perspectivas para conseguir evoluir na desconstrução do poder hegemônico. Por isso, segundo Spivak, é essencial que nunca se tenha a pretensão de falar pelo outro, haja vista que a impossibilidade de apreensão gera sempre desigualdades discursivas (SPIVAK, 1988, p. 104-122).

### A Hora da Estrela

O livro "A Hora da Estrela", de Clarice Lispector, apresenta uma mulher nordestina - Macabéa - em uma cidade grande. O nome Macabéa possivelmente é proveniente da narrativa bíblica dos Macabeus, integrantes de um exército rebelde judeu. Essa alusão vem em contraposição à figura construída para a personagem principal, frígida e temerosa.

A personagem principal vive em um contexto de privações. Sua vida era limitada ao trabalho de datilógrafa e a passeios com o namorado, o também sertanejo, Olímpico. Macabéa é uma personagem insípida. Suas experiências pessoais se resumiam à criação religiosa de uma tia, onde a sexualidade era altamente recriminada. Seus desejos eram simples, e o seu gosto por coca-cola é uma forma irônica de mostrar a inserção de ícones globais na vida dessa retirante.

A autora estabelece o texto a partir de um narrador masculino, Rodrigo S.M. Ao negar-se a ser a própria narradora, Lispector procura se colocar em um outro lugar de fala. O lugar masculino. Além de tentar se aproximar de Macabéa, Rodrigo S.M cita constantemente seu isolamento, feito especialmente para conseguir garantir a representação ideal, a escrita satisfatória para conduzir a história. Ao longo da narrativa, procura retratar a personagem, sua vida, suas condições humildes, sempre através do contraponto do seu próprio discurso.

"De uma coisa tenho certeza: essa narrativa mexerá com uma coisa delicada: a criação de uma pessoa inteira que na certa está tão viva quanto eu" (LISPECTOR, 1998, p. 19). A partir desse trecho, podemos observar que a ideia de representação do Outro é também criação. Ao dizer que a pessoa "está tão viva quanto eu", o narrador deixa entender que ao representar o Outro representa-se a si mesmo. Isso segue o pressuposto de Spivak, em que a produção do Outro é também uma forma de delimitar o Eu (SPIVAK, 1988, p.70).

Em contraposição à figura de Macabéa, temos seu namorado, Olímpico. Um ser pomposo e viril, o homem nordestino, "cabra-macho". O relacionamento entre os dois era marcado pelo desprezo de Olím-

pico e a contemplação inocente de Macabéa. A partir desse enquadramento, podemos observar a diferença na construção da representação do homem nordestino e da mulher nordestina. Enquanto Olímpico era altamente ambicioso e cheio de ímpeto, ansiando a vida política, Macabéa não conseguia saber o que ela mesma representava.

Ao introduzir esses dois personagens, a narrativa converge para construção de um homem subalterno e de uma mulher subalterna como figuras monolíticas e determinadas pelo ambiente. Suas ações são previsíveis, e tanto Macabéa quanto Olímpico compõem a teia urbana em que cada um exerce um papel secundário nas estruturas capitalistas, ambos seres em dificuldade de inserção nas brechas da sociedade (BIGNOTTO, 2006, p.468). A Datilógrafa e o Metalúrgico.

O namoro dos dois une duas existências miseráveis, encontrando um no outro a legitimação e afirmação no tecido urbano. Essa união é a todo momento contraposta no livro. Seja com as grosserias de Olímpico, ou com a submissão de Macabéa. Por mais que pudessem encontrar uma identidade juntos, as diferenças de gênero e as possibilidades da vida impediam com que fossem coerentes um com o outro. Macabéa, com suas perguntas constantes, incomodava Olímpico por mostrar sua contínua ignorância, e a nulidade de suas ambições (*idem*, p. 471).

Dessa forma, a figura de Macabéa é de uma mulher curva, ingênua, infeliz, idiota, incompetente, raquítica. Numa "sociedade técnica em que não passava de um parafuso dispensável" (LISPECTOR, 1988, p. 29), a ideia de Macabéa é a ideia hegemônica da mulher subalterna. Lispector, ironicamente ou não, constrói essa representação em torno de estereótipos. O narrador deixa claro, em um momento do texto, que o Outro não é nada mais do que a válvula de escape da vida massacrante da média burguesia (LISPECTOR, 1998, p. 31).

As críticas pós-coloniais ao feminismo ocidental vão caminhar para a desconstrução dessa figura feminina, subordinada aos espaços de fala hegemônicos e à suposta benevolência das elites. Enquanto oprimida, Macabéa aparenta o que Mohanty afirma como uma colonização discursiva das heterogeneidades históricas das vidas das mulheres de terceiro mundo (MOHANTY, 1991, p. 53). Ela aparece como a mulher nordestina singular, "cabeça chata", em quadro de invisibilidade total e imersa nas grandes cidades.

Macabéa é um significante vazio. Ernesto Laclau (2005) introduz esse termo, que representa algo sem significado, mas que ao mesmo tempo é parte integral de um sistema de significação. O significante va-

zio não possui um significado específico e universal, todo o seu sistema significativo está baseado em um lugar vazio. Esse termo, portanto, está esgotado de sentido e de significado.

Dessa forma, Macabéa é toda a construção de mulher subalterna unida em uma só personagem. Ela é definida através de categorias de ausência. A sua figura insossa é contraposta à figura de Glória, colega de trabalho, carioca, mas que carregava consigo todas as formosuras de uma mulher. Olímpico logo troca Macabéa por ela, por ser "pertencente ao ambicionado clã do sul do país", além de ser "bem alimentada" e um "material de boa qualidade".

Nessa parte, as divisões políticas brasileiras afloram. Por mais que Glória fosse também datilógrafa, não se pode ignorar que ela não é sertaneja, portanto, pertencente a outra "categoria" de mulher. Seu excesso de molejo e a "força da mulatice" se relacionam com a representação da mulher pobre como hiper-sexualizada, pronta para reproduzir.

As personagens altamente estereotipadas no romance conduzem a um questionamento acerca da possibilidade de representação do subalterno. Cada um concebe a impossibilidade de observar o Outro sem imprimir sobre ele a forma do narrador ver o mundo. A insuficiência da vida das personagens é



Lucas Braga

uma insuficiência do trabalho do próprio narrador.

*"É como se eles fossem tão óbvios e comuns que nos afetassem diretamente, porque sua vida é também a nossa, ao mesmo tempo que não é: muito iguais por serem diferentes, e muito diferentes por serem iguais" (MONTEIRO, 2011, p. 5).*

A banalidade de Macabéa, a sua incapacidade de se enxergar enquanto Sujeito, um indivíduo dotado de futuro e de vontade, tem seu ápice no final dramático da narrativa. Na cartomante, tem-se a visualização de um futuro que nunca imaginara, e de uma possibilidade de ser. Isso deixou Macabéa desnorreada, e sua

reação levou a sua morte por atropelamento. A "sentença de vida" da cartomante pôs fim à representação de Macabéa, pois a partir de então ela garantiu consciência de si - percebeu sua infelicidade e sua miséria (LISPECTOR, 1998, p. 79).

A ideia de salvação é recorrente nas obras de Lispector. Essa construção em sua obra tem uma grande força expressiva, e representa para os personagens a criação de novas realidades.

*"a salvação de que nos fala a autora, ainda que não seja religiosa, é, propriamente, a salvação da alma. Mas de uma alma que já se supõe demolida, desfigurada. É isso que nos contam*

*seus personagens, uma estranha salvação”*  
(ZORZANELLI, 2005, p.31).

Em “A Hora da Estrela”, o momento de salvação, com um olhar de afabilidade, é frustrado na representação literária, algo que é claro com a tentativa desesperada de salvar a personagem da morte. Mas a morte de Macabéa é a própria morte da representação. Enquanto Macabéa era uma personagem falível e passível de intervenção, ela podia ser utilizada na narrativa. Após a auto-percepção de sua banalidade, não há mais motivo para a manutenção de Macabéa.

*“Ela estava enfim livre de si e de nós. Não vos assusteis, morrer é um instante, eu sei porque acabo de morrer com a moça. Desculpai-me esta morte. É que não pude evitá-la, a gente aceita tudo porque já beijou a parede. Mas eis que de repente sinto o meu último esgar de revolta e uivo: o morticínio dos pombos!!! Viver é luxo”* (LISPECTOR, 1998, p. 86).

Macabéa, enquanto mulher e enquanto nordestina, representa os “pombos” no processo de exclusão das sociedades capitalistas. Como pombos, essas mulheres são ignoradas em sua banalidade e em sua falta de utilidade à rotina das grandes cidades. Elas são tão alheias às possibilidades de voz que são tratadas como grupos invisíveis e monolíticos nas cidades. É por isso que o feminismo ocidental, sempre recaído em Macabéas, não consegue apreender essas mulheres. Serão eternos conceitos em branco, até que consigam ascender à esfera de Sujeito.

### Considerações finais

A representação da mulher subalterna na literatura brasileira assumiu diversos vieses ao longo da história. Passando de figura naturalista sexualizada em “Iracema” (ALENCAR, 1865), até um objeto animalesco, em “Vidas Secas” (RAMOS, 1938). A pecu-

liaridade de “A Hora da Estrela” é a problematização metalinguística do local de fala do narrador, colocando-o como um homem a narrar uma mulher pobre.

As reais intenções de Clarice Lispector ao fazer a escolha desse tipo de narração são ambíguas. A construção de Macabéa recai muitas vezes na ironia, muitas vezes no cinismo. Contudo, ao abstrair da intencionalidade da obra, podemos observar uma crítica a “docilização” do subalterno, ao silenciamento por meio da representação. A docilização, em uma perspectiva Foucaultiana condiciona os corpos à dominação sem imposição, por meio da disciplina. Na crítica pós-colonial, a docilização é somada à divisão entre o centro e a periferia, impondo aos corpos subalternos a exclusão e submissão estrutural.

As mulheres são um grupo heterogêneo. E por isso são atingidas pelas opressões de formas diferentes. A questão é: “quão plurais somos nós nas construções da singularidade, e quão singulares somos nós nas apreensões do plural?” (SULERI, 1995, p. 757). A partir dessa dúvida, podemos partir para a construção e problematização dos lugares de fala, assim como colocado por Spivak (1988). A impotência do subalterno em falar e ser ouvido é o que abre caminho para essencializações como Macabéa, que Lispector, propositalmente ou não, tratou de matar no momento em que ela percebe os rumos da própria vida.

A desconstrução da *episteme* hegemônica precisa vir acompanhada por uma reformulação das representações padrão. O pós-colonialismo tem o papel de rever essas estruturas e possibilitar novas perspectivas de construção dos saberes. Ao analisar a realidade através de um pano de fundo diferente do tradicional europeu, podemos pôr a baixo as fronteiras entre o desenvolvido e o periférico. Contudo, as diversas formas de expressão das identidades não podem ser simplificadas durante esse processo. Por isso, a análise da representação é tão importante em obras como A Hora da Estrela.

### Referências bibliográficas

- BIGNOTTO, Newton. (2006), “Das barricadas à vida privada”. *Nova econ*, 16, 3:459-480.
- COSTA, Sérgio. (2006), “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”. *Rev. brasileira Ciências Sociais*, 21, 60:117-134.
- ORLANDI, Eni P. (2007), *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª edição, Campinas, Editora Unicamp.
- LACLAU, Ernesto. (2005), *La razón populista*. 1ª Edição, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- LISPECTOR, Clarice. (1998), *A Hora da Estrela*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, Rocco.
- MOHANTY, Chandra. (1991), “Under Western Eyes”, in C. Mohanty et al. (orgs.), *Third World Woman and the politics of feminism*, Bloomington, Indiana University Press.
- MONTEIRO, Rebecca Pedroso. (2011), “Parafusos, relógios e cartomantes: gênero e representação em A hora da estrela, de Clarice Lispector”. *Em Tese*, 17, 2:199-208.
- QUIJANO, Anibal. (2005), “A colonialidade do Poder; Eurocentrismo e América Latina”, in E. Lander (org), *A colonialidade do sa-*

*ber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. (2007), "Para além do pensamento Abissal". *Novos Estudos CEBRAP*, 79:71-94.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1988), *Pode o Subalterno Falar?*. 2ª reimpressão, Belo Horizonte, Editora UFMG.

SULERI, Sara. (1995), "Woman Skin Deep: Feminism and the Postcolonial Condition", in B. Ashcroft et al (Orgs), *The Postcolonial Studies Reader*, London, Psychology Press.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. (2005), *Esboços Não Acabados e Vacilantes - Despersonalização e Experiência Subjetiva na Obra de Clarice Lispector*. São Paulo: Annablume.

Recebido em: 15 de dezembro de 2014

Aprovado em: 18 de maio de 2016

# GROPPO, LUIS ANTÔNIO. AUTOGESTÃO, UNIVERSIDADE E MOVIMENTO ESTUDANTIL. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2009.

**Pablo Mateus dos Santos Jacinto**

Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

**Contato:**

pablo.mateus@hotmail.com

**Histórico e implicações do modelo de autogestão dentro do movimento estudantil**

Luis Antônio Groppo é bacharel em ciências sociais, com doutorado na mesma área. No seu percurso de pesquisador, é possível perceber o seu aprofundamento nas questões que envolvem a educação sócio-comunitária. Seguindo esta proposta investigativa, o autor produz o livro intitulado *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil*. Nesta obra, são trabalhadas diversas temáticas que englobam o processo educativo no âmbito da autogestão, dentre elas: juventude, movimentos sociais, modelos administrativos e história dos modelos universitários.

O livro revela um conteúdo investigativo, na medida em que o autor levanta dados históricos e realiza análises de cunho sociológico. Entretanto, no decorrer da leitura, percebe-se que, para além do registro dos fatos e da explanação acerca das organizações políticas que envolveram as lutas estudantis em busca de um modelo educativo mais autônomo, há um claro objetivo prospectivo, através do qual o autor visa idealizar um modelo educacional mais libertador, e incita o leitor a refletir acerca deste modelo.

Seguindo uma lógica didática, o livro é organizado em quatro capítulos e conclusão, a saber: Capítulo 1: *Autogestão*; Capítulo 2: *Universidade e Movimento Estudantil*; Capítulo 3: *Movimento Estudantil e Autogestão*; Capítulo 4: *Autogestão e Neoliberalismo*.

O primeiro capítulo do livro é intitulado *Autogestão*. Nele, o autor esboça questões conceituais que serão mais aprofundadas nos capítulos seguintes. Uma delas é a diferenciação do que significa autogestão para o neoliberalismo, diferenciando o significado do termo para as correntes anarquistas. Segundo o autor, o neoliberalismo deturpa o conceito original de autogestão, fornecendo a ele uma lógica mercadológica que nada tem a ver com a fundamentação original, que traz a autonomia da coletividade como

primazia. Ainda tratando das contribuições das correntes que iniciaram as discussões acerca da autogestão, além da já citada corrente anarquista, o autor relata que o socialismo preconizado por correntes marxistas forneceu ideal de classe e coletividade que foram mobilizadoras para os movimentos sociais que adotaram a autogestão como método e/ou objetivo.

Ainda neste capítulo, um exemplo é citado para ilustrar a aplicação prática da autogestão no contexto socialista: o caso da Iugoslávia. Neste caso, o governo liderado por Tito buscou reorganizar o modelo de produção da nação, incentivando a criação de cooperativas de trabalhadores que funcionariam de modo relativamente autônomo, obedecendo às diretrizes propostas pelo Estado, que permanecia centralizado. A grande burocratização vista nesta situação é apontada como principal razão pelo fracasso da Iugoslávia cooperativista.

Ao longo do capítulo, o autor passeia por outros conceitos que aparecem com frequência no decorrer do livro: cooperativismo, controle operário, associação, mercado, contrato e cogestão estão entre os principais.

No segundo capítulo, *Universidade e Movimento Estudantil*, o autor faz uma retrospectiva da história das universidades e dos modelos que elas aplicaram, ao longo do tempo. Fica claro, no capítulo, que a universidade sempre se coloca como reflexo da realidade política vigente, e define suas metas e práticas a partir desta realidade. Nos períodos de guerra, por exemplo, a universidade se volta para a técnica e para o produtivismo, e isso incomoda a categoria estudantil crítica.

O capítulo aborda em primazia o que ficou conhecido como “Maio de 68” – período que sustentou o ápice das movimentações estudantis pelo mundo, em especial, nos Estados Unidos e Europa. Os estudantes passam a contestar o real papel da universidade, pondo em pauta a sua função perante a socie-

dade (que deveria ir além do simples fornecimento de força de trabalho). Contestam também o modelo hierarquizado de gestão universitária (é neste ponto que é cobrada uma participação da categoria discente na tomada de decisão). Neste movimento, foram postas em debate algumas dicotomias sustentadas pelo padrão universitário, como: "alta cultura x cultura popular" e "formação para educação x formação para o trabalho". Vale destacar que toda essa discussão não se restringiu à categoria estudantil, pois se estende ao operariado, que compartilha dos ideais de autogestão e revela descontentamento em relação às empresas.

Aprofundando-se na temática estudantil, o capítulo 3, *Movimento Estudantil e Autogestão*, aborda os ideais vividos por aqueles que encabeçaram as revoltas nos anos 60. Além do anarquismo – e dentre os seus temas, a autogestão – os estudantes também se mostravam partidários de propostas socialistas, sempre levando em consideração o fim das desigualdades de poder nos ambientes universitários.

Dentre os exemplos expostos, o autor cita um caso emblemático e decisivo para a tomada de força dos estudantes, na luta pela emancipação. Na universidade de Berkeley, a administração central passou a proibir que ocorressem, na instituição, discussões acerca do comunismo e de "temas controversos". Este ato desagradou a categoria discente, que se via lesada pela proibição. Logo passaram a ocorrer protestos frequentes que tiveram adesão de estudantes e não estudantes. A universidade revidou com suspensões e com a convocação da força policial. A partir dos acontecimentos, os estudantes organizaram-se e criaram o *Movimento pela Livre Expressão (Free Speech Movement)*, que ganhou importância histórica por propagar as bandeiras de reforma universitária, ética e autonomia estudantil.

Os movimentos ganharam força e, gradualmente, os estudantes foram ganhando poder de decisão nas universidades, mas, na maioria dos casos, não na forma de organização autogerida, e sim em espaços cogeridos formados paritariamente pelos segmentos universitários. É importante ressaltar que este não era o objetivo principal de grande parte dos estudantes, que via o modelo de cogestão como um apaziguador dos debates discentes e que não contemplavam a democracia buscada *a priori*.

O quarto capítulo – *Autogestão e Neoliberalismo* – aborda, de forma crítica, como o Estado neoliberal se apropriou e alterou o conceito dos ideais de autogestão expressos pelo operariado. Desde as primeiras experiências cooperativistas, a classe trabalhadora baseava-se nas necessidades comunitárias. Mais tarde, o sistema capitalista se apropria de

certas características do funcionamento das cooperativas em busca de objetivos próprios (acumulação e produtivismo).

Neste capítulo, fica clara a postura do autor acerca das práticas capitalistas e sobre como este sistema enfraqueceu os movimentos de classe, com práticas muitas vezes sorrateiras. Como exemplo, podemos considerar a postura de algumas empresas em delegar certo poder de fiscalização e decisão a alguns funcionários, o que faz lembrar o sistema de cogestão, devido à participação efetiva do trabalhador nos processos de trabalho. Entretanto, é ressaltado no livro que esta prática não reflete o que se prega nas correntes socialistas e anarquistas acerca da autonomia do operário, pois o coloca em uma posição que reafirma, por exemplo, a hierarquização.

Buscando elucidar a flexão do termo "autogestão" pelo capitalismo, o autor organiza a explicação da seguinte maneira: nas correntes socialistas e anarquistas, "autogestão" assume um sentido libertário. É vida pessoal - e coletiva - conduzindo a gestão social. No neoliberalismo, ocorre uma inversão. O meio social é ofuscado pelo mercado, e a gestão pessoal – autogestão - é conduzida em função deste meio.

Em se tratando do paradigma capitalista há como exemplo o modelo toyotista de gestão, que prevê uma organização de trabalhadores exercendo suas funções em células de produção. Estas células funcionam de modo relativamente autogerido, e os trabalhadores são responsáveis pela tomada de decisões internas e execução de tarefas, porém permanecem submissos a uma chefia maior. Entretanto, neste modelo há claramente a submissão do trabalho ao mercado, já que as empresas adotam esta forma de organização visando alcançar aumento da produção e, conseqüentemente, mais-valia. Para tanto, os trabalhadores se veem incumbidos a gerar resultados, impulsionados por estratégias motivacionais como a necessidade apresentar sempre melhores resultados – que são facilmente associáveis a cada célula – e o estímulo à competitividade entre as células.

Já no modelo socialista e anarquista de autogestão, a acumulação de bens não existe como foco. O objetivo é libertário e a não existência de claras hierarquias que reafirmam as distinções entre patrões e empregados nos ambientes produtivos e de tomada de decisão sugere uma ausência de exploração de classe.

No capítulo de conclusão, há uma retomada do processo histórico envolvendo as universidades, o movimento estudantil e a autogestão, bem como dos demais espaços nas quais esta temática foi trabalhada. São citados pontos que foram tratados nos

movimentos da década de 60 do século XX e que são vistos hoje nos processos pedagógicos universitários. O autor também reafirma seu posicionamento favorável à educação baseada na autogestão e justifica que essa forma de organização não é utópica, sendo possível e frutífera, quando bem pensada e efetuada. Entretanto, põe as concepções do socialismo heterodoxo como contraponto a esta ideia ampliada de autogestão. Dentro desta corrente socialista, só a classe operária pode exercer um papel protagonista em um processo revolucionário, o que enfraquece a proposta do "poder estudantil" enquanto força motriz para uma revolução estrutural.

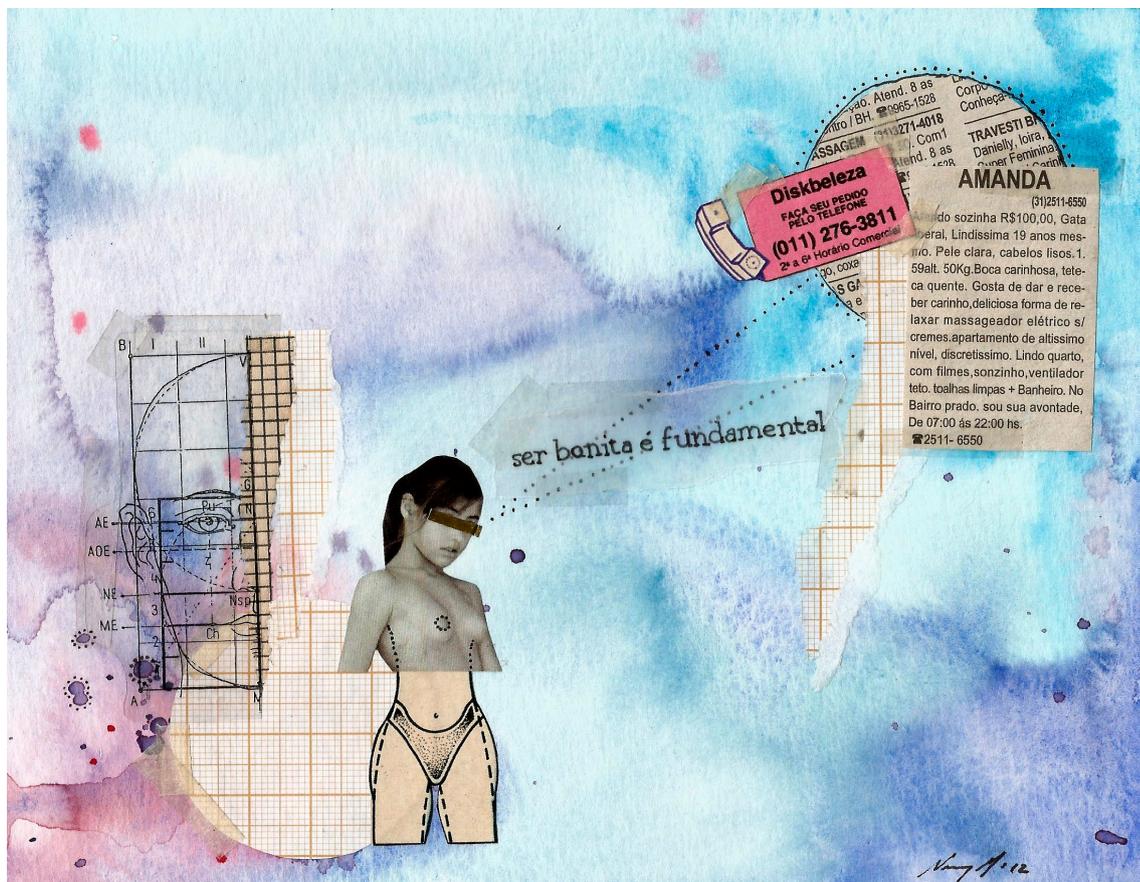
Por esboçar um conteúdo histórico, e em função da extensa pesquisa realizada para a composição do livro, o autor se preocupa em trazer diversos exemplos no decorrer do texto. Os exemplos não são unilaterais e assumem importante função de localização histórica e espacial dos fatos relatados.

É importante notar que, apesar de o autor defender a bandeira da autogestão, ele não deixa de trazer situações nas quais este ideal foi aplicado de maneira pouco crítica ou submissa a estruturas que refreavam o processo gerando ações fracassadas no

que diz respeito à revolução pedagógica visada pelos defensores desse modelo gestor. Como exemplo: o modelo de cooperativas da Iugoslávia; as instituições francesas que adotaram modelos com comissões paritárias, compostas por alunos e professores, tendendo mais à cogestão que à autogestão; e as universidades americanas que adotaram o modelo de "universidades livres", afastando-se exponencialmente dos debates socioeconômicos e adentrando no campo *hippie* da contracultura.

Apesar de o título da obra sugerir o enfoque na temática da educação, vários temas paralelos são trabalhados no decorrer do texto. Neste processo, há o esforço em se mostrar a associação dialética que existe entre, por exemplo, a classe operária, os modelos econômicos e a categoria estudantil. Assim, apesar da amplitude de temáticas esboçadas ser maior do que o título revela, o exposto não deixa de fazer sentido ao leitor.

Atento à proposta do resgate histórico e da discussão sociológica sobre os vários espaços e movimentos que adotaram a autogestão como postura teórica e/ou prática, englobando aí os grupos estudantis mais ou menos organizados, a universidade, as



Nancy Mora

empresas e os sindicatos, pode-se considerar que o autor foi exitoso em suas colocações.

O livro traz um conteúdo que – apesar de delimitado – permite o surgimento de críticas e reflexões acerca dos acontecimentos históricos, bem como associações com a realidade recente. Ainda que sutilmente, o autor propõe que o leitor observe o contexto universitário atual e compreenda os aspectos que foram fruto das mobilizações que ganharam força na década de 60 do século XX e estimularam outros grupos políticos desde então.

Considerando todas as discussões teóricas e práticas trazidas no livro, bem como a relevância da

temática (em especial, em tempos como hoje, em que há mais espaços de crítica e reconstrução dos modelos pedagógicos), esta leitura pode ser considerada essencial tanto para professores acadêmicos, quanto para estudantes, participantes ou não de movimentos sociais. Apesar da democratização que ocorreu nas universidades, como relatada na obra, ainda é difícil aplicar novas propostas educativas, principalmente porque algumas ideias são pouco debatidas. Expandir o conhecimento acerca da autogestão e dos ideais de autonomia que ela propõe acaba sendo enriquecedor para todos os envolvidos no processo educativo (de dentro e de fora da universidade).

Recebida em 07/01/2016

Aprovada em 27/03/2016

# TEMÁTICAS AMBIENTAIS EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS

## Entrevista com a Profa. Dra. Andréa Zhouri

**Ismael Deyber  
Oliveira Silva**

Graduando em  
Gestão Pública pela  
Universidade Federal  
de Minas Gerais -  
UFMG. Membro do  
Conselho Editorial da  
Revista Três Pontos.

### Contato:

ismaeldeyber@gmail.com

**RESUMO:** Os estudos das temáticas ambientais alcançaram um forte diálogo com as Ciências Sociais. Entender como as intervenções humanas no meio ambiente implicam em consequências para a sociedade, relacionando com a cultura e o poder estabelecidos tornaram-se uma área sólida dentro da Sociologia e da Antropologia no Brasil. A professora Andréa Zhouri, da Universidade Federal de Minas Gerais, é grande expoente nessa discussão. Nessa entrevista, ela nos contou aspectos interessantes de sua trajetória, evidenciou perspectivas críticas à noção de desenvolvimento sustentável que é propagada, ao arranjo da governança ambiental no Brasil e ao engajamento social da população. Também abordamos fatos interessantes, como a criação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, o GESTA, o curso de Graduação em Ciências Socioambientais e a iniciativa do Observatório dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais.

Andréa Zhouri possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Essex, Inglaterra. É professora da UFMG, coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Organizações Não-Governamentais, Ecologia Política e Movimentos Ambientais. Foi membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS gestão 2011-2012) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA gestão 2011-2012) onde coordenou ainda o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (gestão 2011-2012). É assessora da presidência da ABA para assuntos de Meio Ambiente.

**Três Pontos:** Para iniciarmos, poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória enquanto professora e pesquisadora das temáticas ambientais no campo das ciências sociais?

**Andréa:** O interesse pelo tema ambiental vem desde a graduação, nos anos 1980. Eu tinha

um livro que se chamava "Introdução à Crítica da Ecologia Política", de Jean Pierre Dupuy, que proporcionou a problematização de algumas inquietações que eu possuía em termos das mudanças sociais da modernidade, da sociedade industrial, e da perspectiva ecológica em um sentido mais amplo. Como acumulava grande interesse pela Antropologia, resolvi fazer um projeto de mestrado para o programa de Antropologia Social da Unicamp, onde fui admitida com o objetivo de analisar as comunidades alternativas rurais.

Mas no primeiro campo que eu fiz eu fui despertada por um debate sobre a pertinência de se criar um partido verde no Brasil. Por indicação da minha orientadora acabei fazendo a dissertação de mestrado sobre o movimento ecologista, e especificamente sobre a participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986, trabalhando na perspectiva de uma análise antropológica sobre as mudanças no âmbito do movimento ambientalista naquele período. A literatura era muito exígua e até fui questionada pelos meus colegas à época sobre a existência de um movimento ambientalista no Brasil. Parecia não ser um tema apropriado para as ciências sociais até então. Mas eu insisti e acabei analisando no mestrado uma mudança que ocorria em direção a um ambientalismo de resultados caracterizado por uma prática profissional e

com grande valorização do conhecimento técnico em contraposição às práticas da ecologia política mais crítica da sociedade vigente. Consagrou-se em meados dos anos 1980 a vertente do ambientalismo do desenvolvimento sustentável. Mas nesse contexto emerge também o socioambientalismo na Amazônia e se intensifica o debate em torno do tema da globalização no mundo ocidental. A Floresta Amazônica aparece como grande símbolo global do ambientalismo e minha tese de doutorado abordou isso. Realizei meu doutorado na Inglaterra e lá pesquisei ONGs de diversas naturezas que possuíam relações com a Amazônia. Defendi a tese em 1998 e ainda neste ano prestei o concurso aqui na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Fui aprovada e comecei a dar aulas em 1999, no departamento de Sociologia e Antropologia. Meu início como docente da UFMG coincidiu com uma grande polêmica que ocorria em minha terra natal em torno de um projeto para a instalação de uma barragem hidrelétrica no município. Logo quando retornei da Inglaterra fui procurada por algumas pessoas que solicitaram que eu contribuísse com informações para maior conhecimento sobre a instalação dessa hidrelétrica e sobre os impactos que ela traria. Isso se deu muito mais para que acompanhasse o processo de licenciamento ambiental e tentasse impedir que essa hidrelétrica fosse instalada. Dessa forma, me dispus a acompanhar esse processo que ocorria em Aiuruoca como cidadã, membro da população atingida. Como havia morado muito tempo fora de Minas, a essa época eu não conhecia com profundidade os atores e as instituições do Estado, e na tentativa de adquirir informações junto aos órgãos públicos, acumulei um conhecimento acerca dessas instituições, dos processos e o campo ambiental no Estado, descobrindo aspectos do licenciamento ambiental e como tudo se estabelecia. Cada descoberta era compartilhada com os meus alunos durante as disciplinas de meio ambiente que eu ofertava, como por exemplo, Desenvolvimento Sustentável, Cidadania e Meio Ambiente. Em 2001 eu até ofertei uma disciplina sobre licenciamento ambiental. Nessas oportunidades, para ilustrar discussões dos textos trabalhados, descrevia o caminho percorrido nas instituições e nos procedimentos atrelados ao licenciamento ambiental da PCH Aiuruoca, o que despertava o interesse dos alunos. A partir da demonstração desse interesse, criamos o grupo de estudos e uma linha de pesquisa sobre Meio Ambiente e Sociedade no Programa de Pós-Graduação. Dessa forma, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA - foi criado.

A partir disso registramos um projeto de extensão para atendermos uma demanda de visitar o Vale do Jequitinhonha e conhecer comunidades impactadas por barragens hidrelétricas naquela região. Ali iniciou uma tradição de trabalhar com projetos de extensão e pesquisas ao mesmo tempo. Trabalhamos com o tema das hidrelétricas durante um bom tempo, pelo menos até 2007. Foi importante porque trouxemos e debatemos esse tema no âmbito das Ciências Sociais, mas também contribuímos com o debate sobre política energética no Brasil, em um trabalho conjunto com ONGs e movimentos sociais. Construímos uma leitura crítica sobre essa política e buscamos demonstrar o ônus que recai sobre as populações locais, que geralmente são indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos. A contribuição foi importante à medida que inserimos na discussão sobre o meio ambiente a questão da desigualdade ambiental, da injustiça ambiental, que é o outro lado da injustiça social. Nos demos conta de que não existe somente um tipo de ambientalismo, mas uma multiplicidade de ambientalismos e que as discussões precisam incorporar a dimensão de classe, de raça e de gênero, pois não se trata apenas do ambiente como objeto disperso da sociedade, mas sim como um processo que envolve uma relação onde as sociedades se forjam mutuamente. Os grandes projetos de desenvolvimento, as grandes barragens não são direcionados às áreas onde estão os ricos, elas coincidem com os locais onde vivem as populações mais vulneráveis, populações rurais, mais pobres, ou que possuem um marcador étnico, sejam quilombolas, afrodescendentes ou indígenas. Existe um viés de raça e de classe muito claro na destinação do ônus do desenvolvimento para esses grupos sociais. Essa dimensão da desigualdade na discussão do ambiente e da desigualdade no acesso aos recursos naturais precisava ser trabalhada sociologicamente e antropologicamente, e até então a nossa sociologia, e no aspecto mais amplo as ciências sociais, não se dedicavam a isso. Penso que essa seja uma contribuição que fiz para a UFMG, e também para um cenário mais amplo, à medida que levamos esse debate para os encontros da ANPOCS, da ABA, envolvendo o tema dos conflitos ambientais não só no âmbito da universidade, mas no campo acadêmico brasileiro.

Daí decorreram outros projetos, como a construção de um curso de graduação em Ciências Socioambientais, que é inovador no Brasil. Existem cursos de Ciências Ambientais, mas não cursos de Ciências Socioambientais. Este curso surge com o REUNI, em 2008, sendo inaugurado em 2010

com esse viés crítico de problematizar políticas ambientais e a atuação de técnicos que de certa forma aderem a um discurso de sustentabilidade, na perspectiva neoliberal e do capitalismo contemporâneo, abandonando a problematização da distribuição dos recursos ambientais, dos ônus, da poluição e da contaminação entre as classes e grupos sociais, entre as raças diferentes em nossa sociedade. Partem do princípio de que existem ajustes tecnológicos para os problemas ambientais, e essa é uma visão produtivista que não corresponde efetivamente às decisões tomadas envolvendo o meio ambiente, que são decisões advindas de sujeitos sociais que detêm o poder na sociedade, em detrimento de grupos que não possuem essa condição. Nosso papel tem sido problematizar isso na pesquisa, na extensão e no ensino com a construção desse curso. Com isso, imprimimos uma forma de atuação acadêmica pouco usual até então. Um modelo que preza o rigor do trabalho científico e acadêmico, mas que tem em mente a perspectiva da sociedade, analisando quais são as áreas e sujeitos vulneráveis na sociedade. Como uma universidade pública, como é a UFMG, pode contribuir para a superação das desigualdades? Qual é o papel da universidade pública para a construção de um conhecimento que seja emancipador, que seja capaz de problematizar as assimetrias de poder na sociedade? É dessa perspectiva que parte o nosso trabalho, muito próximo aos movimentos sociais, e também próximo daqueles que não estão nesses movimentos, mas que são grupos atingidos por projetos hegemônicos.

**TP:** No contexto de globalização que vivemos, muito escutamos sobre o direcionamento de governos, mercado e sociedade civil para o alcance do desenvolvimento sustentável. Como podemos conceituar esse fenômeno?

**A:** O que houve a partir de meados dos 1980 e início dos anos 1990, quando sistematicamente o tema da sustentabilidade ascende na agenda pública, foi o despertar de governos e empresas para uma postura de não poderem mais ignorar problemas ambientais de nível local ou global. Entram nesse debate incorporando a crítica dos ambientalistas e ecologistas, mas imersos em uma perspectiva capitalista. Assim, atribuem um peso muito grande para as soluções tecnológicas frente aos problemas ambientais. Soluções tecnológicas que devem necessariamente passar por caminhos do mercado, envolvendo um consenso entre diferentes atores, justamente para pacificar a crítica. A criação do selo verde é bastante significativa nes-

se aspecto. O mercado se associou a ONGs para construir de forma conjunta critérios de sustentabilidade, conformando uma boa prática empresarial florestal. Então o desenvolvimento sustentável é na verdade uma ideia força que está dentro do paradigma da modernização ecológica, que em alguns textos caracterizei de adequação ambiental, pois é perceptível o esforço por adequar a sociedade e as pessoas ao mercado, ao modelo de exploração capitalista do meio ambiente, adicionando a ele pequenas variáveis de preservação ambiental. Nessa perspectiva, a mensagem que se transmite para os consumidores é a de que o consumo pode continuar caso os produtos possuam o selo, sendo desnecessário economizar ou poupar. Uma discussão focada nos meios e não nos fins. Houve, em certa medida, um deslocamento do debate político, da crítica à exploração capitalista, à medida em que o desenvolvimento deixa de se concentrar nos fins para se concentrar nos meios. Questionamentos como: mineração para quê? Mineração para quem? A quem beneficia a exploração minerária? Esse é o tipo de debate político que vai se esvaziando, ao passo que é permitido fazer tudo desde que seja com uma prática eficiente, supostamente sustentável. Essa perspectiva enfraquece o debate em torno das finalidades. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável carrega essa limitação, porque é uma ideia dentro de uma sociedade capitalista, que só consegue avançar na discussão dos meios. Mesmo sendo necessária, ela não é suficiente para que seja construída uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.

**TP:** Você poderia nos falar um pouco a respeito da governança ambiental no cenário brasileiro?

**A:** É preciso reconhecer que houveram avanços notáveis em termos de governança ambiental no Brasil em relação aos anos 1970. O período dos anos 1980 tornou-se relevante, por ser o momento em que o debate ambiental ascende à agenda pública. Há uma institucionalização ambiental com a criação do Ministério do Meio Ambiente, as secretarias, as agências governamentais de controle, monitoramento e fiscalização. Estrutura-se um aparato institucional para a área, com legislação própria, instrumentos como o licenciamento ambiental e os Conselhos de Política Ambiental, em que Minas Gerais foi um Estado pioneiro em relação ao Brasil, inspirando mais tarde a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Com o passar dos anos esse aparato para a política de meio ambiente foi sendo permeado pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, da

modernização ecológica, observando-se uma perda significativa na filosofia e na execução dessa governança. De fato, os espaços institucionais passaram a ser ocupados pelos setores dominantes da sociedade. É possível identificar influências do setor econômico, das mineradoras, das grandes empresas hidrelétricas nos procedimentos realizados por esses órgãos, como por exemplo, na concessão do licenciamento ambiental. As exigências técnicas foram cedendo espaço para essa ingerência política desses grupos que exerciam pressão. Atualmente, percebemos que a técnica é exercida como política para o silenciamento daqueles que não ocupam esses espaços, ou estão em uma posição minoritária dentro do campo ambiental. Entidades ambientalistas que no começo eram muito aguerridas e realmente representavam o contraponto, exercendo o controle social, passaram a ser incorporadas ao diálogo e a parceria com as empresas, perdendo o viés crítico que possuíam no início. É muito importante que haja renovação e surgimento de novos atores políticos que possam efetivamente reacender o debate sobre o modelo de desenvolvimento que se tornou hegemônico. Atualmente assistimos a um cenário muito preocupante que envolve o desmanche das instituições ambientais que foram construídas, a revisão dos códigos ambientais e das leis formuladas nas décadas passadas. Em Minas Gerais, recentemente foi aprovada uma lei que praticamente acaba com o licenciamento ambiental, e no nível federal também iniciou-se discussão acerca de um projeto parecido (PL do Senado 65/2012). A participação da população é precária, pró-forma, sendo muitas vezes prevista apenas nas etapas de realização de audiências públicas. É possível identificar distintas falhas de procedimento na estrutura da governança ambiental. Os técnicos são mal remunerados e equipados, ficam expostos a uma pressão direta do setor produtivo, que possuem acesso facilitado às instâncias governamentais, enquanto a população tem muita dificuldade de obter simples informações. Trata-se de um processo permeado por violência simbólica, epistêmica e até física. Vivemos um momento de grande retrocesso no campo da governança ambiental, o que é muito triste.

**TP:** Você considera que tem crescido o interesse das pessoas pelas temáticas ambientais? Quais são as implicações políticas e sociais do engajamento da sociedade civil pela preservação do meio ambiente e pela efetivação dos direitos ambientais?

**A:** Trata-se de uma questão muito complexa,

pois não podemos negar ou afirmar conclusivamente. O tema do meio ambiente ocupou espaço na agenda pública nos anos 1990. E diante de acontecimentos catastróficos como o rompimento da barragem de rejeitos minerários na bacia do Rio Doce, a temática retorna a um espaço relevante na mídia. Um desastre significativo, de ordem tecnológica, com rejeitos que partem da bacia do Rio Doce e chegam ao mar. Com a grande cobertura realizada pela mídia, as pessoas tomam o assunto como pauta e expressam suas opiniões. A questão é avaliar qual o alcance dessa atenção que é dispensada. Existem graus variados de interesse, que podem ou não motivar a ação. Procurar obter informações acerca de um assunto que desperta curiosidade é diferente de formar uma consciência que te mobiliza, que te impele a ação. O nosso país vivencia dificuldades em seu cenário político, econômico e social. Uma crise que possui características da ordem da ética e da moral. A questão ambiental está inserida nesse contexto, porém é difícil perceber uma agenda única nesse cenário, na perspectiva da construção de formas políticas para o comum. O problema maior não é de consciência individual das pessoas, mas envolve uma disputa hegemônica à medida que o discurso do desenvolvimento sustentável esvazia o sentido político da ação e da crítica ambiental. E isso tem consequências na mobilização das pessoas, uma vez que o discurso ambiental hegemônico apela muito ao indivíduo, propagando a economia de recursos como água e energia. Recorre, dessa forma, para um comportamento restrito ao plano pessoal. Então as grandes questões políticas deixam de ser mencionadas e debatidas. Quem é que consome mais água na sociedade? Será que é cada indivíduo que é o responsável maior pela escassez desse recurso, ou são as grandes empresas que consomem grandes quantidades? O que significa, num contexto de uma forte estiagem como a que tivemos, o apelo para o cidadão não lavar calçadas, mas ao mesmo tempo liberar a licença para a construção de um mineroduto com mais de quinhentos quilômetros de extensão, que acumula potencial para esvaziar a água de um rio inteiro para escoar minério de ferro? Essas incongruências começam a ser questionadas também por pessoas comuns, que estão fora das universidades. É perceptível uma desigualdade de tratamento destinada a certos grupos. Nesse sentido, podemos identificar avanços em algumas direções, mas também retrocessos em termos da política ambiental. A consciência que tem adquirido os cidadãos não têm sido transformada em grandes mobilizações, que sejam capazes de inverter

essa ordem. E isso coloca um desafio substantivo para o plano das ações políticas, que é favorecer questionamentos que incentivem o controle social, que efetivamente obriguem os grandes poderes da nossa sociedade a cederem espaço, a reconhecerem e dialogarem com esse contraponto.

**TP:** O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), do qual é coordenadora, elaborou um mapa identificando os conflitos ambientais existentes no Estado de Minas Gerais. Você poderia nos falar sobre esse trabalho?

**A:** O Mapa se propôs, a princípio, identificar os conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais. Iniciativas parecidas já haviam sido realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo. Em 2007 efetivou-se uma parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e com a Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ- , tendo em vista as grandes dimensões do Estado e a dificuldade de abranger todo o território. Construimos uma rede de pesquisadores que proporcionou um diálogo com parceiros de outras universidades, possuindo também uma grande equipe de alunos. A primeira frente de atuação consistiu em levantar indícios de conflitos por meio de documentos, atas e processos alcançados através de visitas ao Ministério Público, à Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEAM. Com o primeiro levantamento, realizamos muitas visitas *in loco* para conhecer casos paradigmáticos. Levantamos milhares de conflitos, o que também nos proporcionou um aprofundamento na conceituação do termo. Possibilitou a nós pesquisadores avançarmos no debate epistemológico, para entendermos que conflito é diferente de problema ambiental. A existência de problemas ambientais, como o desmatamento,

não estabelece necessariamente um conflito. Este implica a presença, a manifestação de sujeitos sociais mobilizados na luta, reivindicação e denúncias de danos ocasionados pelas atividades que os cercam. A segunda parte da pesquisa envolveu oficinas que se propunham a dar oportunidade de fala aos atingidos, aspectos desconsiderados nos estudos de impacto ambiental e nos pareceres técnicos. Ouvir os atingidos, os moradores, os grupos sociais mais vulnerabilizados que não possuem o poder para se manifestarem e marcarem presença em mapas oficiais. Organizamos os registros a partir da ferramenta *Google Maps*, onde está acessível a descrição detalhada de cada situação. Não se trata de um mapa exaustivo do ponto de vista quantitativo, contendo cerca de 500 casos registrados, tipificando uma forma de ocupação do espaço no Estado, em termos de conflitos ambientais. Com o passar do tempo sentimos a necessidade de disponibilizar uma ferramenta mais dinâmica, o que ensejou a transformação do Mapa em Observatório, que preserva algumas características antigas, mas agrega ferramentas de comunicação e interação, permitindo a consulta a monografias, dissertações e teses que se dedicaram a temas relacionados e ainda proporcionando ferramentas de interação e pesquisa para acadêmicos, gestores públicos e movimentos sociais.

**TP:** O Conselho Editorial da Revista Três [...] Pontos é quem agradece pela sua disponibilidade, pelo rico debate proporcionado pelas suas contribuições e também pelo interesse em apoiar o nosso projeto de organização e divulgação do conhecimento produzido por alunas e alunos de graduação.

# ILUSTRADORES

## **Lucas Braga**

É produtor de imagens. Estudou Engenharia de Produção e está concluindo o Bacharelado em Desenho do curso de Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFMG. Trabalha com fotografia, desenho, pintura, cerâmica e artes gráficas. Seu site é [www.lucasbraga.net](http://www.lucasbraga.net)

## **Marcos Paulo**

Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, Marcos começou a desenhar ainda criança e se desenvolveu a partir da técnica de desenho realista. Não frequentou escolas de artes, e por isso atribui o aprimoramento dos seus estudos à "didática da persistência" e ao contato informal com grandes mestres. Atualmente tem se interessado por Aquarelas e outras produções em cores.

## **Maressa Sousa**

Graduanda em Ciências Sociais pela UFMG. Baiana de nascimento, mineira por força do hábito. Blogueira no site Cacheia, ilustradora nas horas vagas. Portfólio: <http://kawek.net/mailustra>

## **Nancy Mora**

Nasceu em 1985 na cidade de San José, Costa Rica. Formada em Publicidade pela Universidad Latina de Costa Rica e em Artes Visuais com habilitação em Cinema de Animação pela UFMG, possui um trabalho que transita entre as artes gráficas, a ilustração e a fotografia. Suas obras trazem a tona temas como o feminino, o corpo, a natureza e a memória.

Vive em Belo Horizonte desde 2008, onde além dos diversos trabalhos desenvolvidos na cidade, é membro fundador do espaço cultural Casa Camelo. Hoje além de artista também desenvolve projeto relacionados à arte educação.

## **Thaís Mesquita**

É ilustradora formada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais e reside em Belo Horizonte. Além de ilustrar livros e revistas trabalha também com pintura, design gráfico e design de jóias. Site: [http://www.flickr.com/photos/thais\\_mesquita](http://www.flickr.com/photos/thais_mesquita)

# NOMINATA

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas na edição 11.2, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos artigos.

Bruno Saliba (UFMG)  
Eleonora Schettini Martins Cunha (UFMG)  
Emerson Tadeu Cotrim Assunção (UNEB)  
Fernando Firmo Luciano (UFBA)  
Giovanni Cirino (USP)  
Guilherme Neto Ferreira de Oliveira (UERJ)  
Jacqueline Monteiro Pereira (UFRJ)  
Karina Perin Ferraro (Unesp)  
Leonardo Gomes de Deus (UFOP)  
Lucas Maia (IFG)  
Marcos Tadeu Del Roio (Unesp)  
Marina Fernandes Bueno (UERJ/UFRJ)  
Nildo Viana (UFG)  
Orivaldo Lopes Jr (UFRN)  
Rebeca Makowski (UNIP)  
Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG)  
Robson Rodrigues de Paula (UNIABEU/  
UNISUAM)  
Wálber Araujo Carneiro (UFBA)

# INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES PARA COLABORADORES

A Revista Três [...] Pontos - revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publica desde 2004 somente trabalhos inéditos de graduandos e recém-graduados das Ciências Humanas e Sociais.

## A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos abaixo.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, de Ciência Política e de Sociologia, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das ideias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

## Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS ... PONTOS:

### 1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios, ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

**S Contato:** [revistatrespontos@gmail.com](mailto:revistatrespontos@gmail.com)

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 4 mil palavras e no máximo 8 mil, incluindo as referências. Devem ser **inéditos**, e possuírem resumos em português e inglês.

- 1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.
- 1.5. Os livros resenhados deverão ser obras relevantes para a área de Ciências Sociais. Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados.
- 1.6. Os ensaios devem ter de 2 mil a 10 mil palavras.
- 1.7. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.
- 1.8. O autor/a deve estar matriculado/a em algum curso de graduação ou ser formado/a há, no máximo, seis meses. Ao enviar o trabalho, deve fornecer também imagem de documento que ateste seu vínculo no ensino superior, como comprovante de matrícula ou diploma.

## Normas e orientação para formatação de artigos

**1. Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

- 1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).
- 1.2. **Margens (todas):** 2,5 cm.
- 1.3. **Alinhamento:** justificado.
- 1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- 1.5. **Grifos:**
  - 1.5.1. **Aspas (" "):** apenas para metáforas, transcrições e citações.
  - 1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.
  - 1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.
  - 1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

**2. Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave

- 2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), curso de graduação, o nome da universidade seguido da sigla (Exemplo: Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: moraes@hotmail.com.). Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. Excetuado-se o nome completo na margem superior a direita, as demais informações devem constar como nota de rodapé.
- 2.2. **Os resumos:** devem ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter até 100 palavras. Seguido de palavras-chave, sendo até 5. No caso dos resumos em inglês (Abstract), a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, bem como as palavras-chave (Key Words), caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.
- 2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).
- 2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos

títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

**2.5. Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

**2.6. Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

## Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

### 1. Citação de autores no texto:

**1.1.** Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

**Exemplo:** (FIALHO, 2004).

**1.2.** No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

**Exemplo:** "Fialho (2004) afirma ..."

**1.3.** No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

**Exemplos:** "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

**1.4.** Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

**Exemplo:** "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

**1.5.** Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

**Exemplo:** "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";

**1.6.** Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica: Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

**1.7.** Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

**Exemplo:** "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

**1.8.** Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

**Exemplo:** "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

**1.9.** Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina apud

significa citado por, conforme, segundo.

**Exemplos:** "Silva apud Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA apud PESSOA, 1980)";

**1.10.** Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

**Exemplos:** "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

## 2. Transcrição textual de parte da obra:

**2.1.** Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

**2.1.1.** Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

**2.1.1.1.** Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de formação ideológica[...]".

**2.1.1.2.** Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

**Exemplo:**

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

*"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB - estava em 36,45% em 2002".*

**2.2.** Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes [ ]

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade linguística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

**2.3.** Ênfase em trechos da citação: indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

**2.4.** Citação em língua estrangeira: Quando houver uma citação em idioma estrangeiro, (original), faz-se uma citação direta. Nesse caso indica-se a tradução em nota de rodapé. Sugerimos minimizar esse uso, e optar, quando existir, por referências em português

**2.5.** Tradução: Quando a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir após a chamada da citação, a expressão: tradução nossa, entre parênteses.

Exemplo: (BELKIN, 1982, tradução nossa).

**2.6.** Notas de rodapé: as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

**2.7.** Referências bibliográficas: para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

**2.7.1.** Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa)/PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separá-los com "&". No caso de três ou mais autores, separá-los com ponto e vírgula ";").

**Exemplo:** SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

**2.7.2. Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

**Exemplo:** REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". Dados, 25,3:275-96.

**2.7.3. Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /"título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico / VÍRGULA/ local da publicação/VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

**Exemplo:** ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica:1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

**2.7.4. Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores)/VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

**Exemplo:** SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

**2.7.5. Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso / PONTO.

Exemplo: C MARA DOS DEPUTADOS. <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2015.

**OBS:** Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

**IMPORTANTE:** Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.

Comissão Editorial – **Revista Três [...] Pontos** – FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, Janeiro de 2016